



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E TECNOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E DIREITOS
HUMANOS - PPGPSDH

**POR TRÁS DAS CONTAS HÁ CONTOS: UMA ANÁLISE SOBRE O PROGRAMA
CADA JOVEM CONTA NA PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA EM PELOTAS**

Sarah Corrêa Emygdio

PELOTAS

2020

SARAH CORRÊA EMYGDIO

**POR TRÁS DAS CONTAS HÁ CONTOS: UMA ANÁLISE SOBRE O PROGRAMA
CADA JOVEM CONTA NA PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA EM PELOTAS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Política Social e Direitos Humanos.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Lemões da Silva

PELOTAS

2020

**POR TRÁS DAS CONTAS HÁ CONTOS: UMA ANÁLISE SOBRE O PROGRAMA
CADA JOVEM CONTA NA PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA EM PELOTAS**

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Tiago Lemões da Silva
(Orientador - UCPEL)

Professor Dr. Luiz Antônio Bogo Chies (UCPEL)

Professor Dr. Guilherme Aderaldo (UFPEL)

Pelotas, 18 de dezembro de 2020.

Ficha Catalográfica

EMYGDIO, Sarah Corrêa. **Por trás das contas há contos: uma análise sobre o programa Cada Jovem Conta na prevenção à violência em Pelotas.** 2020. 103f. Dissertação. (Mestrado em Política Social e Direitos Humanos) - Programa de Pós- Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2020.

Palavras-chave: Política Pública; Prevenção à Violência; Cada Jovem Conta; Situações de Risco.

Agradecimentos

O primeiro senso é a fuga
Bom, na verdade é o medo
Daí então, a fuga
Evoca-se na sombra uma inquietude
Uma alteridade disfarçada
Inquilina de todos os nossos riscos
A juventude plena e sem planos se esvai
O parto ocorre
Parto-me. Parto-me. Parto-me. Parto-me
Aborto certas convicções
Abordo demônios e manias
Flagelo-me
Exponho cicatrizes
E acordo os meus, com muito mais cuidado
Muito mais atenção!
E a tensão que parecia nunca não passar
O ser vil que passou para servir
Pra discernir, harmonizar o tom
Movimento. Som
Toda terra que devo doar
Todo voto que devo parir
Não dever ao devir
Nunca deixar de ouvir
Com outros olhos!
Amadurecência, O Teatro Mágico

O parto ocorre... e ocorreu durante a feitura desta dissertação.

Precisei abortar meus demônios e manias para falar desta alteridade disfarçada existente por detrás de um programa de prevenção à violência. Precisei partir de mim, abandonar-me um pouco, para falar desta juventude plena e sem planos que se esvai enquanto é objeto das “benfeitorias” estatais e cujas histórias e históricos sei bem, mas seus rostos, sequer conheço.

Expus as cicatrizes não somente destes jovens, mas um pouco minhas também, pois quando me inseri nesta atmosfera, tornei-me parte e objeto dela, tal qual meus interlocutores e estes mesmos jovens objeto de seu “cuidado”. No decorrer da pesquisa, abortei minhas convicções e, confesso, praticamente quase todas elas, não somente no tocante à meu tema, mas em relação a minha vida acadêmica e pessoal, pois duas histórias transcorreram concomitantemente e eu, me dividi entre ambas, abandonando de certo modo minha história pessoal, para “viver” e participar desta outra, separada da minha, mas que em determinados momentos se parecia tão igual.

Se parecia tão igual na medida em que eu ouvia sobre carências, necessidade de cuidados e era, muitas vezes, exatamente assim que me sentia escrevendo esta dissertação em meio a uma pandemia mundial. Aprendi, com todas estas cicatrizes expostas, e repito, cicatrizes não só minhas, mas de todos os que esta pesquisa envolve, tanto sujeitos de pesquisa, como meu entorno durante sua feitura, a não dever ao devir e a sempre, mas sempre “ouvir com outros olhos”, com muito mais atenção, pois, como tanto repeti nesta pesquisa, sempre por detrás de qualquer conta, palavra, olhar ou até mesmo silêncio, há um conto que necessita ser desvendado e contado. Isto aprendi não somente no tocante à pesquisa e suas técnicas, aprendi para a vida.

O parto, de fato, ocorreu!

E eu, agora renascida, e “ouvindo com outros olhos”, escrevo estas palavras, talvez um pouco atropeladas, para agradecer à todas as pessoas que foram indispensáveis para que este parto ocorresse.

Inicialmente, aos grandes responsáveis por eu estar aqui agora falando destas coisas difíceis, mas ao mesmo tempo bonitas: Deus e São Jorge. Agradeço à vocês de pé tudo o que pedi de joelhos, engasgada ou com lágrimas escorrendo pelo rosto. Obrigada por serem aquela força estranha ou aquela presença disfarçada de arrepio que se fez presente do meu lado ao longo deste tempo para me mostrar que valeria a pena.

À minha Mãe, Dadada e Dinda Bela, pessoas que sempre me vêm á mente quando profiro a palavra família. Sem o amor, afeto e “dengos”, de vocês esta jornada teria sido incontavelmente mais dura do que foi. Obrigada pelas presenças, palavras, abraços, carinhos, telefonemas, mensagens, comidinhas e agradinhos que tornaram tudo tão mais leve e especial. Ah! E por falar em família, acho que toda família que se preze sempre tem um cachorro responsável por abanar o rabo como forma de externar amor e, por mais estranho que possa parecer, o meu se chama João. Obrigada João (Pezinho) por todas as longuíssimas e intermináveis tardes deitado ao meu lado esperando eu bater a meta de escrita do dia ou escrever aquela nota de rodapé que estava de lembrete no *post it* fixado na parede. Obrigada também por todo acompanhamento nas reuniões remotas de orientação e que, constantemente fazias questão de mostrar o focinho na *webcam*.

Mãe, a ti em especial (meu esteio) gratidão por tudo! Sabes que é o teu amor que me dá forças pra lutar.

Ao meu orientador, Professor Dr. Tiago Lemões e, simultaneamente ao amigo Tiago que é a expressão e o rosto desta pesquisa. Se esta dissertação tivesse um rosto, seria a do Tiago sorrindo orgulhoso de cada conquista nossa durante este trajeto. Obrigada por tanta

paciência, carinho, amizade com que me orientastes. Obrigada por todas as madrugadas discutindo por áudio teorias Foucaultianas ou me apresentando Nikolas Rose. Obrigada Tiago por este teu jeito lindo de ser, de ser o mestre que ensina, mas ao mesmo tempo o humano que compreende. Sabes da admiração que tenho por ti já externada através de palavras e ações. Quisera eu um dia, ser para meus alunos uma parcela mínima do que és pra nós, teus alunos e teus amigos.

Aos professores que vêm me acompanhando desde a minha banca de qualificação, Prof. Dr. Luiz Antônio Chies e Professor Dr. Guilherme Aderaldo, os quais tem me dado ajudas, conselhos e sugestões valiosas. Tenham a certeza que esta pesquisa tem muito de vocês e da trajetória de vocês.

À Prof. Dr^a. Aline Mendonça, a quem com tanto cuidado e dedicação me acolheu devido ao acontecimento que nos atropelou neste final de ciclo.

Aos meus amigos, que tanto ouviram sobre meu tema, que aturaram, ainda que não fosse a área del@s, todas as discussões teóricas de autores em meio aos mates ou as cervejinhas que foram fundamentais para que a saúde mental não falhasse. Obrigada por responderem com os olhos brilhantes e com o mesmo meu entusiasmo à minha repetida pergunta: “Vocês não acham que estes autores conversam muito bem?” Obrigada por todas as palavras/mensagens de apoio e carinho, pela paciência, pelos momentos de partilha que foram preenchidos com conversas sobre a dissertação e vocês ouviram com tanto cuidado. Gratidão pelas orações/rezas e energias positivas que me transmitiram. Vocês me fazem mais feliz e grata com suas presenças em minha vida!

À tod@s vocês dedico não a minha, mas a nossa dissertação!

Toda uma cadeia política vem entrecruzar-se com a trama do cotidiano. Mas esse poder, é preciso ainda, ao menos por um instante, dele se apropriar, canalizá-lo, captá-lo e incliná-lo na direção que se quer; é preciso, para usá-lo em seu benefício, “seduzi-lo”; ele se toma a um só tempo objeto de cobiça e objeto de sedução; desejável portanto, e isso na mesma medida em que ele é totalmente temível. A intervenção de um poder político sem limites na relação cotidiana torna-se, assim, não somente aceitável e familiar, mas profundamente almejada, não sem se tornar, por isso mesmo, o tema de um medo generalizado.

(Michel Foucault)

RESUMO

A pesquisa em voga direciona-se à discussão das políticas públicas de prevenção à violência que vêm sendo aplicadas no município de Pelotas, com recorte empírico voltado à análise do projeto Cada Jovem Conta, componente do eixo prevenção do Pacto Pelotas pela Paz. A presente análise está apoiada em duas questões-problema, sendo estas: Quais os critérios utilizados pelos agentes do Cada Jovem Conta para identificar determinados perfis em situação de risco? E, de que forma são realizadas as ações de intervenção a fim de que tal projeto alcance seus objetivos? Isto posto, objetiva-se analisar as ações de intervenção e os critérios utilizados pelos agentes do projeto Cada Jovem Conta para identificar determinados perfis em situação de risco; compreender a maneira como os agentes do Cada Jovem Conta realizam o mapeamento dos perfis de adolescentes e jovens como medida de prevenção da criminalidade; e, identificar os critérios utilizados para a inclusão de jovens no projeto Cada Jovem Conta. A pesquisa, deste modo, justifica-se por dedicar-se ao estudo de um tema relevante na atualidade pelotense: a segurança pública, buscando problematizar e compreender a sua complexidade para que as políticas de prevenção tenham eficácia e possam efetivamente promover o acesso à cidadania e a garantia dos direitos humanos aos jovens que são objeto das ações do projeto Cada Jovem Conta. A inspiração metodológica do corrente estudo transcorre sob a égide de uma abordagem qualitativa de cunho exploratório, tendo em vista que, ante a complexidade do referido objeto de estudo, bem como das questões-problema propostas e dos objetivos traçados, somente a pesquisa qualitativa está apta a abarcar toda subjetividade e as vicissitudes que necessitam serem analisadas quando da abordagem do projeto Cada Jovem Conta visto que esta objetiva proporcionar maior familiaridade com o problema, de maneira a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.

Palavras-chave: Política Pública; Prevenção à Violência; Cada Jovem Conta; Situações de Risco.

ABSTRACT

The research in vogue addresses the discussion of public policies for the prevention of violence that have been applied in the municipality of Pelotas, with an empirical focus on the analysis of the Cada Jovem Conta project, a component of the prevention axis of the Pelotas for Peace Pact. In analyzing the data collected in the exploratory field, this analysis is based on two problem questions, which are: What are the criteria used by the agents of Cada Jovem Conta to identify certain profiles at risk? How are the intervention actions carried out so that such a project reaches its objectives? That said, the objective is to analyze the intervention actions and the criteria used by the agents of the Cada Jovem Conta project to identify certain profiles at risk; understand how the agents of Cada Jovem Conta map the profiles of adolescents and young people as a crime prevention measure; and, identify the criteria used for the inclusion of young people in the Cada Jovem Conta project. The research, therefore, is justified by dedicating itself to the study of a relevant topic in Pelotas today: public security, seeking to problematize and understand its complexity so that prevention policies are effective and can effectively promote access to citizenship and the guarantee of human rights to young people who are the object of the actions of the Cada Jovem Conta project. The methodological inspiration of the current study takes place under the aegis of a qualitative approach of an exploratory nature, considering that, given the complexity of the referred object of study, as well as the proposed problem questions and the outlined objectives, only qualitative research is able to encompass all subjectivity and the vicissitudes that need to be analyzed when approaching the Cada Jovem Conta project, since it aims to provide greater familiarity with the problem, in order to make it more explicit or to build hypotheses.

Keywords: Public Policy; Violence Prevention; Every Youth Counts; Risk Situations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Local de residência dos feridos por arma de fogo em Pelotas durante o período de janeiro a setembro de 2019	25
Figura 2 – Áreas vulneráveis à violência contra crianças, adolescentes e jovens (até 29 anos) durante o período de janeiro à setembro de 2019	25
Figura 3 - Roubos a residências ocorridos durante o ano de 2019	26
Figura 4 - Estratégias utilizadas pelo eixo prevenção do pacto Pelotas pela paz	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Programas voltados à juventude.....	41
Tabela 2 - Evolução dos homicídios, em números absolutos.....	58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Sensação de segurança na cidade e no bairro de residência	60
Gráfico 2 - Número absoluto CVLI em Pelotas – Janeiro a Setembro	61
Gráfico 3 - Acumulado de CVLI_17 meses antes e após ações do Pacto_Estratégia de repressão Focada.....	61

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 O CADA JOVEM CONTA COMO TEMA E OBJETO DE PESQUISA.....	16
1.2 AS CATEGORIAS ANALÍTICAS: VIOLÊNCIA, POLÍTICAS DE PREVENÇÃO, AS MARGENS DO ESTADO, LEGIBILIDADE ESTATAL E SUBJETIVIDADE NEOLIBERAL.....	19
1.3 A INSERÇÃO EM CAMPO: CAMINHOS, DESCAMINHOS E MÉTODOS DE PESQUISA.....	21
1.3.1 Pré-qualificação da dissertação.....	21
1.3.2 Posteriormente à qualificação da dissertação.....	24
1.3.3 Estratégia Metodológica	27
2 AS CATEGORIAS ANALÍTICAS ILUMINANDO O CAMPO DE PESQUISA	31
2.1 VIOLÊNCIA: DAS APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS À NECESSIDADE DE CONVERSÃO SOCIAL.....	31
2.2 A POLÍTICA PÚBLICA ENQUANTO INSTRUMENTO DE LEGIBILIDADE ESTATAL.....	38
2.2.1 A juventude como alvo da política pública e o processo de formação de adultos de sucesso.....	40
2.3 O ESTADO E SUAS MARGENS: DIALOGANDO SOBRE A EXCLUSÃO SOCIAL.....	44
2.4 A SUBJETIVIDADE NEOLIBERAL POR DETRÁS DA FORMAÇÃO DOS ADULTOS DE SUCESSO.....	48
3 DOS CASES DE SUCESSO AO CADA JOVEM CONTA	52
3.1 A DISCUSSÃO SOBRE OS PARADIGMAS DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	52
3.2 OS CASES DE SUCESSO COMO APARATOS FUNDAMENTADORES DO PACTO PELOTAS PELA PAZ.....	57
3.3 O PACTO PELOTAS PELA PAZ: CIDADANIA OU URBANISMO MILITAR?.....	62
3.4 O MAL QUE SE ANTECIPA: OS PARADOXOS DO CADA JOVEM CONTA.....	66
3.5 O DESENVOLVIMENTO DE UMA POLÍTICA HABITACIONAL PARA ATENDER ÀS FAMÍLIAS DO CADA JOVEM CONTA.....	70
3.6 A NECESSIDADE DE CONVERSÃO E O RECRUTAMENTO DE JOVENS TALENTOS.....	72
4 CORPOS E PERSONALIDADES CRIMINOSAS: CULPABILIZAÇÃO, LEGIBILIDADE ESTATAL, PRODUÇÃO DE MARGENS E SUBJETIVIDADE NEOLIBERAL	76
4.1 OS CORPOS CULPÁVEIS: ADJETIVAÇÕES E ETIQUETAMENTOS.....	77
4.2 O CADA JOVEM CONTA SOB A ÓTICA DAS TECNOLOGIAS DE LEGIBILIDADE ESTATAL: UM CONTRAPONTO.....	82
4.3 O ESTADO COMO GESTOR DE SUAS MARGENS: A EXCLUSÃO PELA VIA DA INCLUSÃO.....	86

4.4 UMA SUBJETIVIDADE NEOLIBERAL MASCARADA PELO ASPECTO SALVACIONISTA DO BANCO DE OPORTUNIDADES E DO START.....	90
5 CONCLUSÃO: RETOMANDO QUESTÕES-CHAVE	95
REFERÊNCIAS	98
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS	102
APÊNDICE B - ORÇAMENTO	103

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAC	Associação de Proteção e Assistência aos Condenados
CAPS	Centros de Atendimento Psicossocial
CEEE	Companhia Estadual de energia Elétrica
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
CIP	Comitê Integrado de Prevenção
CIPAVE	Comissão Interna de Prevenção da Violência Escolar
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CVLI	Crimes Violentos Letais Intencionais
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
FEBEM	Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor
GGI	Gabinete de Gestão Integrada
MOP	Mão de Obra Prisional
OMS	Organização Mundial da Saúde
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SEPLAG	Secretaria de Planejamento e Gestão de Pelotas
SUSEPE	Superintendência de Serviços Penitenciários
UBS	Unidade Básica de Saúde
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

1 INTRODUÇÃO

1.1 O CADA JOVEM CONTA COMO TEMA E OBJETO DE PESQUISA

A explosão midiática foi avassaladora. “Pacto Pelotas pela Paz: um acordo para o futuro de Pelotas” (SENNA, 2020), “lançado em 11 de agosto, Pacto Pelotas pela Paz deixa um saldo de muitos crimes evitados” (CABRAL, 2019), “conheça o Pacto Pelotas pela Paz, iniciativa da cidade gaúcha que buscou diminuir drasticamente a criminalidade da cidade” (JUNQUEIRA, 2020), “pelas notícias que divulga a prefeitura, o Pacto Pelotas pela Paz vem obtendo resultados positivos” (AMIGOS DE PELOTAS, 2020), “Pacto Pelotas pela Paz vira objeto de análise da Universidade Estadual do Rio de Janeiro”. (COMUNITAS, 2020).

Muitas têm sido as láureas que coroam o sucesso e a redução dos índices do cometimento e vitimização de práticas violentas desde que, em 11 de agosto de 2017 foi lançado, pela Prefeitura Municipal de Pelotas em parceria com a Comunitas e o Instituto Cidade Segura¹, o Pacto Pelotas pela Paz. Tal pacto, surge amparado por um ideário federativo de a segurança pública não ser somente um assunto de competência dos governos estaduais, mas sim de todos os entes componentes da federação, incluindo-se, aí os municípios.

O referido Pacto, assim, é atravessado por ideais de promoção de uma segurança com cidadania através de uma atuação em rede de diversos setores da sociedade e, não somente das instituições policiais, para erradicar os aterradores índices de violência que pairavam sobre a cidade, bem como atuar fortemente na prevenção a fim de, literalmente cortar o mal pela raiz. Segundo Alberto Kopittke, especialista do Instituto Cidade Segura:

O Pacto representa o início de uma nova geração de políticas de Segurança Pública no Brasil, com a integração de diversas forças da sociedade e do poder público e a utilização de metodologias baseadas em evidências inéditas no país tanto na prevenção social à violência, quanto na área de aplicação da lei. (COMUNITAS, 2019).

¹ A Comunitas define-se como sendo “uma organização da sociedade civil brasileira que tem como objetivo contribuir para o aprimoramento dos investimentos sociais corporativos e estimular a participação da iniciativa privada no desenvolvimento social e econômico do país”. Possui a missão de contribuir para a lapidação dos investimentos sociais corporativos através da produção de conhecimento, bem como da disseminação de boas práticas e articulação entre diversos setores, em como visa ser referência no engendramento de alianças transformadoras, tanto intra quanto intersetoriais, a fim de alavancar o desenvolvimento sustentável do país. O Instituto Cidade Segura, por sua vez, de maneira similar ao Comunitas, também se caracteriza como sendo uma organização da sociedade civil, a qual objetiva fomentar as políticas públicas focadas na redução da violência urbana, através da criação de espaços de diálogo e de ações baseadas no conhecimento científico. (REDE JUNTOS, 2017).

Realizando um comparativo entre o primeiro semestre do ano de 2017 (período anterior à implementação do Pacto) e o mesmo período de 2019, Pelotas sinalizou uma diminuição de 35% na taxa de homicídios dolosos, bem como de 36% no tocante aos roubos verificados no mesmo período. (COMUNITAS, 2019).

A fim de atuar nas frentes preventiva e repressiva, o Pacto Pelotas pela Paz surgiu respaldado por sobre uma tríade de instâncias – o Gabinete de Gestão Integrada (GGI), voltado à reunião das instituições policiais para combater práticas violentas através da repressão; Comitê Integrado de Prevenção (CIP), o qual abarca os projetos focados nas três esferas de prevenção (primária, secundária e terciária) a fim de evitar o cometimento futuro de delitos, bem como a formação de corpos criminosos; e, o Fórum Municipal de Segurança Pública que equivale a um evento bienal realizado para a prestação de contas das atividades e resultados do Pacto para com a sociedade.

Até aqui, todos os indicadores que rodeiam o Pacto parecem bastante positivos e transformadores na seara da segurança pública, assecuração de uma segurança com cidadania e promoção de uma cultura da paz. Ainda me familiarizando com o Pacto Pelotas pela Paz e tudo o que o cerca, tomei conhecimento de que tal política foi implementada na cidade de Pelotas inspirada em três *cases* considerados de sucesso: Medellín e Bogotá (Colômbia) e Nova Iorque (Estados Unidos da América).

Teoria das janelas quebradas, práticas de tolerância zero de modo a repelir delitos ínfimos de forma severa a fim de evitar o cometimento daqueles de gravidade mais acentuada, depuração de maus elementos? Fui forçada a uma primeira pausa para reflexões. Como uma política que visa, primordialmente à implementação de uma cultura da paz e cidadania, poderia ser inspirada em outras políticas de caráter completamente totalitário e repressivo?

A definição do tema de pesquisa ainda figurava enquanto questão nebulosa. Era preciso defini-lo para enfim, delimitá-lo e apontar o objeto. Diante de uma política de segurança pública tão complexa e repleta de vicissitudes, precisava focar em algum projeto determinado dentro desta vasta teia repressiva e preventiva. Prossegui no conhecimento da política na esperança de encontrar-me, enfim, com meu tema de pesquisa. A manchete de uma notícia escancarada no site da prefeitura municipal me saltou aos olhos: “Cada Jovem Conta transforma comunidades a partir das escolas”. (KAPPENBERG, 2019a). Prossegui com a leitura da notícia cuja manchete revelava-se tão instigante. Saciando minha curiosidade, descobri que o Cada Jovem Conta figura com sendo o principal programa do eixo prevenção do Pacto.

Prossigui com a leitura, quando me deparei com a frase: “Identificamos jovens com fatores de risco para a violência e articulamos a rede de proteção social para atuar com oportunidades de estudo, emprego e lazer”. (KAPPENBERG, 2019a). Mais uma pausa, percebia-me atônita frente a esta identificação de jovens de fatores de risco. “Como isto é feito?” Esta era a pergunta que latejava em minha cabeça. Pensei: “estou diante de uma dinâmica Lombroseana² em que determinados perfis são estereotipados enquanto criminosos de acordo com determinados traços físicos e comportamentais?”

Segui percorrendo a longa notícia, dotada de palavras exitosas no tocante ao programa quando deparei-me com indicadores numéricos: desde setembro de 2017, 81 jovens foram desligados do projeto, seja por superação dos fatores de risco para a violência, seja por necessidade de transferência escolar. (KAPPENBERG, 2019a).

Pensemos bem, o Pacto foi inaugurado em agosto de 2017 e, a notícia relata que em dezembro, praticamente quatro meses após a inauguração do Pacto, jovens já haviam começado a ser desligados do programa. Quase que num agir esquizofrênico, a autora Uruguaia Carola Carbajal Arregui sussurrava em meus ouvidos a máxima de Patrick Viveret utilizada por ela para discutir os indicadores sociais de que “por detrás das contas, há contos”. (VIVERET, 2009, *apud* ARREGUI, 2012, p. 538).

Arregui permaneceu comigo, auxiliando-me, com esta assertiva a encontrar meu tema de pesquisa. “Vou pesquisar o Cada Jovem Conta!” E, a partir desta tomada de decisão uma série de questionamentos começaram a aflorar em minha mente: “o que o programa considera como juventude em situação de risco?”; “como, onde e por quem é feito este mapeamento?”; “de que maneira esta atuação em rede funciona?”; “o que são os comitês territoriais através dos quais o Cada Jovem Conta Perfectibiliza sua atuação?”; “onde situam-se estes comitês?”; “com base em quais indicadores se deu a eleição da localização dos comitês territoriais?”

Lembro-me bem, no momento em que pedi uma reunião de urgência com meu orientador para relatar sobre meus “achados” e inquietações. Sentamo-nos no *lounge* da Universidade Católica acompanhados de um café para falarmos sobre meu possível tema de pesquisa. Lembro-me de seu olhar de encantamento e empolgação ao ouvir com tanta paciência minhas palavras atabalhoadas e nervosas em contar-lhe tudo. “Tu precisas pesquisar isto!”, disse-me em tom de descoberta, “precisamos descobrir quais os contos que existem por trás destas contas.”

² Cesare Lombroso foi um médico psiquiatra fundador da Escola Positiva e um dos maiores responsáveis por inaugurar uma fase científica do pensamento criminológico no final do século XX. Para Lombroso, o Homem delinquente possuía características morfológicas, estabelecendo, desta forma, uma estreita relação entre delito e sujeito ativo do crime.

O tema da presente dissertação, neste sentido, direciona-se à lançar uma análise crítica sobre o Programa Cada Jovem Conta o qual caracteriza-se como sendo o principal programa do eixo prevenção do Pacto Pelotas pela Paz. Duas questões-problema apresentaram-se enquanto sendo as inquietações que nortearam minha jornada de pesquisa, quais sejam: Quais os critérios utilizados pelos agentes do Cada Jovem Conta para identificar determinados perfis em situação de risco? E, de que forma são realizadas as ações de intervenção a fim de que tal projeto alcance seus objetivos?

Assim emergiu o Cada Jovem Conta enquanto tema e objeto de pesquisa. São muitos os contos que temos a desvelar e que descobrimos ocultos por detrás destas contas.

1.2 AS CATEGORIAS ANALÍTICAS: VIOLÊNCIA, POLÍTICAS DE PREVENÇÃO, AS MARGENS DO ESTADO, LEGIBILIDADE ESTATAL E SUBJETIVIDADE NEOLIBERAL

Definido e delimitado o tema, passei à revisão bibliográfica a fim de eleger as principais categorias que permeariam minha análise. Inicialmente, em um momento pré banca de qualificação, a partir de um conhecimento mais superficial sobre o tema a violência, as políticas de prevenção e as margens estatais figuraram enquanto sendo as categorias iniciais de análise. Posteriormente, com o projeto já qualificado e após adentrar em campo, dando início à aplicação das entrevistas, notei que seria preciso incluir a legibilidade estatal e a subjetividade neoliberal dentre minhas categorias, visto que afloraram com veemência nas falas de meus interlocutores.

A partir desta percepção quanto às categorias de análise utilizadas, esta dissertação se estrutura da seguinte forma: um capítulo inicial, onde realizei uma discussão puramente teórica a partir da escolha de autores cujos estudos se coadunam com cada categoria; um intermediário onde apresentei minuciosamente o Pacto Pelotas pela Paz e suas instâncias, bem como o programa Cada Jovem Conta e os demais programas que foram criados a partir dele para auxiliá-lo; e, por fim, um último capítulo de análise de entrevistas, onde explicitarei com palavras de meus entrevistados, a teoria sustentada quando da abordagem teórica das categorias realizada no primeiro capítulo.

Tendo em vista que o Cada Jovem conta atua diretamente na prevenção à violência, no primeiro capítulo o leitor encontrará inicialmente uma discussão sobre o fenômeno da violência, permeada inicialmente por uma discussão histórica à respeito das formas tradicionais e contemporâneas de violência amparadas em Michel Foucault, em sua obra Vigiar e Punir (FOUCAULT, 2014), perpassando por uma análise sobre, as mutações sofridas

pela concepção de violência, a violência entre a inclusão e a exclusão social, violência estrutural e a necessidade da construção de uma “ética universalista” e a formação de um “sujeito transcendente” a fim de repelir os fenômenos violentos, ancorada nos estudos de Kruchin (2013), Porto (2000), Baratta (2013) e Schuch (2009), respectivamente.

Por se tratar de uma política pública de prevenção à violência, abordei esta, ainda no primeiro capítulo, como sendo um instrumento de legibilidade estatal utilizando-me das ideias de Sposito e Carrano (2009) para abordar teoricamente o que sejam as políticas públicas, Shore (2010) e seus posicionamentos desde uma antropologia das políticas públicas, bem como Foucault (2014) para tratar sobre a instituição de uma governamentalidade e a instituição de disciplinas pelo ente Estatal através de suas políticas e, por fim, todas estas ideias foram coadunadas com a abordagem do Sociólogo Inglês Rose (1998) sobre a arte de governar à distância.

Para dar sustentação à ideia por mim levantada de que o Cada Jovem Conta atua enquanto um mecanismo de delimitação de margens, amparei-me, e não poderia ser diferente, nas perspectivas trabalhadas pelas antropólogas indianas Veena Das e Deborah Poole, bem como no conceito de organismo militar trabalhado pelo geógrafo britânico Stephen Graham. E, por fim, arguindo a presença de traços de uma ideia de subjetividade neoliberal presentes no Banco de Oportunidades e Start, programas criados para atender o contingente inscrito no Cada Jovem Conta, ancorei minha escrita na abordagem de Montañó (2012), a respeito da pobreza, questão social e suas formas de enfrentamentos, bem como, novamente em uma perspectiva foucaultiana, levantamos que, a partir destes programas que visam à inserção do jovem no mercado de trabalho e em cursos profissionalizantes no turno inverso ao da escola, o corpo destes jovens acaba adentrando em uma maquinaria de poder que o desarticula, esquadrinha e recompõe. (FOUCAULT, 2014).

No segundo capítulo, abandonei um pouco a discussão puramente teórica para me deter na explicitação de toda a estrutura do Pacto Pelotas pela Paz, passando pelo Cada Jovem Conta e o projeto habitacional que está sendo desenvolvido para fornecer moradias dignas às famílias do programa, assim como o Banco de Oportunidades e o Start. Por fim, abordei em detalhes os *cases* de sucesso inspiradores da criação do Pacto, problematizando-os e demonstrando sua perspectiva repressiva e totalitária.

No terceiro e último capítulo desta pesquisa, me detive em analisar os dados coletados nas entrevistas aplicadas de maneira conjugada com todo o aporte teórico de que lançamos mão quando da abordagem das categorias analíticas.

1.3 A INSERÇÃO EM CAMPO: CAMINHOS, DESCAMINHOS E MÉTODOS DE PESQUISA

1.3.1 Pré-qualificação da dissertação

Minha inserção no campo de pesquisa demandou tempo tendo em vista que me propus a analisar criticamente uma política pública de segurança. Quando fiz esta escolha, estava convicta de que as dificuldades de acesso seriam muitas, uma vez que o Estado, embora desenvolva suas atividades de maneira aparentemente pública, se fecha diante quando alguém (e este alguém, no caso eu, vem de dentro da academia) se propõe a analisar e, talvez analisar criticamente as suas atividades.

Sendo assim, a partir de um consenso entre eu e meu orientador, decidimos começar os primeiros contatos para averiguação temática pela cúpula dos agentes do Pacto Pelotas pela Paz. Meu orientador, assim, realizou o primeiro contato com o Coordenador Geral do Pacto, Alberto Freitas a fim de agendar um encontro, a fim de que este pudesse nos contar um pouco mais sobre a política e seus trâmites.

Para nossa surpresa, o e-mail foi prontamente respondido e fomos recebidos no Paço Municipal. Ao chegarmos no referido local, fomos encaminhados inicialmente para a sala dos assessores da prefeita, a fim de aguardarmos nosso interlocutor que havia saído para resolver uma pendência. Meus olhos fitaram imediatamente em um organograma de toda a estrutura do Pacto desenhado à mão que estava debaixo do tampo de vidro da escrivaninha que, segundo outro assessor que estava na sala, era ocupada por Freitas. Em seguida, fomos conduzidos para a sala de reuniões da prefeitura, nos sendo dito que estávamos sendo esperados neste local por Alberto. Fomos recepcionados com extrema cordialidade e receptividade na sala de reuniões, momento em que descrevemos nossa pretensão de pesquisa e declaramos nosso querer saber mais informações sobre o Pacto em Geral, perpassando pelo CIP a fim de chegarmos no projeto Cada Jovem Conta.

A conversa principiou pelos relatos a respeito do Fórum Municipal de Segurança Pública que ocorrera no primeiro semestre de 2019 na Universidade Católica de Pelotas, de maneira a demonstrar a transparência que o Pacto possui para com a sociedade visto que este é um evento que ocorre a cada dois anos com o fim de que seja feita uma prestação de contas por parte dos gestores a sociedade. Em meio a este relato, notamos uma certa preocupação em frisar que o Pacto não possui um viés político partidário visto que fortes argumentos vieram no sentido de que nos *baners* utilizados para apresentar os projetos no fórum, inexistiam fotos em que a prefeita estivesse presente.

Posteriormente nos foram relatadas as quedas nos índices de violência verificadas nos últimos dois anos no município sendo estes comparados aos cases de sucesso que inspiraram o Pacto em comento, e apresentadas as três instâncias que o compõe juntamente com os projetos que as integram. Neste momento, um aspecto da fala de nosso interlocutor que me chamou bastante a atenção foi o tom afirmativo com que este, afirmava que a maior parte do percentual demonstrativo do perfil das pessoas que cometem crimes no município de Pelotas é formado por jovens, brancos e que boa parte destas condutas são praticadas no centro.

No momento em que nos foi esclarecida a maneira como o CIP trabalha, a frequência com que são realizadas as reuniões com os coordenadores de projetos e quem são os atores que integram o respectivo comitê, mencionamos sobre o projeto que realiza o mapeamento nas escolas de adolescentes e jovens em situação de risco, o Cada Jovem Conta. Em seguida o funcionamento do referido projeto nos foi explicado, curiosamente, utilizando exemplos de jovens em escolas da periferia. Manifestamos sobre nossa curiosidade, tendo em vista a veemência com que, anteriormente nos havia sido relatado que a maior parte das condutas delituosas eram cometidas no Centro. Por fim, fomos convidados a passar a participar das reuniões das duas principais instâncias formadoras do Pacto: o Gabinete de Gestão Integrada (GGI) e o Comitê Integrado de Prevenção (CIP).

1.3.1.1 Primeira reunião do Gabinete de Gestão Integrada (GGI)

Ao chegar na chama Sala do Pleno, localizada na Secretaria Municipal de Segurança Pública do município interno da Secretaria Municipal de Saúde do município para participar da reunião do GGI, fui recebida por uma guarda municipal a qual é coordenadora do Observatório de Segurança Pública. Sentei no auditório vazio e notei que a moça de farda azul marinho dirigira-se rapidamente para fora da sala a fim de avisar alguém da minha presença. Em seguida ouvi uma voz bem baixa dizendo: “aquela moça da universidade está aí!” Logo em seguida adentrou na sala o Secretário Municipal de Segurança Pública, vestindo seu fardamento de policial militar dizendo-me que a reunião em breve começaria.

Enquanto aguardava, na minha frente estava um computador com as respectivas apresentações numéricas sobre controle de crime que seriam feitas na tarde. Notei que havia uma grande preocupação com que eu, em momento algum, ficasse sozinha na sala. Aos que passavam por mim e viam-me com um caderno e uma caneta, espichavam seus olhares nervosos para as linhas a mostra que, até o momento estavam em branco.

Quando se aproximara das 14hrs, horário marcado para o início da reunião, uma série de autoridades policiais começaram a chegar exibindo suas fardas ornamentadas pela presença

de cassetetes, coldres com revólveres, algemas e cartucheiras repletas de balas. Outros por sua vez, chegavam a paisano e ao adentrar no auditório vestiam somente a parte de cima da farda.

Ao começar a reunião, o ar policialesco pairava por sobre o local tanto no tocante à vestimenta, quanto linguagem corporal e verbal. Percebi que em alguns momentos, algumas informações eram faladas através de cochichos, creio tratar-se de algo oculto que eu não poderia ser sabedora.

A reunião prosseguiu entre comemorações a respeito das taxas de redução da violência e delineamento de novas estratégias de segurança pública. Neste momento, uma das autoridades, ao ser apresentado um mapa demonstrativo dos lugares onde a segurança deve ser reforçada tendo em vista as escolas existentes no local, bem como residenciais, ergueu sua voz, afirmando: “tem que dar um jeito na “marginalha” que vive aí na Volta desse local, porque as escolas estão ficando depredadas e os residenciais estão deixando de vender.” Ao final, no momento em que todos os presentes se retiravam da sala, me dirigi ao Secretário Municipal de Segurança Pública a fim de agradecer a receptividade e averiguar se poderia seguir frequentando as reuniões do GGI bem como se ele poderia me conceder uma entrevista quando, enquanto recebi um cordial abraço recebi a seguinte resposta: “Vamos ver, vamos nos falando e combinamos tudo.” Neste exato momento percebi que minha presença enquanto pesquisadora era incomodativa nestas reuniões tendo em vista que ameaçava os distanciamentos e silenciamentos típicos da governamentalidade estatal. (FOUCAULT, 2005).

1.3.1.2 Primeira reunião do Comitê Integrado de Prevenção (CIP)

Quando Cheguei no Auditório Interno da Secretaria Municipal de Saúde a fim de participar da reunião do CIP, vários dos representantes dos projetos abarcados pelo comitê já estavam presentes. Desse modo, me apresentei para cada um deles, a fim de que me conhecessem e soubessem o motivo que me levava a participar da reunião. A primeira coordenadora de projeto com quem estabeleci contato foi, justamente, a senhora Marina Pacheco que de pronto se interessou pelo meu estudo a respeito do Cada Jovem Conta. Conversamos durante alguns minutos enquanto a reunião não tinha início e ela me explicou a respeito dos comitês territoriais e da rede de atuação do projeto que constitui nosso objeto de estudo.

A primeira pauta a ser discutida na reunião, seria a demonstração dos resultados de uma ação que havia sido para oferecer e aperfeiçoar a moradia das famílias dos alunos compreendidos pelo Cada Jovem Conta. A partir do momento em que as fotos das casas

destruídas, muitas delas com apenas um cômodo, sem banheiro, com piso de barro, repletas de lixo foram sendo substituídas por casas de madeira em construção, onde os homens passaram por oficinas para aprenderem a construir sua própria moradia e suas esposas aprenderam a cozinhar e serem donas de casa notei que o ar de emotividade tomou conta de todas as pessoas que ali estavam presentes, bem como da própria coordenadora do projeto que se emocionou ao falar de terminados alunos abacados pela Rede Cada Jovem Conta.

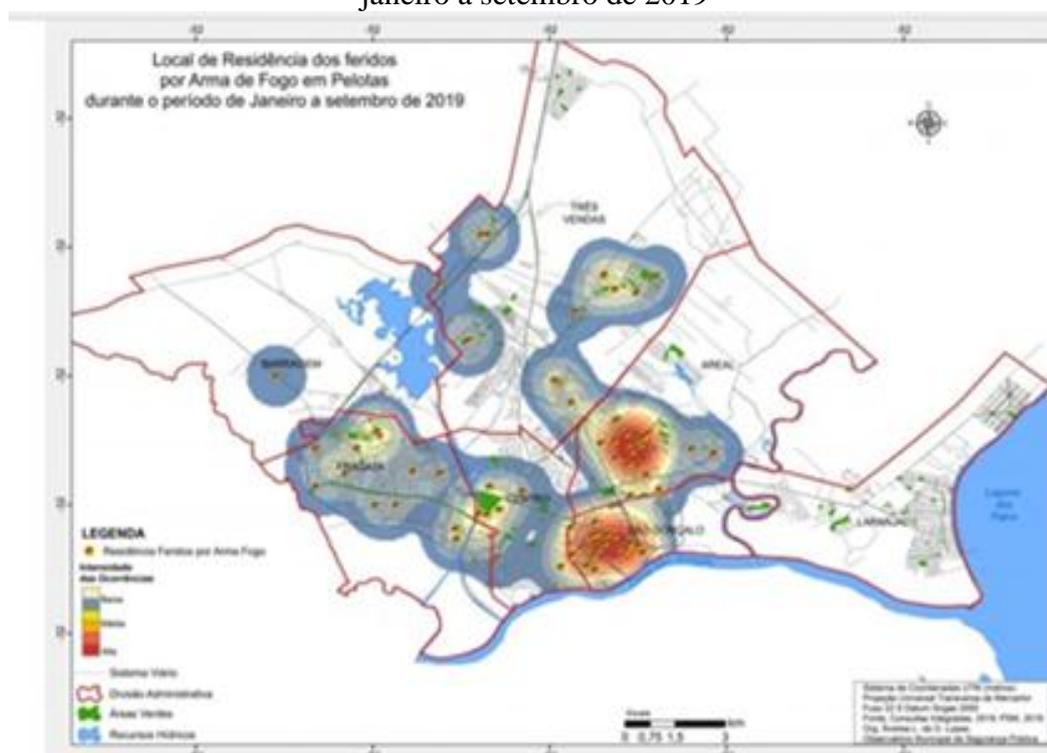
Ao final desta apresentação, os presentes com os olhos marejados, aplaudiram de pé atividade do projeto, sendo a reunião posteriormente concluída com a seguinte frase do presidente do CIP que a enunciou emotivamente: “se trabalhamos por amor, sem ganhar um “vintém” a mais para coordenar nossos projetos, e para isto. Para proporcionar maior dignidade para nossa população. Estou orgulhoso de vocês! Vocês são verdadeiros heróis sem capas”.

Feitos estes três importantes contatos iniciais, verifiquei a viabilidade concreta de meu tema e dei início à revisão bibliográfica pertinente a fim de formular meu projeto de qualificação que ocorreria dia 27 de março de 2020 a fim, de após o projeto devidamente qualificado, pudesse finalmente dar início à minha inserção definitiva em campo.

1.3.2 Posteriormente à qualificação da dissertação

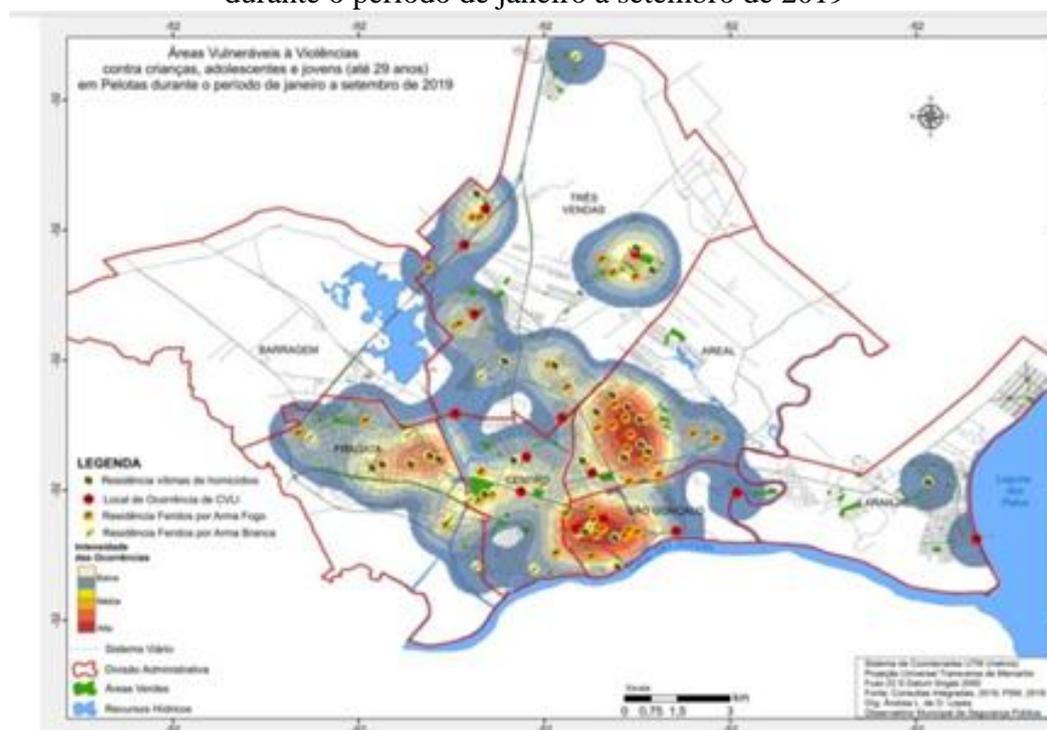
Após a qualificação do meu projeto de dissertação, encontrava-me pronta e ansiosa para adentrar definitivamente em meu campo o qual havia sido planejado para ocorrer nas reuniões do Comitê Integrado de Prevenção (CIP) as quais ocorrem mensalmente, seja no Paço Municipal, seja no auditório da Secretaria Municipal de saúde, bem como dentre os 10 comitês territoriais através dos quais o Cada Jovem Conta atua, havíamos eleito três deles: Areal (Comitê Territorial 2), Dunas (Comitê Territorial 1) – os quais estão situados em regiões as quais figuraram durante o ano de 2019 como sendo de residência dos feridos por arma de fogo, de maior incidência à pratica violentas praticadas contra crianças, adolescentes e jovens, bem como de maior incidência do crime de roubo a residências, e Laranjal (Comitê Territorial 8), o qual teve menor incidência destes mesmos crimes, conforme se apreende a partir das imagens a seguir:

Figura 1 - Local de residência dos feridos por arma de fogo em Pelotas durante o período de janeiro a setembro de 2019



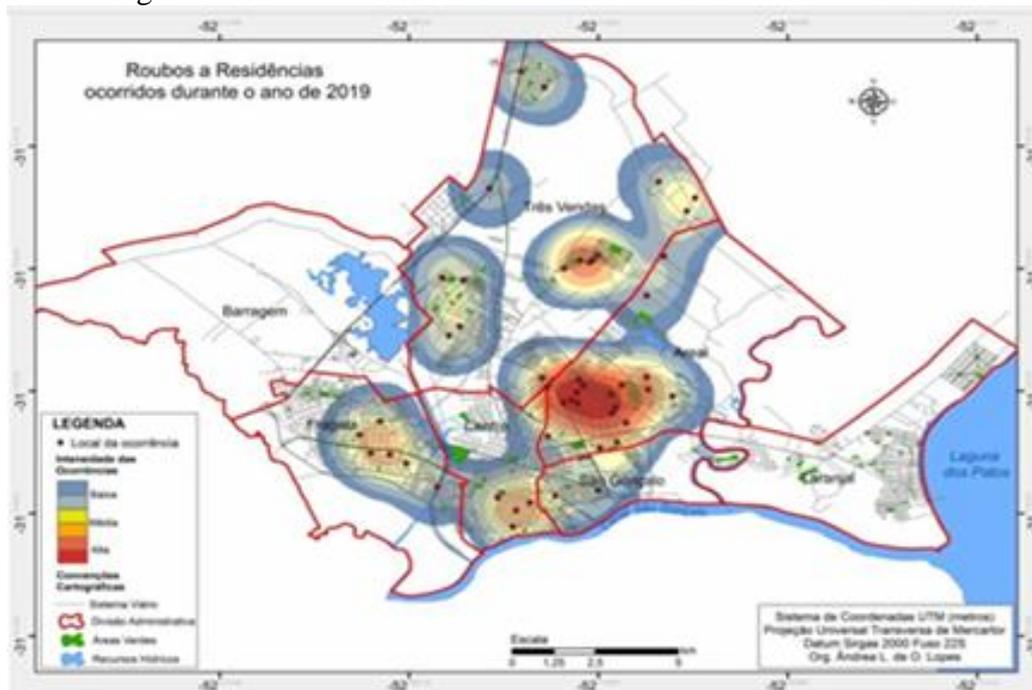
Fonte: Pelotas (2019).

Figura 2 – Áreas vulneráveis à violência contra crianças, adolescentes e jovens (até 29 anos) durante o período de janeiro à setembro de 2019



Fonte: Pelotas (2019).

Figura 3 - Roubos a residências ocorridos durante o ano de 2019



Fonte: Pelotas (2019).

Ocorre que, em decorrência da Pandemia de Covid-19 que vem assolando o mundo desde o início de 2020, minha própria banca de qualificação já se deu de forma virtual tendo em vista que o distanciamento social se impôs sobre nós como um código de sobrevivência. Diante desta situação, tudo o que havia sido planejado para a feitura do campo teve de ser cuidadosamente repensado, visto que tudo deveria se realizar de forma virtual.

A partir disso, formulei um roteiro de entrevistas a fim de realizá-las virtualmente. No tocante aos sujeitos de pesquisa, necessitei fazer uma opção por ouvir os agentes públicos componentes da cúpula do Pacto Pelotas pela Paz, bem como do Cada Jovem Conta, como também dos profissionais que atuam na ponta desempenhando seu trabalho dentro dos comitês territoriais do programa e participando das reuniões quinzenais destes (as quais, este ano não estão ocorrendo devido ao momento pandêmico). Gostaria de deixar explícito que, embora em um momento pré qualificação e pré Covid-19, houvesse eleito determinados comitês como recorte empírico, que não pude manter esta estratégia.

Isto posto, sabia que o fato de procurar meus entrevistados através de aplicativo de mensagens e realizar as entrevistas via plataforma do *Google Meet*, seria um trabalho árduo e que me exigiria muita perseverança. Portanto, elegi meus interlocutores da seguinte maneira: após entrevistar a coordenadora do programa Cada Jovem Conta, pedi os contatos dos coordenadores de cada comitê territorial. Posteriormente enviei mensagens para todas estas

peessoas, momento em que recebi muitos silêncios (lembrando que palavras não ditas, dizem muito), mas, outrossim, recebi muitos retornos positivos. Nesta lógica, entrevistei alguns coordenadores de comitê, que são profissionais das áreas que atendem o Cada Jovem Conta (educação, saúde e assistência social) e, a partir destas pessoas, fui estabelecendo redes de contatos com outros integrantes dos seus respectivos comitês. Ao final, entrevistei os seguintes agentes:

- Aberto Freitas – Coordenador Geral do Pacto Pelotas pela Paz e Presidente do Comitê Integrado de Prevenção;
- Marina Pacheco – Coordenadora do Programa Cada Jovem Conta;
- Hélio Schneid – Coordenador do Projeto de Construção de moradias e banheiros modulados destinados às famílias do Cada Jovem Conta;
- Marília da Silva – Assistente Social no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) -Areal e uma das profissionais “chave” na coordenação de gerenciamento do Programa;
- Helena Almeida – Orientadora Educacional da Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Núcleo Habitacional Dunas (Comitê Dunas);
- Carolina Peixoto – Enfermeira Unidade Básica de Saúde (UBS) Dunas (Comitê Dunas);
- Cristiane Dornelles – Assistente Social do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) -Areal;
- Cassiano Pereira – Coordenador do Banco de Oportunidades e do Programa Start (criados para captar oportunidades de emprego para os jovens do Cada Jovem Conta);
- Caio Machado – Orientador Educacional na EMEF. Jeremias Fróes (Comitê Centro);
- Eduarda Passos – Psicóloga do CREAS-Centro (Comitê Centro).

1.3.3 Estratégia Metodológica

Neste tópico, buscar-se-á proceder à análise sintética do caminho metodológico seguido a fim de satisfazer os objetivos e responder as questões problema que orientaram a pesquisa em voga.

Nesta senda, a inspiração metodológica do corrente estudo leva em consideração a valia de uma construção metodológica bem formatada, visto que segundo a catedrática autora Minayo (2001, p.16) a metodologia é:

caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Em sentido equânime, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas [...]. Desta maneira, a metodologia inclui

as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador.

Neste sentido, a referida autora, ventila ainda a ideia de que:

Enquanto abrangência de concepções teóricas de abordagem, a teoria e a metodologia caminham juntas, intrincavelmente inseparáveis. Enquanto conjunto de técnicas, a metodologia deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática. O endeusamento das técnicas produz ou um formalismo árido, ou respostas estereotipadas. Seu desprezo, ao contrário, leva ao empirismo sempre ilusório em suas conclusões, ou a especulações abstratas e estéreis. (MINAYO, 2001, p. 16).

Sob esta ótica, o presente estudo transcorreu sob a égide de uma abordagem qualitativa de cunho exploratório, tendo em vista que, ante a complexidade do referido objeto de estudo, bem como das questões-problema propostas e dos objetivos traçados, somente a pesquisa qualitativa está apta a abarcar toda subjetividade e as vicissitudes que necessitam serem analisadas quando da abordagem do projeto Cada Jovem Conta.

De igual modo, a escolha favorável à pesquisa qualitativa, segundo Minayo (2001) deu-se considerando que esta responde a questões muito particulares. “Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado”. (MINAYO, 2001, p. 21). Isto é, a pesquisa qualitativa trabalha com toda uma subjetividade, formada por um universo de significados, motivo, aspirações, crenças, valores e atitudes, correspondendo a um espaço mais profundo das relações, processos e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização das variáveis. (MINAYO, 2001).

Quanto aos seus objetivos, combinado à pesquisa qualitativa e aos aspectos justificadores de sua escolha, trata-se de uma pesquisa exploratória tendo como pressuposto que esta objetiva proporcionar maior familiaridade com o problema, de maneira a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Boa parte das pesquisas deste viés dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão. (GIL, 1999).

Ademais, considerando que o *corpus* de pesquisa, dentre seus tantos sentidos e significações, tem a finalidade de expor atributos desconhecidos direcionados a perceber os signos, sentidos e representações presentes em uma determinada prática social, bem como, levando em consideração que a pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas,

com o recurso de diferentes tipos de pesquisa, o corpus de pesquisa de campo da corrente investigação está insculpido no universo do projeto Cada Jovem Conta, inserto no eixo secundário de prevenção do Pacto Pelotas pela Paz, o qual é intitulado Escolas da Paz. (FONSECA, 2002).

No tocante as técnicas de pesquisa, lançamos mão da feitura de entrevistas semiestruturadas, tendo em vista que:

Entrevista, tomada no sentido amplo de comunicação verbal, e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico, é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo. Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador, destinada a construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes tendo em vista este objetivo. (MINAYO, 2001, p. 261).

Em igual sentido, no tocante a feitura de entrevistas semiestruturadas, a autora em tela sustenta que esta “combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada.” (MINAYO, 2001, p. 261), bem como que na entrevista semiestruturada, o pesquisador se apoia em um roteiro de entrevista composto por perguntas abertas, permitindo ao entrevistado explicitar suas opiniões e argumentos, além de permitir o desdobramento de questões que possibilitem descobertas e a compreensão do fenômeno sob a ótica do informante. (ALENCAR; GOMES, 2001).

Isto posto, a partir do viés metodológico apresentado, realizamos a análise do discurso a partir das entrevistas realizadas virtualmente com os sujeitos elencados supra. Nesta senda, o discurso para Foucault (2014):

O discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. (...) não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; *mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever.* (FOUCAULT, 1986, p. 56).

Outro ponto de extrema importância que cabe salientar aqui é a minha opção sobre a não utilização dos nomes verdadeiros de meus entrevistados. Não foi uma opção fácil, eu

confesso, tendo em vista que o medo de que os relatos contidos nesta dissertação perdessem a verossimilhança me rondou e, ainda me ronda. Ocorre que, considerando que meus entrevistados são pessoas públicas, agentes públicos que estão dentro de uma estrutura de poder estatal (ainda que em sua totalidade tenham me autorizado a utilizar suas falas) não me senti à vontade de divulgar seus nomes, embora tenha mantido a citação dos cargos que ocupam. Tenho ciência de que esta, como qualquer escolha que se faça, me oferece riscos, porém como bem colocou Fonseca (2007) em seu texto sobre os dilemas éticos da etnografia, preferi esconder meus “nativos”³ por detrás do anonimato. Faço minhas, as palavras de Fonseca, quando esta bem coloca que:

Colocar o verdadeiro nome produz um acréscimo nada desprezível à verossimilhança de nosso material etnográfico. Ainda abre a possibilidade de outros pesquisadores incorporarem estes dados em estudos subsequentes do mesmo local, usando a monografia precedente como tijolo no edifício duradouro de uma história universal. Insisto, no entanto, que mesmo nesse estudo histórico, não consigo usar nomes sem certo arrepio. Quero agora entender melhor de onde vem este arrepio. (FONSECA, 2007, p. 2013).

Compartilhando das mesmas ideias da autora, também gostaria de entender melhor sobre a origem deste “certo arrepio”, porém, o meu, suspeito que advenha da consciência de que, a partir do momento que decidi abordar como tema de pesquisa um programa de prevenção à violência pertencente à uma política pública de segurança, decidi, automaticamente falar de Estado e seus mecanismos e, por argumentos que o leitor entenderá no decorrer de meu texto, falar de e sobre o Estado, requer restrições.

³ Forma como a autora trata seus sujeitos de pesquisa.

2 AS CATEGORIAS ANALÍTICAS ILUMINANDO O CAMPO DE PESQUISA

2.1 VIOLÊNCIA: DAS APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS À NECESSIDADE DE CONVERSÃO SOCIAL

A segurança pública é apenas uma força de contenção. Quem ataca a violência, para realmente conseguir baixar os índices de forma significativa é a prevenção. (ALBERTO FREITAS – COORDENADOR GERAL DO PACTO PELOTAS PELA PAZ E PRESIDENTE DO COMITÊ INTEGRADO DE PREVENÇÃO EM ENTREVISTA REALIZADA EM 13/09/2019).

Os atos delituosos integrantes do gênero violência que molestem historicamente as sociedades fazendo com que estas se articulem, cada vez de maneira mais ostensiva a reprimi-los, vem sofrendo mutações na medida em que os eixos sociais transmutam-se em sua historicidade e transformação. O conceito de violência desta forma, não se caracteriza como sendo estanque em todos os momentos da humanidade, tendo em vista que delitos os quais hoje são considerados bárbaros e, inclusive vedados pelos corpos legislativos domésticos e internacionais, a exemplo da pena de morte, eram praticados sem censuras nos faustos punitivos do século XVII e podiam ser vistos por qualquer transeunte que passasse pela praça pública: a intensidade da força do poder estatal e o destino daqueles que contra este se insurgissem eram servidos à mesa aos populares.

Em vista disso, a socióloga Maria Stela Grossi Porto, ao analisar o fenômeno da violência entre a inclusão e exclusão social, coloca que este não se delinea como um conceito advindo das ciências sociológicas, mas sim da empiria e das vivências e manifestações que nesta se inserem. A compreensão dos eventos violentos aduz a autora, “dependem dos arranjos societários de que emergem”. (PORTO, 2000, p. 189).

Em vista disso, a mutação da noção de violência está demasiadamente atrelada ao tratamento e às significações dadas ao corpo tendo em vista que é através deste que o maior bem jurídico penalmente tutelado se manifesta: a vida. Isto se justifica pelo fato de que, os crimes que atentam contra a vida e contra a própria integridade física são, na atualidade, aqueles que demandam maior agudeza de punição e apenamento.

Segundo Foucault (2014), filósofo francês, cujos estudos acerca das formas delituosas em confronto com o castigo e repressão peculiares de cada tempo, são considerados um divisor de águas na análise da punição e do direito de punir advindo do Estado, este atrelamento entre corpo e violência se confirma desde as formas mais tradicionais de manifestações violentas, pois em um contexto prévio à reforma da penalidade no século

XVIII, o corpo era não somente o principal alvo de ataques de inimigos, bem como era através do suplício do corpo, principalmente em público, que o poder do Estado recaía por sobre os indivíduos a fim de perfectibilizar o direito/dever de punir os sujeitos desviantes da ordem civil e institucional vigorante. (FOUCAULT, 2014).

Até a ocorrência da supradita reforma da penalidade, a prisão não era tida enquanto uma espécie de pena, como o é nos dias atuais, mas sim, uma fase de transição entre a condenação e a execução pública. Ainda durante o século XVIII teve-se notícia de que enquanto aguardavam pelo seu derradeiro fim através dos suplícios, os condenados eram depositados em masmorras, sendo expostos às mais aterradoras condições de sobrevivência.

A partir do momento de ascensão do sistema repressivo-punitivo, em que a pena de prisão deixou de ser a espera para a morte e tornou-se a morte, propriamente dita, ainda que muitas vezes simbólica, dadas as condições deploráveis dos ambientes de custódia penal, os suplícios que dantes possuíam como alvo o corpo do apenado, visto que era necessário o padecimento do corpo e o escorrimento de sangue para que a tão defendida justiça vigente na época ocorresse, foram substituídos pelo sacrifício indireto a que está propenso o corpo do condenado no sistema penitenciário, sujeito a adoecimentos de toda sorte, bem como as mais diversas maneiras de morrer que adquirem maior propensão no interior do cárcere.

Hodiernamente, as execuções em praça pública a fim de fornecer as respostas esperadas pela sociedade sedenta pela feitura da justiça, foram substituídas pelo encarceramento em massa, originando os aterroradores percentuais de superpopulação carcerária caracterizada, na maioria dos casos, pela privação de liberdade de presos provisórios que, nem sequer condenação possuem, a fim de que todo um eixo social possa viver satisfeito com as formas de justiça feitas pelo estado, o encarceramento. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, 2017).

Ainda dentro de uma discussão foucaultiana, a tutela jurídica, no tocante às formas violentas oscilou, de igual modo, ao longo da história das civilizações pelo fato de que, em cada uma destas o corpo era intitulado como expressão de simbologias e misticismos e, por esta razão, distintas também eram as maneiras com que se traduzia o tratamento dado à corporalidade para a satisfação da investidura jurisdicional e proteção de específicos grupos étnicos, bem como de punição severa àqueles que infringiam as normas que para estes vigoravam.

De outro vértice, no tocante às formas mais contemporâneas de violência, ao longo da década de 1970 esta era tida como sendo uma consequência estrutural tanto política, quanto econômica. A partir desta perspectiva, críticas foram suscitadas tendo em vista que tal

afirmação evidenciava a existência de uma relação clara entre dois binômios: crime/pobreza e repressão policial/pobreza, desencadeando, assim, investidas mais intensas da polícia para a com a população pobre. (FOUCAULT, 2014).

De outra banda, a partir da década de 80, a qual foi marcada por um aumento considerável da criminalidade, a violência interpessoal⁴ passou a ser associada à postura repressiva e autoritária do ente Estatal. Desta maneira, “acadêmicos passaram a relacionar o autoritarismo do Estado ao crescimento da violência interpessoal, argumentando que haveria conexão entre a manifestação dessa violência e a aceitação de valores autoritários e violação de direitos”. (VASCONCELOS, 2009 *apud* KRUCHIN, 2013, p. 42).

Estas distintas formas de caracterização da violência ao longo dos tempos serviu de fomento para que as análises se voltassem principalmente ao controle social da sociedade e não somente do Estado abrindo-se, deste modo, a possibilidade para que fosse vislumbrada a relação entre interação interpessoal e violência, bem como entre cultura política autoritária e cultura política democrática, “além de introduzirem os direitos humanos como um tópico pertencente à área das políticas públicas e não como discursos que protegiam criminosos”. (VASCONCELOS, 2009 *apud* KRUCHIN, 2013, p. 42-43).

Isto posto, Porto (2000) nos diz que as formas contemporâneas de violência “possuem contornos que as distinguem de suas formas tradicionais de manifestação. Convivem com estas, mas também contribuem para sua destruição, deslocamento e redefinição”. Assim sendo, os referidos contornos distintivos das referidas formas tradicionais dizem respeito a duas espécies de fatores: os valores e o modo como o evento violência é percebido frente às mudanças da sociedade contemporânea. No que concerne ao primeiro caso

a fragmentação sociocultural, ausência de uma representação unificada do social, ausência de pontos fixos de referência norteadores de conduta, são

⁴A Organização Mundial da Saúde (OMS) classifica a violência em três espécies, estando a violência interpessoal dentre estas espécies conceituando-se como sendo aquela que ocorre no ambiente social em geral, entre conhecidos ou desconhecidos. É praticada por meio de agressão às pessoas, por atentado à sua integridade e vida e/ou a seus bens e constitui objeto de prevenção e repressão por parte das forças de segurança pública e sistema de justiça (polícias, Ministério Público e poder Judiciário) (Violência Intepessoal extrafamiliar ou comunitária). Considera-se violência doméstica/intrafamiliar a que ocorre entre os parceiros íntimos e entre os membros da família, principalmente no ambiente da casa, mas não unicamente. É toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outra pessoa da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e que tenha relação de poder. A violência doméstica/intrafamiliar não se refere apenas ao espaço físico onde a violência ocorre, mas também, às relações em que se constrói e efetua. Este tipo de violência também inclui outros membros do grupo, sem função parental, que convivam no espaço doméstico. Incluem-se aí empregados(as), pessoas que convivem esporadicamente, agregados (Violência Interpessoal doméstica/intrafamiliar). (CENTRO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, 2019).

expressões de uma fragmentação valorativa e, ao segundo as formas como a violência estaria atrelada à questão da legitimidade. (PORTO, 2000, p. 195).

Nesta esteira, Porto aborda os novos sentidos adquiridos pelas formas violentas em diálogo com Wieviorka (1997), sociólogo francês, o qual analisa a introdução do que este considera como sendo um novo paradigma de violência a partir do atual estado de globalização, ventilando que:

A ideia de um novo paradigma é, portanto, comportada pelo exame das mudanças que remetem aos significados, às percepções e aos modos de abordagem da violência. Nem por isso ela se encontra totalmente estabelecida ou demonstrada, mesmo porque inflexões e reversões de tendência sempre podem ocorrer em uma evolução histórica. Por isso mesmo, ela demanda investigações complementares, a começar por aquelas que podem referir-se às mudanças relativas às principais fontes de violência. (WIEVIORKA, 1997, *apud* PORTO, 2000, p. 197).

Prosseguindo nesta mesma esfera de abordagem acerca do atrelamento existente entre violência e mudanças sociais, Wieviorka (1997, *apud* PORTO, 2000, p. 196) aduz ainda que:

Se há certamente uma ligação entre a violência e essas mudanças sociais, tal ligação não é automática e imediata, a violência deve ser concebida a partir dessas mediações. Ela não surge diretamente da mobilidade descendente, ou da crise; assim, os motins dos bairros difíceis da França ou da Inglaterra ou das grandes metrópoles americanas sobrevêm por ocasião de excessos policiais ou de decisões inadequadas da justiça, bem mais do que como um protesto contra o desemprego; a raiva e o ódio dos jovens exprimem-se certamente tendo por trás um cenário marcado por dificuldades sociais, mas correspondem acima de tudo a sentimentos fortes de injustiça e de não reconhecimento, de discriminação cultural e racial. O desemprego e a pobreza[...] não se traduzem imediatamente ou diretamente em violências sociais, mas sobretudo alimentam frustrações[...].

Tendo em vista ser a violência muito mais um fenômeno cujas significações emergem da própria empiria, e não obrigatoriamente um conceito sociológico uno e estanque, necessário se torna abordar não somente a violência em sua unicidade, mas sim, violências, uma vez que se trata de uma categoria multicausal. Nesta perspectiva, ao explorar os novos sentidos atribuídos à violência no Brasil, em diálogo com as ideias de Wieviorka (1997), Porto sugere que seu surgimento “articula-se a transformações na natureza da sociedade brasileira, as quais, por sua vez, inserem-se no contexto de transformações mais abrangentes combinando processos de globalização e fragmentação” (PORTO, 2000, p. 187), aponta para o sentido de que:

[...] Não existe violência, no singular, mas violências, cujas raízes são múltiplas e cuja identificação é complexa; portanto, qualquer tentativa

explicativa e de conceituação tem que, de forma compulsória, considerar tal multiplicidade” (PORTO, 2010, p. 15).

Bem como de que:

Não sendo singular, mas plural, a violência não pode ser sistematicamente identificada a uma única classe, segmento ou grupo social. Nem a supostos condicionantes territoriais, que explicariam sua existência referida à maior incidência em determinados estados do país, ou apontando para sua concentração em espaços específicos no campo como na cidade. (PORTO, 2010, p. 15).

Esta última citação de Porto, além de nos conduzir, como já descrito, à compreensão múltipla da violência, também alavanca uma segunda discussão relativa à violência mútua, ou seja, não somente entre civis ou por parte destes para com o Estado, bem como por parte do Estado para com aqueles. Nesta senda, quando elegemos como tema de pesquisa uma política pública de prevenção à violência no município de Pelotas, a expectativa, talvez, seja que discorrâmos apenas sobre a violência que nos está dada e estampada rotineiramente nos veículos midiáticos, porém, é necessário que seja abordada a violência que o Estado exerce para com os seus e que, muitas vezes, se caracteriza como sendo uma das raízes da qual provém esta outra violência em seu sentido mais popular e, porque não dizer corriqueiro, que tanto se busca repelir com estas políticas.

Assim, a violência, da maneira como é concebida pelo sistema de justiça penal e pelos meios de comunicação em massa, contempla apenas algumas formas de criminalidade propondo-se a punir, exclusivamente, as ações individuais ou de grupos específicos delineando a violência que o filósofo, sociólogo e jurista italiano, Alessandro Baratta, em sua obra *Criminología y Sistema Penal*, convencionou chamar de estrutural. (BARATTA, 2013). Tal violência estrutural se perfectibiliza a partir do momento em que todo um sistema punitivista, direciona-se apenas para considerar criminalizáveis e puníveis os feitos delituosos de uma determinada camada da sociedade: aquela produzida como estando situada á margem. A partir desta concepção, Baratta avança que:

A sociologia jurídico penal e a experiência cotidiana demonstram que o sistema punitivo dirige sua ação, principalmente, sobre as infrações da parte mais débil e marginal da população. Que grupos na sociedade tem a capacidade de impor ao sistema a quase completa impunidade de suas próprias ações criminais. A impunidade dos crimes mais graves é cada vez mais elevada na medida em que crescem a violência estrutural e a prepotência das minorias privilegiadas, que pretendem satisfazer suas próprias necessidades sobrepujando-se por sobre as necessidades dos outros e reprimindo com a violência física as demandas de progresso e de justiça,

assim como às pessoas, aos grupos sociais e aos movimentos, que são seus intérpretes. (BARATTA, 2013, p. 342).

Ainda dentro das percepções do mesmo autor, a seleção de uma pequena população recrutada, sobretudo entre as camadas mais baixas e dentro de um número maior de infratores distribuídos em todas as classes sociais, condiciona um estereótipo criminal que atua tanto em sentido comum, como nas instâncias mesmas da justiça penal com dois efeitos principais de legitimação.

O primeiro efeito pode ser vislumbrado como a legitimação da mesma forma seletiva de agir do sistema, demonstrando que o estereótipo criminal corresponde, sobretudo, às características dos indivíduos pertencentes às classes mais baixas e marginalizadas. O segundo apresenta-se diante de uma legitimação das relações sociais de desigualdade, da situação de desvantagem dos grupos mais baixos na escala social, porque, precisamente nestes grupos se encontrariam as tendências a realizar ações penalmente relevantes. (BARATTA, 2013, p. 346).

Considerando o debate acerca da multicausalidade do fenômeno da violência, depreende-se, principalmente por parte dos gestores das políticas públicas de prevenção, que há uma necessidade de contenção que cada vez com mais intensidade surge a fim de neutralizar, docilizar e converter os sujeitos potencialmente violentos.

É justamente sobre esta necessidade de contenção, projeção de um indivíduo transcendental e instituição de uma cultura da paz que a pesquisadora Schuch (2009), ao realizar uma pesquisa etnográfica inserida em um contexto pós Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), argui que surge uma espécie de

[...] “cruzada moral”, a qual visa controlar os desvios e fazer crer na possibilidade de uma sociedade solidária e harmônica. É essa sociedade ideal que fundamenta a ideia de uma “ética universalista” baseada na noção de “sujeito transcendente”, habitante de um mundo idealmente harmônico e “ajustado”. A essa noção vem a introduzir-se a realidade das relações sociais desiguais entre os sujeitos, o “desajuste” do conflito, da fragmentação do mundo, da carência material, moral e afetiva de uma sociedade racionalizada onde o progresso é visto como dominando as experiências intuitivas, a afetividade e o amor. (SCHUCH, 2009, p. 260).

Schuch nos demonstra que, nas sociedades engessadas por uma lógica da “ética universalista”, as práticas violentas são consideradas um desajuste, um descaminho para os profissionais incumbidos de realizar a conversão social. Estes ingressam em uma dimensão de privilégio tendo em vista que estão imbuídos de reencaminhar os desencaminhados confirmando, assim, a concretização de uma “cruzada moral”. (SCHUCH, 2009).

O fato de o jovem estar fadado ao insucesso se não for contemplado tempestivamente pelas ações dos agentes pacificadores⁵ expõe transversalmente a docilização trabalhada por Michel Foucault quando da análise dos processos disciplinares. Em relação a esta juventude, assim, surge uma necessidade de correção, uniformização para com os tidos como “ajustados”, ou nas palavras de Foucault (2014) de docilização a fim de torná-los dóceis e subsumidos à lógica estatal. É necessário, portanto, que haja a normalização⁶ desta juventude potencialmente desviante.

Isto posto, subsumindo a lógica do Cada Jovem Conta à teoria foucaultiana, a partir do momento em que um jovem é mapeado pelo orientador educacional da escola a que pertence como sendo portador de situação de risco, este adentra em

Uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. [...] A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. (FOUCAULT, 2014, p. 135).

Em igual sentido, Foucault em sua aula de 17 de março de 1976, é taxativo ao afirmar que:

Temos, portanto, desde o século XVIII (ou em todo caso, desde o fim do século XVIII), duas tecnologias de poder que são introduzidas com certa defasagem cronológica e que são sobrepostas. Uma técnica que é pois, disciplinar: é centrada no corpo, produz efeitos individualizantes, manipula o corpo como foco de forças que é preciso tornar úteis e dóceis ao mesmo tempo. E, de outro lado, temos uma tecnologia que, por sua vez, é centrada não no corpo, mas na vida. Uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprios de uma população que procura controlar eventualmente modificar) a probabilidade desses eventos e, em todo caso, compensar seus efeitos. É uma tecnologia que visa, portanto, não o treinamento individual, mas pelo equilíbrio global, algo como uma homeóstese: a segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos. (FOUCAULT, 2005, p. 289).

É potencialmente neste intento de normalização e de retomada do *status quo anti* frente ao fenômeno da violência que surgem as políticas públicas focadas na segurança e na prevenção da violência, como é o caso do Cada Jovem Conta, pois a violência passa a obrigar moralmente os agentes pacificadores a posicionarem-se enquanto profissionais privilegiados

⁵ Patrice Schuch atribui a terminologia de agentes pacificadores aos profissionais que atuam na ponta a fim de realizar a conversão social ou o reencaminhamento.

⁶ Este termo foi utilizado neste contexto, levando em consideração a definição de Michel Misse quando refere-se ao “complexo processo histórico-social que mobilizou os indivíduos a autorregular sua permanência e sua ganância (de necessidades, interesses e desejos) através da socialização do valor de si como o valor próprio que deriva do desempenho do auto-controle.” (MISSE, 2010).

para a conversão social, rumo à reinstalação da harmonia, através da conversão do ponto de vista moral dos indivíduos tidos como “desvinculados” ou “desajustados”. (SCHUCH, 2009).

2.2 A POLÍTICA PÚBLICA ENQUANTO INSTRUMENTO DE LEGIBILIDADE ESTATAL

Ante a ideia de que a violência constitui-se enquanto um desajuste, perfectibilizando-se através de um fenômeno que rompe, força a estrutura de poder posta e que aqueles indivíduos praticantes de tais atos devem ser reprimidos, “ajustados” ou docilizados, conforme discussão feita anteriormente, ao ente estatal se impõe a necessidade de retomada da ordem social institucionalizada e promoção de direitos por meio da elaboração de políticas, não somente no sentido de conter e apenar as ações deste contingente, bem como anteceder a repressão pela via da prevenção a fim de que, os portadores de “situações de risco”⁷ que revelarem-se potencialmente como em conflito com a lei, sejam reconduzidos em sua trajetória de vida desviando-se, assim, da criminalidade.

Neste escopo, diante de uma necessidade de contenção, as políticas públicas são no dizer da cientista social Maria das Graças Rua - de cuja fonte bebem os professores Marília Sposito e Paulo César Carrano para tratar sobre os jovens como objeto de políticas públicas - um “conjunto de decisões e ações destinadas à resolução do estado das coisas”. (RUA, 1998, *apud* SPOSITO; CARRANO, 2009, p. 59).

Shore (2010), uma das principais referências na área de antropologia das políticas públicas, respalda suas ideias neste mesmo sentido, ao inferir que a formulação de políticas vislumbra conter ou prevenir irregularidades desmedidas na sociedade. Ao analisar os aspectos acerca da formulação das políticas públicas, Shore afirma que estas “são ferramentas de intervenção e ação social para administrar, regular e modificar a sociedade. Neste sentido, visam à imposição da ordem e da coerência no mundo [...]”. (SHORE, 2010, p. 13). Nesta senda, ainda dentro do pensamento do mesmo autor, o processo de feitura das políticas públicas deve ser interpretado como um “processo simbólico e dotado de sentido para os distintos atores envolvidos no processo”. (SHORE, 2010, p. 14).

Ao analisar este processo, o mesmo autor em tela questiona a quem realmente pertence a vontade política que as políticas públicas expressam e a maneira como estas podem ou não

⁷ No tocante às situações de risco, o programa Cada Jovem Conta adota a mesma concepção do Estatuto da Criança e do Adolescente que, em seu artigo 98 determina que: “a situação de risco se faz presente quando uma criança ou adolescente está com seus direitos fundamentais violados ou ameaçados de lesão. Pode ocorrer por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável e em razão da própria conduta da criança e do adolescente”. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO TOCANTINS, 2020).

virem a tornarem-se autoritárias e dominantes concluindo que a resposta a este questionamento envolve aspectos como poder, discurso e linguagem. Neste mesmo sentido, é evidente na discussão de Shore, a maneira como as políticas públicas formuladas pelos governos modernos acabam por incidir sobre a individualidade de cada ser social em diálogo com a noção foucaultiana de governamentalidade⁸, segundo a qual as tecnologias e os métodos implantam as normas e as práticas por meio das quais os indivíduos se governarão e administrarão a si mesmos. Neste ínterim, a forma moderna de governar se converteu na arte de governar à distância através dos hábitos da autogestão e autorregulação. (SHORE, 2010).

Como bem traduz Shore, o cerne da discussão acerca da política pública é a própria governamentalidade, tendo em vista que para evitar os descaminhos sociais o Estado articula formas de gestão e controle dos seus sujeitos de maneira que os mantém imperceptivelmente recrutados dentro de certa noção de ordem. Trata-se de “pequenas astúcias, dotadas de um grande poder de difusão, arranjos sutis, de aparência inocente, mas profundamente suspeitos, dispositivos que obedecem a economias inconfessáveis ou que procuram coerções sem grandeza”. (FOUCAULT, 2014).

Assim como a governamentalidade é potencializada em políticas públicas que produzam autogovernos, ela também incide sobre uma conduta dos corpos, que devem ser observados, examinados, controlados e preparados para que suas forças e movimentos sejam normalizados. Para Foucault, o binômio docilidade-utilidade, que serve de base para que a disciplina se perfaça, depende da escala do controle, objeto do controle e modalidade do controle. Em suas palavras:

A escala, em primeiro lugar, do controle: não se trata de cuidar do corpo, em massa, grosso modo, como se fosse uma unidade indissociável, mas de trabalhá-lo detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao mesmo nível da mecânica – movimentos, gestos, atitude, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo. O objeto, em seguida, do controle: não, ou não mais, os elementos significativos do comportamento ou a linguagem do corpo, mas a economia, a eficácia dos movimentos, sua organização interna; a coação se faz mais sobre as forças que sobre os sinais; a única cerimônia que realmente importa é a do exercício. A modalidade, enfim: implica uma coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos. (FOUCAULT, 2014, p. 134-135).

⁸Segundo Foucault, a governamentalidade conceitua-se como sendo “o conjunto formado pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas, que permitem o exercício dessa forma muito específica, embora complexa, de poder e que tem como seu alvo a população”. (FOUCAULT, 1979, *apud* ROSE; MILLER, 1992, p. 35)

O Programa Cada Jovem Conta nos reporta a muitas das estratégias de governo e disciplinamento trabalhadas pelo autor. Na sua percepção, a disciplina é externada a partir de certos fatores como: o horário, a elaboração temporal do ato, a correlação existente entre o corpo e o gesto, a articulação corpo-objeto e a utilização exaustiva do corpo através do princípio da não ociosidade. (FOUCAULT, 2014). Desta forma, Foucault analisa que “o tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder”, bem como que:

O tempo medido e pago deve ser também um tempo sem impureza nem defeito, um tempo de boa qualidade, e durante todo o seu transcurso o corpo deve ficar aplicado ao seu exercício. A exatidão e a aplicação são, com a regularidade, as virtudes fundamentais do tempo disciplinar. (FOUCAULT, 2014, p. 148).

Além de Michel Foucault, Rose (1998), sociólogo inglês, mencionado anteriormente por Shore, acerca deste ato de governar à distância, comenta com maior clareza em seu artigo intitulado “Governando a alma: a formação do eu privado”, aduzindo que:

Seriam construídas topografias morais da população, mapeando o pauperismo, a delinquência, o crime e a insanidade, ao longo do espaço e do tempo, e extraíndo todo tipo de conclusões sobre as cambiantes taxas de patologia, suas causas e as medidas necessárias para remediá-las. As capacidades dos sujeitos estavam, sob uma nova forma, se tornando pertinentes e disponíveis para o governo. (ROSE; MILLER, 1992, p. 8-9).

Destarte os argumentos discorridos, seja assumindo um formato de um conjunto de ações que visam à resolução do *status quo*, ou ainda de aparatos de regulação, as políticas públicas apresentam-se sempre sob uma perspectiva de contenção dos desajustes sociais. Ocorre que, o ponto nevrálgico acerca da análise destas políticas situa-se sempre no liame estabelecido entre o protegido e o reprimido através destas, levando-se em consideração que através das táticas de governar o eu privado, conforme aponta a discussão de Shore, o próprio Estado elege, através de uma violência não tão velada assim, conforme discorremos no tópico anterior, por sobre quais sujeitos recairão seus instrumentos de legibilidade, sob um slogan de políticas públicas.

2.2.1 A juventude como alvo da política pública e o processo de formação de adultos de sucesso

Historicamente a juventude no Brasil sempre refletiu questões segregacionistas, ditatoriais e demográficas e, enquanto categoria a ser abordada, mais especificamente na seara das políticas públicas, revela-se de extrema valia, quando da análise de um projeto focado a

esta parcela social. Nesta esfera de abordagem, a cientista social Glória Maria dos Santos Diógenes, debruçando-se sobre os estudos à respeito de experiências e ações juvenis demonstra-se taxativa ao ventilar que:

Falar em juventude é movimentar-se em um campo ambíguo de conceituação. A juventude se constitui enquanto categoria social, no que tange a definição de um intervalo entre a infância e a vida adulta, apenas no final do século XIX, ganhando contornos mais nítidos no início do século XX. A juventude é uma intervenção moderna, sendo, desse modo, tecida em um terreno de constantes transformações. (DIÓGENES, 1998, p. 93).

Na ótica de Diógenes sobre a temática juvenil, este contingente exige um olhar atento e polissêmico de quem o aborda, principalmente no tocante à elaboração de políticas públicas a este direcionadas visto que, este segmento social constitui-se como aquele que oscila entre constantes transformações e que mais define sua atuação por suas práticas e formas de vivência e socialização. (DIÓGENES, 1998).

Sob um viés retrospectivo, o princípio do protagonismo das ações governamentais direcionadas ao público jovem ganhou maior visibilidade a partir da década de 1990, depois que uma gama de acontecimentos dramáticos protagonizados por jovens assolou a população brasileira, como as chacinas em Vigário Geral e na Candelária, em 1993, as rebeliões em unidades da antiga Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor (FEBEM), bem como o assassinato do índio Galdino praticado por jovens brasilienses integrantes da classe média. Tais acontecimentos mencionados ilustrativamente mobilizaram os esforços das três esferas de governo – federal, estadual e municipal - para impulsionar a elaboração de ações que possuíssem como enfoque esta parcela da população que, até então, sequer era enxergada enquanto sujeito social, o que afirma com veemência Castro (2013) ao tratar, em consonância com as ideias de Diógenes, sobre a invenção de uma juventude violenta. Deste modo, foi ao cabo do mandato do ex-presidente da república Fernando Henrique Cardoso (gestão 1994-1998), que as primeiras políticas públicas federais direcionadas ao público juvenil, foram elaboradas, conforme se depreende da tabela exposta a seguir:

Tabela 1 - Programas voltados à juventude

Períodos	Projetos	%
Até 1980	5	0,6
1981-1984	3	0,3
1985-1988	6	0,8
1989-1992	18	2,3
1993-1996	39	4,9

1997-2000	166	20,9
2001-2004	516	64,8
Não informado	43	5,4
Total	796	100

Fonte: Sposito, Silva e Souza (2006, *apud* CASTRO 2013, p. 659).

Juntamente com a intensificação da formulação de políticas governamentais direcionadas a uma determinada juventude, as reflexões dentro da academia, neste tocante, aceleram-se de igual modo, uma vez que as produções científicas ocupavam-se de conhecer e identificar quem eram os jovens violentos, em contraponto aos jovens tidos como não violentos. Nesta seara, algumas ideias a esse respeito foram ganhando força e acabaram por vir a servir de fundamentação na formulação de políticas dirigidas a esta parcela da população entre os anos 1990 e 2000:

[...] em primeiro lugar, a percepção de que o jovem, pela sua condição de transitoriedade (nem criança, nem adulto), estaria mais exposto à influência das formas negativas de sociabilidades; em segundo, de que a violência, entendida como um novo modelo de sociabilidade, colocava-se como um dos principais problemas que envolviam a juventude; em terceiro, que os jovens deveriam ser percebidos como sujeitos de direitos, sendo a cidadanização um instrumento de socialização positiva. (CASTRO, 2013, p. 660).

Neste sentido, algumas ações focadas na juventude, no início dos anos 2000 possuíam como escopo, oferecer a este público, modelos de socialização para que servisse de fomento a sua inserção social e comunitária visto que, segundo essa perspectiva, “acreditava-se que os jovens poderiam renovar seu repertório de valores desenvolvendo aspectos como solidariedade, diálogo, respeito, tolerância, etc.”. (CASTRO, 2013, p. 660).

Neste ideário de feitura de políticas juvenis, algumas perguntas basilares norteavam o trabalho dos estudiosos na feitura de suas pesquisas, entre elas: “quais seriam as formas de inserção do jovem na vida social capazes de renovar seu repertório de valores e práticas sociais? Como reverter as práticas sociais e os valores desagregadores forjados pela cultura da violência?”. (CASTRO, 2013, p. 660). Diante destas questões-problema, em sentido contrário a um discurso punitivista, chegou-se à conclusão, de que “era preciso oferecer a estes jovens um novo repertório cultural, abrigado em uma moral e em uma ética fundadas em outros modelos societários”. (CASTRO, 2013, p. 661).

Sob o slogan “a paz está em nossas mãos”, a Organização das Nações Unidas lançou, em 2000⁹, uma campanha de combate à violência e à intolerância. (CASTRO, 2013, p. 669).

Do mesmo modo, o autor descreve que:

A constatação de que a violência urbana não era um fenômeno específico de certas nações, mas sim, como a guerra, uma modalidade de organização social e política, as soluções para sua superação dependiam da construção de novas formas de organização política fundadas em valores como solidariedade, tolerância, respeito e outros. Para as Nações Unidas, a Unesco era a organização mais bem equipada para lidar com estes temas. (CASTRO, 2013, p. 669).

E, no ano de 1999, a UNESCO Brasil em uma parceria com o estado do Rio de Janeiro lançou o programa Escolas da Paz, embasado em múltiplas ações que visavam reduzir os índices de mortalidade juvenil e construir uma cultura da paz em áreas com elevados índices de violências, em cujas formas os jovens figuravam como agentes ativos ou passivos. (CASTRO, 2013).

Neste escopo,

O programa Escolas de Paz está inserido no marco mais amplo de atuação da Unesco, voltado para a construção de uma Cultura de Paz, que compreende valores essenciais à vida democrática, tais como: participação, igualdade, respeito aos direitos humanos, respeito à diversidade cultural, liberdade, tolerância, diálogo, reconciliação, solidariedade, desenvolvimento e justiça social. (ABRAMOVAY, 2001, *apud* CASTRO, 2013, p. 670).

O referido programa possuía como objetivos, abrir as escolas estaduais aos finais de semana, a fim de oferecer oficinas à comunidade local, muito especialmente ao público jovem. As referidas oficinas, por sua vez, eram conduzidas por uma equipe local, visto que os conteúdos destas variavam de acordo com a área urbana em que a escola estava situada, que era “composta por alunos, professores, funcionários, integrantes da localidade e por supervisores, em geral funcionários estaduais vinculados à Secretaria de Educação”. (CASTRO, 2013, p. 670).

O Programa Cada Jovem Conta, objeto desta dissertação, surge amparado por todas estas premissas de instauração de uma cultura da paz, participação, garantia e acesso a direitos, liberdade, tolerância e, acima de tudo, prevenção, visto que a perspectiva basilar do programa se expressa através da afirmativa de que a segurança pública é apenas uma força de

⁹Antes disso, em 1989, na Conferência Internacional sobre a Paz na Mente dos Homens, de Yamoussoukro, na Costa do Marfim, a expressão Cultura da Paz foi empregada pela primeira vez na ONU, congregando temas até então dispersos em resoluções, tratados e convenções. (CASTRO, 2013, p. 662).

contenção, visto que a redução significativa dos índices se expressa através da prevenção. Nesta seara de fazer com que o jovem e sua família estejam “protegidos”, o Cada Jovem Conta objetiva primordialmente que cada vez mais cedo a juventude assistida e seus familiares acessem o que lhes é de direito.

Conforme já mencionado anteriormente, a concepção é a de que é preciso inserir o jovem potencialmente violento o mais cedo possível no Programa a fim de que não se torne futuramente um adulto fadado ao insucesso. Por outro lado, alguns dos jovens encaminhados ao programa já permanecem nesse a mais de dois anos e precisam serem retirados, tendo em vista que são “intratáveis” e já ultrapassaram a esfera da prevenção, necessitando assim de outros encaminhamentos, tendo em vista que já cometeram atos infracionais ou outras formas de violências. Desta discussão, uma pergunta nos vem à mente: serão os jovens do Cada Jovem Conta jovens em risco ou de risco? Prossigamos com as discussões a fim de que mais adiante, no quarto capítulo, quando da análise das entrevistas discorreremos acerca das semelhanças existentes entre ambos os programas, de maneira a elucidar a resposta do presente questionamento.

2.3 O ESTADO E SUAS MARGENS: DIALOGANDO SOBRE A EXCLUSÃO SOCIAL

Levando em consideração que o Cada Jovem Conta externa sua atuação através do trabalho em rede executado nos comitês territoriais situados nas zonas consideradas como de calor para a violência, a noção de margem nos acompanhou durante toda a feitura do campo de pesquisa, ainda que este tenha se dado de forma virtual. Conforme nos deparávamos com as falas de nossos entrevistados, as margens estatais permeavam intensamente nossa compreensão o que permitiu com que conseguíssemos apreender, ainda que de forma distante, a maneira como o Estado produz (discursivamente) e gerencia suas margens.

A ciência política ocidental tem cunhado o Estado como uma forma administrativa racional de organização e ordem política. A partir desta premissa, as antropólogas Das e Poole (2008), ao debruçarem-se por sobre um conjunto de pesquisas sobre dinâmicas estatais, tratam das margens do Estado estabelecendo que um dos grandes efeitos de se pensar o ente estatal em termos de funcionalidade administrativa e capacidade ordenadora de sua estrutura nacional é que quando pensamos na ideia de margem somos deslocados para um lugar onde o Estado é incapaz de estabelecer e manter a ordem. Não obstante isto, aduzem as autoras: “deve-se inverter a pergunta e questionar o que é o Estado quando inserido em práticas, lugares e linguagens que se consideram situados às margens do Estado-nação”. (DAS; POOLE, 2008, p.19).

A partir do questionamento levantado pelas autoras, temos que a noção de margem pode ser apreendida a partir de três vieses distintos e complementares: a margem como periferia, a margem entre a legibilidade e ilegitimidade estatal e a margem como espaço entre os corpos, a lei e a disciplina (DAS; POOLE, 2008, p. 24-25). Dentre as três ideias de margem discutidas pelas autoras, nos utilizaremos da primeira, a margem produzida como periferia, onde estão presentes aquelas pessoas consideradas insuficientemente socializadas nos marcos da lei e que, por isso, configuram o alvo privilegiado de tecnologias específicas de poder através das quais o Estado almeja “manejar” e “pacificar” estas populações, tanto através da força como através das pedagogias de conversão. (DAS; POOLE, 2008).

Nesta ótica, segundo as análises de Das e Poole (2008) o Estado é o único detentor legítimo da força e de determinadas formas violentas, sendo todas as demais práticas que não emergem de seus agentes, portanto, consideradas ilegais. Desse modo, as fronteiras demarcatórias entre as práticas estatais e os locais considerados como parte do território do Estado e aqueles considerados excluídos, foram determinantes para que emergisse a figura da lei, isto é, a lei, segundo as autoras em comento, seria o elemento basilar apto a coibir as práticas daqueles que seriam considerados como apartados da seara estatal, consideradas ilegítimas. Partindo desta dimensão trabalhada até então, situadas sempre à margem do que se aceita como território de controle (e legitimidade) indiscutível do Estado, as margens são simultaneamente lugares onde a natureza pode ser imaginada como selvagem e descontrolada e onde o Estado está constantemente tentando estabelecer suas formas de instituir a ordem e de legislar. Estes lugares não são somente territoriais, são, também, e talvez de forma mais importante, lugares em que a lei e outras práticas estatais são colonizadas por outras maneiras de regular que emanam das necessidades urgentes destas populações de assegurar sua sobrevivência política e econômica.

Nesta perspectiva do gerenciamento da margem pelo próprio Estado, bem como de que esta margem não é necessariamente territorial, mas sim como uma linha divisória que emerge do próprio agir Estatal Das (2020), quando do seu fazer antropológico em meio às manifestações que sucederam o assassinato da ex-primeira ministra Indira Gandhi na cidade de Sultanpuri, aborda o Estado como uma forma de regulação que oscila entre um modo racional e um modo mágico de ser. (DAS, 2020, p. 219).

Para a autora, a forma racional do Estado é representada pela lei e pelas entidades implementadoras da própria lei e, por outro lado, o modo mágico de ser, esta mágica estatal, se perfaz através da forma como a lei é aplicada pelos agentes estatais e se adequa aos anseios, principalmente da população periférica.

Vejamos, conforme problematiza a autora, a lei como sendo um dos principais instrumentos de legibilidade estatal deveria ser aplicada de maneira equânime em relação a todos os que dela desejam se valer. De outra banda, um mesmo dispositivo legal desperta aplicações distintas dependendo de quem nele busca se respaldar perfazendo-se desta forma a mágica estatal. Veena Das assevera neste sentido que “os sobreviventes dos tumultos também procuraram a lei como recurso para buscar a justiça, embora soubessem que seu uso é repleto de incertezas e perigos”. (DAS, 2020, p. 223).

A mágica, a que se refere a antropóloga indiana, e que estabelece uma linha tênue com a racionalidade estatal, não é apresentada como sinônimo de mentira, enganação, mas sim, é justificada por um conjunto de premissas que a explicitam: as consequências reais da magia; a ausência de transparência das forças recrutadas para a execução da magia; o estreito alinhamento existente entre as práticas mágicas e às forças de perigo devido à combinação de obscuridade e poder; e, o comprometimento com a magia acarretar uma posição de vulnerabilidade. (DAS, 2020).

No entanto, o Estado possui, dentre as suas tecnologias de poder, técnicas de governança que se perfazem através da escrita e ele próprio abre brechas para as inúmeras “performances miméticas de seu poder” (DAS, 2020, p. 221). Em diálogo com Veena Das, a verdadeira compreensão do Estado somente é apreendida no momento em que desviamos o olhar dos lugares onde esperamos que seja a jurisdição sobre a qual incide o poder do Estado para as margens. Somente olhando para o outro lado desta linha demarcatória, a margem, será possível compreender o estado como um todo em sua atuação mágica, mimética e sectarista.

A exemplo disso, a autora com quem viemos dialogando sobre as margens do Estado menciona os boletins de ocorrência lavrados para denunciar as mortes de familiares e saques ocorridos durante os tumultos. As lavraturas destes boletins de ocorrência objetivavam muito mais

Obter comprovação oficial de que esses graves eventos haviam de fato ocorrido e que eles haviam sido afetados por eles do que por qualquer esperança de que os perpetradores fossem capturados ou punidos, uma vez que os sobreviventes estavam bem cientes da cumplicidade da polícia nos tumultos. (DAS, 2020, p. 222).

Tendo em vista que os tumultos eram liderados, em sua maior parte por políticos locais liderados pelo oficial de polícia pertencente à delegacia onde eram registrados os boletins de ocorrência, no momento da lavratura do referido documento, era exigido que a

parte exordial de todas as lavraturas fosse sempre a mesma ditada pelo próprio oficial cujo trecho Das (2020) destaca:

Em 31/10/1984, devido ao fato de a primeira-ministra da Índia, a senhora Indira Gandhi, ter sido cruelmente assassinada por seus dois guardas de segurança, o povo de Délhi, capital da Índia, enfurecido, envolveu-se em atividades ilegais, de incêndio criminoso, saques e assassinatos em massa. Vários gurudwaras, famílias sikhs e suas lojas foram saqueadas. (DAS, 2020, p. 222).

Após esta exordial, os dados pessoais de cada cidadão que comparecia para registrar os acontecimentos eram esmiuçados e rigorosamente registrados. No dizer de Das:

O que assombra neste caso é que esses mesmos boletins de ocorrência, que codificavam o que se podia chamar de mentira do Estado, também eram exigidos por outras organizações envolvidas em trabalhos de assistência como prova do *status* de vítima dos reclamantes. Por exemplo, até mesmo os comitês dos gurudwara, que ofereciam pensões às viúvas das vítimas, exigiram os B.O.s como prova de que o marido de uma mulher havia morrido nos tumultos. Assim, ironicamente, aqueles que estavam presos a uma relação combativa com o Estado e que tinham evidência direta da criminalidade desse acabaram sendo puxados para sua força gravitacional por meio da circulação de documentos produzidos por seus funcionários. (DAS, 2020, p. 223).

Em diálogo com a ideia de margem como periferia trabalhada por Veena Das e Deborah Poole, Stephen Graham, ao discorrer sobre a ideia de um novo urbanismo militar de modo que os campos de batalha de tempos mais remotos tornaram-se as cidades hodiernas devido á necessidade de repressão e contenção, onde os próprios cidadãos tornaram-se soldados de uma nova dinâmica urbana aquartelada. Graham aponta também uma margem, assim como Das e Poole, quando aponta que “como aconteceu no decorrer da história da guerra, essas lutas são alimentadas por construções dicotomizadas e maniqueístas de um “nós” e um “eles” distinto – o alvo, o inimigo, o odiado”. (GRAHAM, 2016, p. 106).

De acordo com as ideias de Graham (2016), a violência política organizada sempre foi embasada por “geografias imaginativas” (GRAHAM, 2016, p. 106), denotam sempre um cidadão nacional e um estrangeiro, o “eu” e o “alter”, o ajustado e o desajustado. Desta forma, a margem periférica das autoras em comento supra, são a “depreciação e demonização de lugares e povos distantes como “eles” que não pode funcionar sem a valorização paralela de um “nós” virtuoso, e, assim, sem uma noção bem organizada de que as pessoas de lá não eram como ‘nós’ e não apreciavam ‘nossos’ valores”. (GRAHAM, 2016, p. 106).

Nesta senda, em diálogo com estes autores, a feitura de nosso campo exploratório foi constantemente delineada pelas relações binárias existentes entre ajuste/desajuste,

ordem/desordem, civilização/selvageria. Conforme comprovaremos quando da análise das entrevistas, no quarto capítulo, a própria cartografia dos comitês territoriais do Cada Jovem Conta, bem como o sistema de mapeamento de jovens em situação de risco, apontam para um horizonte infindável da linha divisória.

2.4 A SUBJETIVIDADE NEOLIBERAL POR DETRÁS DA FORMAÇÃO DOS ADULTOS DE SUCESSO

Conforme mencionado anteriormente, o Programa Cada Jovem Conta possui seu principal objetivo ancorado no anseio de manter o jovem com o maior índice de frequência possível na escola. Sucede que, ocorrendo as atividades escolares predominantemente em um único turno, o Programa anseia ocupar este jovem no turno inverso a fim de que este mantenha-se ativo, sinta-se útil e inserido no meio social a fim de que adquira uma visão de longo prazo tornando-se um “adulto de sucesso”, e não corra o risco de perder a virtuosidade, tão prezada na modernidade, inserindo-se em contextos violentos.

Possuindo como objetivo a inserção dos jovens participantes do Cada Jovem Conta no mercado de trabalho em turno oposto ao da escola foi criado, para satisfazer este intento, o Banco de Oportunidades. Tal ação atua de forma a captar vagas de emprego através de empresas parceiras do Pacto Pelotas pela Paz¹⁰ a fim de que estes jovens não permaneçam ociosos durante o período em que não estão frequentando o ambiente escolar.

Tendo em vista que, praticamente na totalidade das entrevistas realizadas, ouvimos como já mencionado anteriormente que o Programa Cada Jovem Conta almeja manter os jovens a maior parte do tempo na escola, perguntamos para cada entrevistado qual, na opinião de cada um, seria o papel da escola na preservação da vida desses jovens de modo a não permitir que estes adentrem para o mundo do crime. Dentre as tantas respostas recebidas, a que mais se destacou foi no sentido de que se os jovens não estão na escola, eles ficam a maior parte do tempo na rua e a própria rua é vista como um lugar de embates, corrupção e vadiagem.

Este discurso que denuncia a rua, a pobreza e o ócio como sendo as “escolas” aptas a formarem vadios, malandros, vagabundos e bandidos nos remete historicamente para as bases

¹⁰ São empresas/instituições parceiras do Pacto Pelotas pela Paz: Universidade Federal de Pelotas; Universidade Católica de Pelotas; Anhanguera Educacional; Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE); Companhia Estadual de energia Elétrica (CEEE); Arcadia Urbanismo; Instituto Lar de Jesus; Gang; Lojas Pompéia; Lojas Obino; ACPO – Artefatos de Concreto & Construtora; Santa Casa de Pelotas; Hospital Universitário São Francisco de Paula; Ney Lamas Serviço Notarial; 1ª Zona de Registro Civil da Comarca de Pelotas; BR Futsal; Lojas Colombo; Solum Construtora e Incorporadora; Grupo RBS; Quero-Quero Casa e Construção; Esporte Clube Pelotas; Macro Atacado Treichel; Supermercado Guanabara; Nair Rosselli.

do capitalismo concorrencial, período em que a população pobre e disfuncional passou a ser tratada como marginal (não somente no sentido dos que vivem à margem, mas também com a conotação de sujeitos criminosos). Nesta senda, Carlos Montaña, ao analisar a pobreza, a questão social e seu enfrentamento afirma que o pauperismo estaria correlacionado a um déficit educativo, ou seja, decorreria da falta de conhecimento acerca das leis naturais do mercado e de como agir dentro dele; a um problema de planejamento, representado pela incapacidade de planejamento do orçamento familiar; e, por fim, estaria relacionada a problemas de ordem moral-comportamental, em decorrência do mal gasto dos recursos, tendência ao ócio, vadiagem, entre outros fatores determinantes. (MONTAÑO, 2012). Sob a égide desta concepção de pobreza, o tratamento e o enfrentamento da mesma, é calcado nas bases da organização de ações filantrópicas, surgindo, neste mesmo período os abrigos para os pobres e as organizações de caridade e de filantropia.

Inversamente, a partir de 1834, em meio ao delineamento de expressivas lutas de classes, a promulgação da Lei dos Pobres, ocorrida em 1601, acaba sendo entendida como própria fonte da pobreza extrema. (MONTAÑO, 2012). Nesta senda, o tratamento da questão do pauperismo com ações educativas e filantrópicas, passa a ser substituído pela repressão, reclusão e castigo destes pobres. É neste período que a ideológica expressão “marginal”, passa a adquirir uma conotação de criminalidade. Assim sendo, o pobre (no sentido de marginalizado, que vive à margem) passa a ser visto como uma ameaça à ordem social.

De acordo com esta concepção produz-se o binômio pobre caracterizado pelo sujeito passível de ações assistenciais por mendicância e vadiagem versus o trabalhador representado pela pessoa merecedora de serviços de saúde e previdência social. Ou seja, aqui há claramente a distinção feita entre o sujeito integrado na sociedade daquele “marginal”, “desintegrado”, “preguiçoso” ou “disfuncional”. (MONTAÑO, 2012).

No contexto monopolista, levando-se em consideração a expansão capitalista do segundo pós-guerra, bem como a expansão produtiva fordista, permeada pelas lutas organizadas dos trabalhadores, tem início uma nova estratégia hegemônica do capital que incorpora a classe trabalhadora industrial urbana. Surge, desta maneira, o período conhecido historicamente como capitalismo tardio, demarcado pelo regime de acumulação fordista/keynesiano. (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2010, p. 149-150).

Neste contexto, a pobreza é vista como um problema decorrente da má distribuição de mercado representada por disparidades existentes na bifurcação oferta/demanda de bens e serviços. Nesta senda, a partir do desenvolvimento das forças produtivas, uma parcela significativa da população acaba por encontrar-se excluída do mercado de trabalho e,

consequentemente, ao encontrar-se cerceada da possibilidade de vender sua força de trabalho, não adquire renda que lhe permita consumir, participando ativamente no mercado de bens e de serviços. Perante esta problemática, a intervenção estatal deverá se dar em dois sentidos: responder a algumas necessidades dessa população carente; e, criar condições para a produção e o consumo, incentivando a uma contenção do desemprego ou uma transferência de renda. Promove-se, desta forma, o fenômeno cíclico fordista-keynesiano. (MONTAÑO, 2012, p. 275).

Por fim, no pensamento neoliberal, o enfrentamento da questão da pobreza surge de maneira diferente daquela concebida pelo liberalismo clássico, pela concepção da criminalização da mendicância e da pobreza, bem como da orientação keynesiana, ou seja, a estratégia neoliberal da pobreza é orientada por uma ação tríplice. Dessa forma, têm-se a ação estatal direcionada às políticas sociais das quais o Estado é detentor, orientadas para a população mais pobre; por outro lado, a ação mercantil, desenvolvida pela empresa capitalista, dirigida à população consumidora com capacidade de compra, de maneira a tornar os serviços sociais como categorias de compra (MONTAÑO, 2012, p. 277); e, finalmente, têm-se ação do chamado terceiro setor, ou da chamada sociedade civil orientada para a população não atendida nos casos anteriores, de forma desenvolver uma intervenção filantrópica. (MONTAÑO, 2002, p. 186).

É justamente nesta primeira base do tripé, ou seja, as políticas sociais estatais direcionadas aos mais pobres que está situado o Cada Jovem conta imbuído de uma subjetividade neoliberal em que, através do trabalho, busca prevenir uma disfuncionalidade criminosa, tendo em vista que, para os gestores do programa, a ociosidade do jovem torna-se propensa para que a violência se insurja sobre ele como uma tempestade de areia.

Esta necessidade de ocupação a fim de que a juventude alvo do programa não seja arrebatada pela vadiagem, é abordada por Michel Foucault como também sendo uma forma de disciplinamento, visto que:

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que se façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz ele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz

ela uma sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada. (FOUCAULT, 2014, p. 135-136).

Isto posto, esta necessidade patente de inserção do jovem no mercado de trabalho a fim de que não permaneça doado ao ócio, à vadiagem e à criminalidade desvela uma lógica neoliberal inserta nestas práticas, mas que possui raízes históricas muito profundas arraigadas no capitalismo concorrencial. Nota-se, desta forma, uma grande necessidade de formação de adultos de bem, adultos de sucesso quase que sob uma premissa de que “o trabalho enobrece o Homem” e o ócio fomenta a vadiagem, externando-se aqui, novamente a duplicidade docilidade/utilidade de Michel Foucault. (FOUCAULT, 2014).

3 DOS CASES DE SUCESSO AO CADA JOVEM CONTA

3.1 A DISCUSSÃO SOBRE OS PARADIGMAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

O *caput* do artigo 6º da Constituição Federal se expressa no sentido de que: “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança [...]”. (BRASIL, 1988). Desta maneira, sendo a segurança um direito social oponível a todos, necessário se torna inaugurar a discussão sobre a qual paradigma de segurança pública o legislador se referiu na Carta Política de 1988, tendo em vista que, segundo Freire (2009) ao examinar as mudanças paradigmáticas da segurança pública:

[...] identificar os distintos paradigmas que definem a elaboração de políticas públicas de segurança no Brasil, em diferentes períodos e localidades, é essencial para se conhecerem melhor os objetivos dos formuladores de políticas e os resultados que estas podem trazer para a sociedade. (FREIRE, 2009, p.101).

Sob esta égide, possuindo o foco de análise voltado à atuação do principal programa do eixo prevenção do Pacto Pelotas pela Paz, parte-se para o estudo de um novo modelo de segurança pública, a segurança cidadã (FREIRE, 2009, p. 102) ou ainda, segurança com cidadania que atua no intento de prevenir, surgindo a partir de uma proposta de superação do modelo até então vigente o qual é tido como repressivo-punitivo, visto que se propõe a reprovar a conduta delituosa do agente após o seu cometimento através da imputação da pena. Desse modo, a introdução de políticas focadas na prevenção inaugura o que a bibliografia que se ocupa deste tema define como um novo paradigma de segurança pública. (FREIRE, 2009).

Aliada com as ideias de Porto comentadas no capítulo anterior, a respeito da multicausalidade da violência e de que esta é uma análise que deve provir da empiria e não puramente das ciências sociológicas, a jurista Mariana Kruchin, ao analisar a introdução do paradigma da segurança cidadã no Brasil, defende que as práticas delituosas não devem ser somente abordadas enquanto sendo assunto de polícia e práticas repressivas, vejamos:

Conceitualmente, um tratamento multidisciplinar da criminalidade se dá não somente sobre o crime, mas também sobre suas causas; não somente por meio da polícia e do suporte material das forças policiais, mas ainda pela intersecção de diferentes áreas do governo, por meio

de novas políticas públicas. Isto é, o novo conceito trata de uma abordagem preventiva do crime. (KRUCHIN, 2013, p. 41).

A fim de que seja possível compreender a introdução de uma segurança cidadã vigente nos países da América Latina e que transmutou as discussões em torno da segurança pública no Brasil desde os anos 2000 (FREIRE, 2009, p. 102), essencial torna-se a apreensão das mudanças paradigmáticas as quais acompanharam o transcorrer dos sucedâneos históricos peculiares de cada período.

Nesta linha de abordagem, a concepção de segurança nacional vigorou no Estado brasileiro durante a vigência do período ditatorial militar, datado do ano de 1964 até o ano de 1985, visando defender prioritariamente o Estado e assegurar a manutenção da ordem política e social. Durante este período em que as Forças Armadas assumiram o poder e os ditadores detinham uma soma de atribuições, a atmosfera policialesca, a supressão dos direitos constitucionais e o uso desmedido da força contra qualquer manifestação contrária ao regime militar foram os traços que escreveram com gotas de sangue este capítulo da história do Brasil. (FREIRE, 2009).

Este período foi demarcado por uma brusca ruptura, conforme Freire (2009), com a premissa de que todo poder emanava do povo, visto que a lógica deste paradigma se expressava justamente na ideia de superioridade inquestionável do interesse nacional definido pela elite no poder, sendo este o elemento justificador de todos os atos bárbaros praticados neste lapso temporal.

Moema Dutra Freire, assim, ao abordar o paradigma da segurança, nacional a fim de compará-lo com os subsequentes, argumenta que:

Em suma, o paradigma de Segurança Nacional caracteriza-se pela prioridade dada, inicialmente, ao inimigo externo, materializado no combate ao comunismo, e, posteriormente, ao inimigo interno, correspondente a qualquer indivíduo percebido como contrário à ordem vigente. A ameaça à segurança aqui é vista como tudo aquilo que atenta contra o Estado e contra os interesses nacionais, intimamente associados aos interesses daqueles que estão no poder. Para a preservação dos interesses nacionais e a eliminação de atos percebidos como ameaça ao Estado, justifica-se a adoção de qualquer meio, mesmo aqueles que demandem a violação de direitos (que na época foram suprimidos) e até mesmo o desrespeito à vida humana. Assim, a atuação do Estado é incisivamente repressiva, por meio das Forças Armadas e de órgãos especiais criados para este fim. (FREIRE, 2009, p. 103-104).

A promulgação da Carta Política de 1988 delineou a ascensão do paradigma da segurança pública. Esta “nova” concepção de segurança, de maneira distinta da anterior,

objetivou preservar a ordem pública, bem como a incolumidade das pessoas e do patrimônio. (FREIRE, 2009). Para este fim, a redação do artigo 144 da CF/88 expressa em sua redação que a “Segurança Pública, dever do Estado e responsabilidade de todos, é exercida através dos seguintes órgãos: Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Polícia Ferroviária Federal; Polícias Civis; Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares”. (BRASIL, 1988). Paralelo à redação do artigo 144, a Carta Política no artigo 142 declara:

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. (BRASIL, 1988).

A partir de ambos os dispositivos legais, apreende-se que há uma inovação em relação ao paradigma da Segurança Nacional, visto que a previsão é no sentido de que a Segurança Pública é dever do Estado e Direito e responsabilidade de todos. Ocorre que, ao enunciar os responsáveis por desempenharem este papel, são mencionadas somente as instituições policiais, não sendo mencionado nenhum outro órgão governamental para desempenhar o controle do crime e das condutas violentas. (FREIRE, 2009).

A anterior segurança nacional, assim, programada para abarcar o arcabouço defensivo contra os inimigos políticos no cenário ditatorial, foi superada, pelo menos teoricamente, pela segurança pública sob o argumento de que esta última compreenderia tanto a segurança do ente estatal como um todo, como também dos indivíduos em sua singularidade, sendo pautada pelo respeito aos direitos e garantias inerentes à pessoa humana. Neste sentido, a Constituinte de 1988 demarcou a transição conceitual entre a antecedente segurança nacional e a hodierna segurança pública insculpida no caput do artigo 144 do referido dispositivo legal, suscitando a ascensão de um novo paradigma. (KRUCHIN, 2013).

Isto posto, Freire (2009) e Kruchin (2013) têm aventado veementemente a ideia de que a mudança paradigmática foi pura e tão somente conceitual, visto que denota “uma superação apenas formal do paradigma da segurança nacional - em se tratando de controle de crime -, mostrando dificuldades para desafiar em termos práticos o modelo pré-constitucional”. (KRUCHIN, 2013, p. 42). Do mesmo modo, “a superação formal do regime militar brasileiro transformou muito pouco a essência e o funcionamento das

estruturas policiais. [...] a Constituição Federal abrigou todas as estruturas policiais já existentes”. (KRUCHIN, 2013, p. 42).

Além do fato de o fenômeno da prevenção ser outorgado ao desempenho das polícias, outro aspecto importante da segurança pública é delineado também por um segundo ponto que se extrai do já mencionado *caput* do artigo 144 da CF/88, que é a questão da descentralização federativa, incluindo-se os municípios nesta tarefa, sendo a redação do §8º do referido dispositivo legal na direção de que “Art. 144. [...] § 8º Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei”. (BRASIL, 1988).

Contrariamente ao disposto na legislação magna em voga, o paradigma da segurança pública suscitado inaugura uma ideia de que a responsabilidade por sobre a segurança não deve ser somente do Estado, mas sim, de todos os entes federados, incluindo-se nesta estrutura, obviamente, os municípios, como também deve ser perfectibilizada através da atuação das polícias. Conforme as palavras de Kruchin:

A ideia de novo paradigma diz respeito a um novo entendimento sobre o controle do crime e da violência e remete à responsabilização de toda estrutura federativa no tratamento dessas questões, além de considerar um enfoque no papel dos municípios como instância de implementação de políticas públicas de segurança. Ou seja, pressupõe o rompimento com o modelo vigente. (KRUCHIN, 2013, p. 41).

Nesta mesma linha de discussão, a autora, ainda no tocante ao novo paradigma delinea com maestria que, embora este tenha ascendido sob a adjetivação de novo, esta novidade se apresenta debruçada em traços do velho paradigma da segurança nacional. Neste sentido, a autora infere que:

[...] é possível discutir o que a literatura chama de uma abordagem preventiva do crime: basicamente, há uma oposição à ideia de que segurança é responsabilidade exclusiva dos Estados e, então, das forças policiais. Até o presente momento, não há alterações na Constituição que embasem esse posicionamento, ficando a cargo das reinterpretações do texto legal a possibilidade de novos arranjos institucionais. (KRUCHIN, 2013, p. 44).

Permanecendo ainda nesta mesma esfera de abordagem, tanto no tocante à prevenção quanto no tocante à atribuição da segurança pública a todos os entes federativos, pouco de novo se vislumbra, sendo de valia refletir que “a prevenção criminal no âmbito local não constitui tarefa nova para os municípios [...] sempre foi implementada. [...] Nova é simplesmente a visão de que a prevenção criminal não deve

ser apenas um subproduto, mas deve ser uma tarefa transversal”. (DIAS NETO, 2005, p. 134-136 *apud* KRUCHIN, 2013, p. 46).

De outra banda, além de ambos os paradigmas de segurança discutidos anteriormente, a segurança com cidadania surge também como uma perspectiva de segurança pública. Nesta ótica, ascendendo o ideário de segurança com cidadania na América Latina na segunda metade da década de 1990, este possui como escopo a avaliação da multicausalidade do fenômeno da violência, bem como a implementação das políticas setoriais integradas, levando-se em consideração as peculiaridades do contexto de cada localidade. Nesse viés, Moema Freire explica que:

O conceito de segurança cidadã parte da natureza multicausal da violência e, nesse sentido, defende a atuação tanto no espectro do controle como na esfera da prevenção, por meio de políticas públicas integradas no âmbito local. Dessa forma, uma política pública de Segurança Cidadã envolve várias dimensões, reconhecendo a multicausalidade da violência e a heterogeneidade de suas manifestações. (FREIRE, 2009, p. 105-106).

Para que o paradigma da segurança com cidadania se perfeça, necessário se torna o envolvimento tanto das instituições públicas quanto da sociedade civil para a implantação de ações planejadas no intento de reduzir os índices de violência e de conflitualidade com a lei nas áreas territoriais consideradas “zonas quentes das situações de risco”, por meio de iniciativas nas searas da educação, saúde, esporte, lazer, cultura, dentre outros. (FREIRE, 2009).

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), para que a segurança com cidadania se vislumbre, cinco são as principais frentes de intervenção, a saber:

As dirigidas ao cumprimento voluntário de normas; as que buscam a inclusão social e a diminuição de fatores de risco (álcool, drogas, armas, etc.); as que têm como propósito a melhoria dos contextos urbanos associados ao medo e ao perigo real (recuperação de espaços públicos); as que facilitam o acesso dos cidadãos a mecanismos institucionais e/ou alternativos de resolução de conflitos; as que possuem foco na construção de capacidades institucionais, melhoria da eficácia policial e das autoridades executivas ou judiciais e da confiança dos cidadãos em tais instituições. (PNUD, 2009, *apud* FREIRE, 2009, p. 106).

No intento de controle e prevenção da violência a partir da adoção do paradigma de segurança cidadã, o Pacto Pelotas pela Paz comemorou seus três anos de vigência no

ano de 2020 sob os auspícios de uma redução considerável no número de crimes¹¹, o que o adjetiva como sendo uma estratégia cujas láureas devem ser atribuídas e cuja continuidade é fundamental. Em contraponto a esta irrupção midiática de índices positivos de redução da violência, outro vértice do Pacto deve ser analisado a fim de que haja a compreensão das bases sobre as quais a proclamada atenuação está apoiada visto que, conforme as ideias da autora uruguaia Carola Carbajal Arregui ao tratar da necessidade de novas formas de quantificação quando de seu estudo sobre indicadores sociais, “o debate não pode ficar restrito aos aspectos técnicos, pois se corre o risco de esquecer que por detrás das contas há “contos”, no sentido dos grandes relatos e escolhas sociais que fixam os rumos das sociedades”. (VIVERET, 2009 *apud* ARREGUI, 2012, p. 538). Por isso, é imprescindível “interrogar o quadro conceitual e normativo, para verificar não apenas as medidas, mas as bases que as fundamentam”. (ARREGUI, 2012, p. 538).

3.2 OS CASES DE SUCESSO COMO APARATOS FUNDAMENTADORES DO PACTO PELotas PELA PAZ

Nesta esfera de abordagem, o Pacto Pelotas pela Paz, em sua criação, objetivou refletir os ideais paradigmáticos da segurança cidadã, sendo seu ideário imbuído do fomento à cidadania e implantação de uma cultura da paz¹² através dos esforços conjugados de uma série de instituições, a fim de reduzir a violência e anteceder a

¹¹ Levando em consideração o lapso temporal entre janeiro e julho de 2019 observou-se uma queda de 50% e 36% nos roubos a transporte público e de veículos, respectivamente. No que confere aos roubos a estabelecimentos comerciais e financeiros, a redução observada foi de 32% e, quanto aos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) a queda observada correspondeu a 31%.

No mesmo modo, desde a criação do Pacto em 2017 até 2019, o roubo de veículos apresentou uma queda correspondente a 64% e, neste mesmo período, o roubo a estabelecimentos comerciais e financeiros sofreu uma redução de 52%. De igual forma, durante estes dois anos a redução de CVLI foi de 35%, de roubo a pedestre 32%, roubo a transporte público 49%, roubo a residências 44%, furto a veículos 23% e, furto a residências 14%. (PACTO PELA PAZ, 2020).

¹¹O movimento da cultura da Paz foi iniciado em 1999 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), com a finalidade de prevenir situações que possam ameaçar a paz e a segurança, como por exemplo, o desrespeito aos Direitos Humanos, discriminação e intolerância, exclusão social, pobreza extrema e degradação ambiental. A Cultura da Paz, assim, de acordo com a UNESCO, “está intrinsecamente relacionada à prevenção e à resolução não-violenta de conflitos” e fundamenta-se nos princípios de tolerância, solidariedade, respeito à vida, aos direitos individuais e ao pluralismo”. (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2020).

¹²O movimento da cultura da Paz foi iniciado em 1999 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), com a finalidade de prevenir situações que possam ameaçar a paz e a segurança, como por exemplo, o desrespeito aos Direitos Humanos, discriminação e intolerância, exclusão social, pobreza extrema e degradação ambiental. A Cultura da Paz, assim, de acordo com a UNESCO, “está intrinsecamente relacionada à prevenção e à resolução não-violenta de conflitos” e fundamenta-se nos princípios de tolerância, solidariedade, respeito à vida, aos direitos individuais e ao pluralismo”. (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2020).

repressão pela via da prevenção através de um leque de 22 projetos direcionados a este fim. Sua implantação na cidade de Pelotas encontra inspiração em três “cases” de sucesso na esfera da segurança pública – Medellín e Bogotá (Colômbia) e Nova Iorque (Estados Unidos da América).

Na década de 1980, um acelerado aumento de práticas criminosas e altos índices de corrupção policial em Nova Iorque, uma das maiores cidades do mundo, despertou a atenção das autoridades locais. Na década seguinte, estima-se que a taxa (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020) de cometimento de crimes violentos, crimes contra o patrimônio e homicídios, em Nova Iorque, tenha sido a mais elevada quando em comparação com as demais regiões dos Estados Unidos.

A fim de erradicar o aumento ainda mais acentuado dos percentuais, os agentes governamentais estruturaram a solução do problema através de uma tríade de soluções, quais sejam: policiamento comunitário, aumento do efetivo das forças policiais e, por fim, práticas policiais e leis mais rígidas. (TRAVIS; WAUL, 2002 *apud* FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020).

A partir da aplicação de tais táticas, no período abarcado entre os anos de 1991 a 2013, os mesmos tipos delituosos elencados anteriormente tiveram quedas significativas expressas por uma redução de 51% dos crimes violentos, 43% no tocante aos crimes contra patrimônio e 54% em relação aos homicídios. (CHETTIAR, 2015 *apud* FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020).

Em sentido equânime estão as ações aplicadas para a redução da violência em Nova Iorque, o corpo policial passou a adotar, também, a estratégia de “tolerância zero” correspondente à “Teoria das Janelas quebradas”, em que as autoridades “vigiam agressivamente as pequenas violações da lei para evitar a ocorrência de crimes mais graves”. (LISSARDY, 2018).

Tabela 2 - Evolução dos homicídios, em números absolutos

Ano	EUA	Nova Iorque	Chicago
1994	23.326	2.016	931
1995	21.606	1.550	828
1996	19.645	1.353	796
1997	18.208	1.093	761
1998	16.974	924	704
1999	15.522	903	643
2000	15.586	952	633

2001	16.037	960	667
2002	16.229	909	656
2003	16.528	934	601
2004	16.148	889	453
2005	16.740	874	451
2006	17.309	921	471
2007	17.128	801	448
2008	16.465	836	513
2009	15.399	781	459
2010	14.722	868	436
2011	14.661	769	433
2012	14.856	683	500
2013	14.196	648	414
Varição	-39,1	-67,9	-55,5

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020.

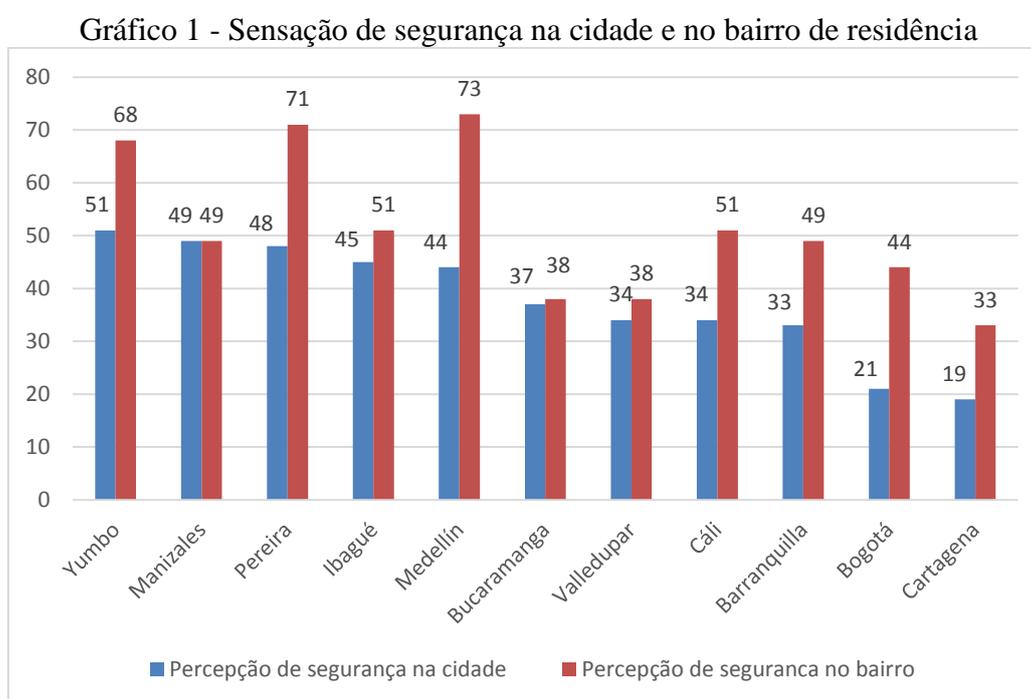
Além das técnicas empregadas para o combate à violência nos Estados Unidos da América, com destaque pra a cidade de Nova Iorque, outros aspectos que foram considerados “chave” para que a diminuição se operasse merecem destaque: o modelo de policiamento comunitário, o qual difere consideravelmente da tática das “janelas quebradas” ou ainda da “tolerância zero”, o qual caracteriza-se pela parceria articulada entre a polícia e as comunidades a fim de que haja uma captação mais imediata dos problemas e rápida solução; e políticas focadas ao controle do uso de armas especificamente na áreas onde os crimes praticados principalmente com armas de fogo demonstravam-se em números mais alarmantes. (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020).

Do mesmo modo com o ocorrido nos Estado Unidos, na América Latina a Colômbia viveu entre finais da década de 1980 e princípio da de 1990 um período de violência extrema nas regiões integrantes de sua jurisdição em decorrência do domínio exercido por carteis de drogas, bem como da corrupção policial. O percentual de homicídios no país obteve um crescimento de 159% no período compreendido entre 1985 e 1994, o que corresponde a uma transição de 36,7 para 95 homicídios a cada 100.000 habitantes. (HEINEMANN; VERNER, 2006 *apud* FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020).

Com a finalidade de intervir e transformar tal realidade, em 1998 foi desenvolvido pela Universidade de Los Andes, em Bogotá, o Plano Institucional

Estratégico o qual possuía a participação comunitária, a instauração de uma nova cultura de trabalho, o fortalecimento da capacidade operacional, o desenvolvimento de gestão, a ênfase em conhecimento, bem como uma gestão efetiva do sistema administrativa enquanto premissas de atuação. (FRUHLING, 2003 apud FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020).

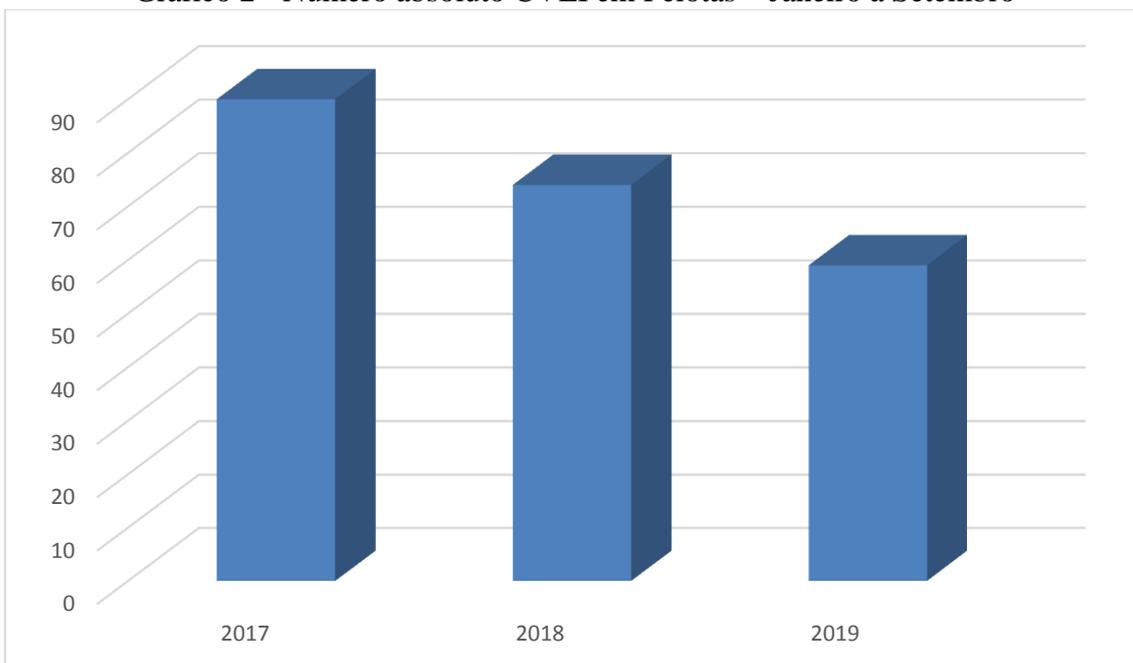
A aplicação prática das medidas previstas no referido plano estratégico desencadearam, além de uma significativa redução da criminalidade, uma maior consciência e sentimento de segurança entre a população colombiana, consoante demonstração gráfica a seguir:



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020.

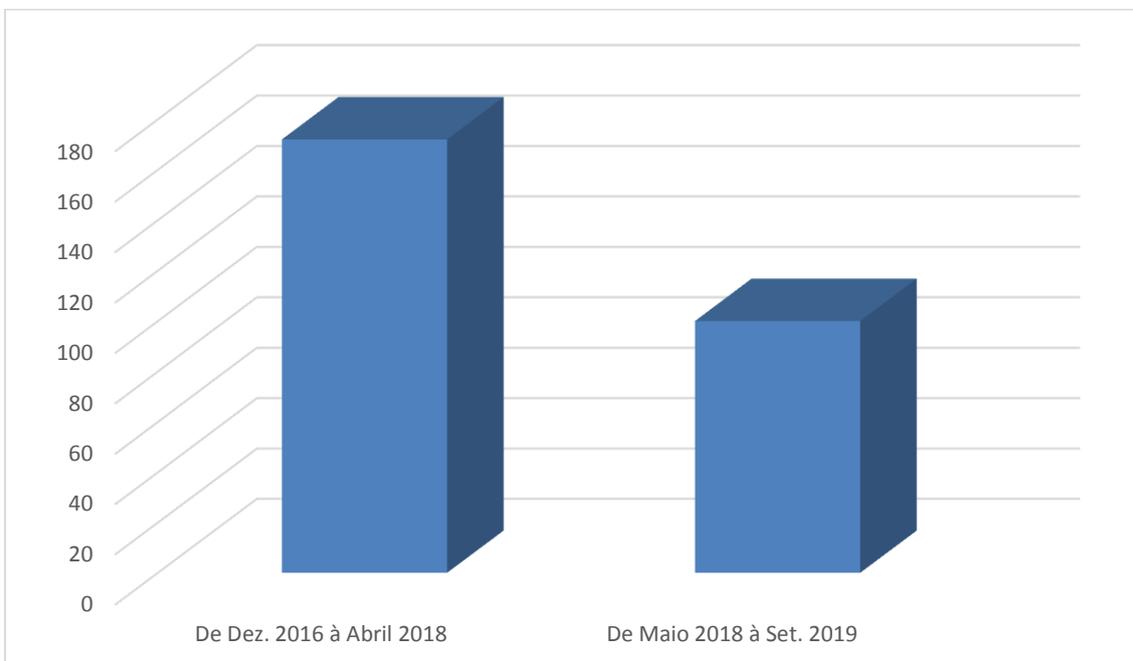
O Pacto Pelotas pela Paz, por sua vez, inspirado nas estratégias de combate à violência aplicadas nas cidades consideradas *cases* de sucesso -como Nova Iorque e Bogotá – logo nos dois primeiros anos de existência obteve resultados exitosos no tocante à redução dos índices do cometimento de crimes violentos letais intencionais (CVLI). Conforme palavras do coordenador geral do Pacto Pelotas pela Paz e presidente do Comitê Integrado de Prevenção (CIP), Alberto Freitas, “*uma das propostas do pacto é se utilizar de dados para sair da crença e ir para a evidência*”. Sob a égide deste discurso, os seguintes dados se apresentam:

Gráfico 2 - Número absoluto CVLI em Pelotas – Janeiro a Setembro



Fonte: Kappenberg (2019b).

Gráfico 3 - Acumulado de CVLI_17 meses antes e após ações do Pacto_Estratégia de repressão Focada



Fonte: Kappenberg (2019b).

Como já explorado anteriormente, a segurança cidadã, no dizer de Freire (2009), objetiva precipuamente assegurar o exercício do direito de cidadania e atuar na

prevenção e controle da violência através da integração dos múltiplos setores locais, por intermédio de ações direcionadas para e com a participação de toda a comunidade. Tal definição está, ao menos em sua superfície, absolutamente conectada ao principal objetivo do Pacto Pelotas pela Paz, que é a promoção da cidadania ou, nas palavras de Alberto Freitas, *“a visão do pacto sobre segurança pública, muito pouco tem a ver com guerra, utilização de armamento bélico pesado. É mais inteligência, é mais prevenção e uma série de outros fatores”*. (ALBERTO FREITAS – COORDENADOR GERAL DO PACTO PELOTAS PELA PAZ E PRESIDENTE DO COMITÊ INTEGRADO DE PREVENÇÃO EM ENTREVISTA REALIZADA EM 13/09/2019).

3.3 O PACTO PELOTAS PELA PAZ: CIDADANIA OU URBANISMO MILITAR?

Decidi priorizar essa área sem aceitar o discurso de que é responsabilidade do estado, principalmente porque se compreende a importância da prevenção e quem tem de fazer a prevenção é o município, levando em conta que a maioria das vítimas é jovem de 16 a 30 anos, que alguns anos antes estava sob a tutela do município. (REDE JUNTOS, 2017).

Foi sob a égide de um discurso compromissário e promissor que a chefe do governo municipal de Pelotas correspondente ao mandato 2017-2020 expressou a primazia que a segurança pública teria durante seu mandato. Para que tal desígnio se concretizasse, uma gama de projetos foi desenvolvida, a começar pela criação da Secretaria de Segurança Pública do município, que surge insculpida por um propósito específico: demonstrar que a segurança pública não somente se resume às polícias e às atitudes repressoras por parte das mesmas, mas que, de modo distinto, possui um viés social conjugado com toda a sociedade civil.

Como segundo passo nesse processo, em 11 de agosto de 2017, sob um mar de siglas e interesses, foi lançado o Pacto Pelotas pela Paz, publicamente apresentado como um plano de redução da violência urbana, estruturado por meio de uma parceria formada pela Prefeitura Municipal, Comunitas, Instituto Cidade Segura com apoio da Brigada Militar, Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Superintendência de Serviços Penitenciários (SUSEPE), Instituto Geral de Perícias, Poder Judiciário, Ministério Público, Exército, entre outras entidades locais. (REDE JUNTOS, 2017).

Face o patente aumento da criminalidade¹³ na cidade de Pelotas, o Pacto Pelotas pela Paz surge em 2017, assim, sob a égide de um ideário aparentemente favorável, calcado em desenvolver um conjunto de estratégias as quais possuem por objetivo reduzir da criminalidade e promover uma cultura da paz através de ações que passam pela sociedade como um todo.

Emerge, nestas circunstâncias, uma política pública de segurança calcada na redução de homicídios, roubo a pedestres e de veículos automotores, bem como na diminuição da perturbação do sossego e da “vulnerabilidade juvenil”. A fim de que tais objetivos sejam alcançados, cinco eixos de atuação dos diferentes setores sociais foram articulados, sendo estes: policiamento e justiça¹⁴ (eixo 1), fiscalização¹⁵ (eixo 2), prevenção (eixo 3), tecnologia¹⁶ (eixo 4) e urbanismo¹⁷ (eixo 5). (INSTITUTO CIDADE SEGURA, 2019). Neste sentido, o Pacto está apoiado em três instâncias: o Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGI), o Comitê Integrado de Prevenção (CIP) e o Fórum Municipal de Segurança Pública.

¹³De acordo com dados fornecidos pelo Observatório de Segurança Pública de Pelotas, o número de crimes violentos letais intencionais (CVLI) (homicídio doloso, latrocínio, feminicídio, infanticídio, morte em confronto com a polícia, encontro de cadáver com sinais de violência, reação a assalto), no ano de 2017 corresponde a 90 mortes e, em 2019 este número foi reduzido para 59 óbitos consequentes destes mesmos crimes, sinalizando uma redução de 34%. No ano de 2017, os feridos por arma de fogo representavam número equivalente a 149 e em 2019, este número foi reduzido para 88, o que ventila uma redução de 37% deste contingente. Desta maneira, compreendendo-se o lapso temporal entre os anos de 2017 e 2019 e considerando o acumulado de crimes violentos letais intencionais e crimes violentos patrimoniais, houve uma redução de 2.530 crimes, o que se equivale a uma diminuição de 23% das empreitadas criminosas. (PACTO PELA PAZ, 2020).

¹⁴ O eixo 1 denominado Policiamento e Justiça atua através da repressão focada a homicídios a partir da união das forças municipais e de segurança a fim de realizar o combate ao crime organizado; das operações integradas através de ações de força-tarefa compostas por instituições policiais e órgãos municipais de fiscalização com a finalidade de reduzir a violência e atenuar perturbação da ordem pública; pedestre seguro que se perfaz através da distribuição das forças policiais nas zonas de calor da violência; e do Observatório de Segurança Pública do Município que realiza estudos e coleta de dados a fim de auxiliar tanto as esferas preventiva quanto repressiva. (PACTO PELA PAZ, 2020).

¹⁵ O eixo da fiscalização administrativa (eixo 2) se perfaz através do Código de Conveniência, caracterizado por ser um corpo normativo regulamentador do poder de fiscalização por parte da prefeitura; bem como de uma ação denominada Pelotas Legal, que realiza o cadastramento dos estabelecimentos de manutenção de veículos a fim de evitar o comércio ilegal de peças de automóveis. (PACTO PELA PAZ, 2020).

¹⁶ A tecnologia é utilizada para a realização do monitoramento de todo o espaço urbano da cidade, por meio da utilização de 68 câmeras conectadas ao sistema durante 24 horas a fim de efetivar a fiscalização através de imagens de vídeo. (PACTO PELA PAZ, 2020).

¹⁷ O quinto eixo através do qual o Pacto Pelotas pela Paz atua é o Urbanismo, por meio da feitura de um Estudo de Impacto de Segurança Pública, assim como a Adoção de áreas Públicas a fim de promover a ocupação de espaços públicos, principalmente à noite, a fim de ampliar a utilização da cidade e, desta forma reduzir a violência. (PACTO PELA PAZ, 2020).

No âmago deste quadro formativo, o Gabinete de Gestão Integrada Municipal¹⁸, cuja criação está prevista legalmente no artigo 1, item “9” da lei municipal 5.741 de 16 de novembro de 2010 (PELOTAS, 2010), corresponde ao elo viabilizador da conexão da totalidade dos órgãos de segurança pública das três esferas institucionais de governo atuantes no município. Neste escopo, a gestão integrada deste gabinete e sua atuação em rede, possibilitam maior eficiência no controle da violência e da criminalidade evitando, desta maneira, a demora decorrente da fragmentação entre as suas instâncias integradoras.

O GGI, assim, atua amparado por sobre três grandes eixos: (1) a gestão integrada – pautada na descentralização da macropolítica e cuja atuação é concretizada de forma colegiada nas decisões preventivas e combativas  violência entre os diversos segmentos abarcados por este rgo. O GGI atua pelo consenso, não havendo hierarquia e respeitando a individualidade de cada instituição; (2) a atuação em rede – sua atuação não se basta somente em considerar os sistemas de informações policiais, levando em conta outros canais informativos e mantendo uma estreita relação com a sociedade civil. Daí o estreito contato que o GGI possui com o Fórum; e a (3) perspectiva sistmica – visto que concebe em sua estrutura ações planejadas e tecnologia a fim de aprimorar as políticas públicas de segurança. (BRASIL, 2007).

A título de síntese, o GGI caracteriza-se como um fórum deliberativo e executivo integrado pelos representantes das instituições atuantes no âmbito da segurança pública que, após a criação da Secretaria de Segurança Pública no município de Pelotas, passou a ser administrado por esta e seu corpo gestor.

Com a finalidade de bipartir a estrutura do Pacto pelotas pela Paz entre repressiva (GGI) e preventiva, foi criada uma segunda instância de atuação incumbida de prover a prevenção social, o Comitê Integrado de Prevenção (CIP).

Enfocado na esfera preventiva do Pacto, o Comitê Integrado de Prevenção (CIP), engloba 22 projetos¹⁹ em seu campo de atuação, subdividindo-se em uma tríade de

¹⁸O gabinete de Gestão Integrada (GGI) possui a seguinte composição: Prefeita Municipal, Secretaria Municipal de Segurança Pública, Procuradoria-Geral do Município; Secretaria Geral de Governo; 4 Batalhão de Polícia Militar; Delegacia Regional de Polícia Civil – 18 Região Policial; 5 Delegacia Penitenciária Regional; 7 Delegacia da Polícia Rodoviária Federal; Delegacia de Polícia Federal; 8 Brigada de Infantaria Motorizada; Corpo de Bombeiros Militares de Pelotas; Secretaria de Transportes e Trânsito; Instituto Geral de Perícias; Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Pelotas; Conselho Tutelar do Município de Pelotas; Defensoria Pública Estadual; Justiça Federal da Comarca de Pelotas; Justiça Estadual da Comarca de Pelotas; Ministério Público Federal; Ministério Público Estadual; Poder Judiciário Estadual; Poder Judiciário Federal. (PACTO PELA PAZ, 2020).

¹⁹ O Comitê Integrado de Prevenção, visando alavancar a prevenção social, abarca os seguintes projetos: Criando Crianças em Ambientes Aseguros (act); Conte Comigo; Justiça Restaurativa nas Escolas;

intervenções tendo em vista seus diferentes fins preventivos, quais sejam: Infância Protegida (trabalha fatores de risco relacionados à primeira infância), Segunda Chance (que engloba projetos relacionados aos adolescentes, jovens e adultos egressos das instituições de sequestro institucional²⁰) e Escola da Paz (eixo onde se insere o Cada Jovem Conta).

O Fórum Municipal de Segurança Pública, também enquanto instância integradora do Pacto Pelotas pela Paz, constitui-se em um órgão voltado a exercer o controle social do Pacto, agregando o maior número possível de instâncias representativas da sociedade²¹. O referido fórum, perfectibiliza-se em um evento realizado anualmente a fim de executar a prestação de contas das atividades realizadas pelo respectivo Pacto à sociedade.

Tanto o GGI quanto o CIP reúnem-se quinzenalmente a fim de realizar o monitoramento de suas respectivas estratégias. Cada um dos projetos que os integram possuem um coordenador que designa seu grupo de trabalho e que, nesta mesma periodicidade, deve prestar contas perante sua respectiva instância superior (GGI, se o programa pertencer à esfera repressiva ou CIP, se for o caso de pertencimento ao eixo da prevenção).

A fim de apresentar os resultados obtidos mensalmente, os coordenadores de projetos devem elaborar um relatório informativo sobre as atividades desenvolvidas pelo programa de que é responsável, bem como sobre as próximas e, conseqüentemente, os coordenadores do GGI e do CIP devem formular um relatório bimensal dotado de teor avaliativo e descritivo dos resultados já alcançados.

Perscrutar a estrutura e a forma de colocação em prática dos programas e ações do Pacto Pelotas pela Paz, bem como das demais políticas de segurança pública direcionadas à juventude, trazem à baila muito daquilo que o geógrafo urbano Stephen Graham denomina de urbanismo militar. Para Graham, há um vasto arcabouço de

Educação Empreendedora; Comissão Interna de Prevenção da Violência Escolar (CIPAVE); Comissão de Representante de Turma; Metodologia Socioemocional; Redução da Gravidez Precoce; Escola de Mães e Avós; APAC, artecon; Construindo Saberes; Plano Anual de Prevenção da Violência na Escola; Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento; Redução da Vitimização Precoce; Mão de Obra Prisional (MOP); Segunda Chance Jovem; Cada Jovem Conta; Banco de Oportunidades; Start; Espaço da Juventude; Bons Vizinhos. (PACTO PELA PAZ, 2020).

²⁰A expressão “sequestro institucional” é presentemente utilizada com base da obra *Vigiar e Punir* de Michel Foucault (2014).

²¹Tais instâncias representativas componentes deste órgão responsável por exercer o controle social do Pacto são: Associações e Sindicatos Empresariais, Sindicatos de trabalhadores, líderes religiosos, Associações Esportivas e culturais, empresas de comunicação e formadores de opinião em geral. (PACTO PELA PAZ, 2020).

estruturas corporativas e militares por detrás da cotidianidade das cidades, tendo em vista que a intensa militarização das instituições policiais, assim como o fato de os cidadãos tornarem-se sujeitos sobre os quais deve recair a disciplina e a vigilância a fim de que a ordem seja mantida, fazem com que os espaços habituais da vida na cidade precisem ser colonizados por mecanismos militarizados de controle, rastreamento e triagem. (GRAHAM, 2016).

No dizer de Graham (2016), os espaços urbanos passaram a integrar uma atmosfera bélica, tendo em vista que em tempos atuais não há mais a bipartição entre tempos de guerra e paz, ou ainda, estados de exceção e normalidade, mas sim uma guerra constante onde, segundo o autor, há uma militarização da polícia e uma policialização das forças militares sendo os cidadãos transformados em soldados que devem ser esquadrihados a fim de que não se desalinhem das normas impostas por seus “superiores”, num contexto de militarização.

As cidades tornaram-se muito mais do que um lugar onde se pode travar uma guerra, mas sim um instrumento que figura no polo ativo da própria guerra em razão das ações militarizadas que possuem como fim a promoção da segurança e, conseqüentemente a erradicação da violência, o que acaba por, não somente corroer o próprio âmago de gestão da esfera pública, da coisa pública como também acaba ferindo os ideais democráticos que vigoram ou que, ainda que minimamente deveriam vigorar quando a fala vem no sentido de políticas de segurança que visam ao enaltecimento de uma segurança com cidadania.

3.4 O MAL QUE SE ANTECIPA: OS PARADOXOS DO CADA JOVEM CONTA

Prevenir é antecipar, é evitar dificuldades futuras. Atuamos no entendimento que prevenção é intervir nos fatores de risco e proteção do contexto em que a criança e o adolescente está inserido. (MANUAL DE TRABALHO DO CADA JOVEM CONTA, p. 2).

O programa Cada Jovem Conta, elaborado pelo Instituto Cidade Segura como medida de prevenção à violência através da captação, nas escolas, de jovens em situação de risco, foi aplicado pela primeira vez na cidade de Canoas, sendo posteriormente trazido para a cidade de Pelotas, no ano de 2017, a fim de integrar o Pacto Pelotas pela Paz como sendo o principal programa do eixo prevenção e direcionado à colocação em

prática, especificamente, no bairro Dunas, tendo em vista que este território havia sido mapeado como sendo a maior zona de calor²² da violência no município.

Tal programa, assim, localiza o fundamento de sua atuação na prevenção, através de fatores de risco e de proteção. Os fatores de risco são definidos pelos gestores como

Elementos da vida do sujeito que o deixam mais vulnerável e exposto às dificuldades da vida, tais como: isolamento social, pressão negativa dos pares, ruptura com a família, familiar adoecido, histórico de violência sexual, envolvimento de familiares com criminalidade, entre outros. (MANUAL DE TRABALHO DO CADA JOVEM CONTA, p. 2).

Como antídoto a estes processos de risco, os gestores apresentam o que entendem como fatores de proteção, definidos como “elementos que fortalecem o sujeito a enfrentar as adversidades da vida. Alguns exemplos são: relações de confiança, apoio familiar, acesso a serviços e capacidade de tomada de decisão”. (Manual de trabalho do Cada Jovem Conta, p. 2).

A prevenção secundária²³ também é um princípio capital às ações do Cada Jovem Conta— tendo em vista que o projeto atua na segunda esfera de prevenção do Pacto, de forma a mapear a juventude que poderá futuramente vir a ter algum envolvimento com práticas delituosas. A proatividade também é importante, uma vez que expressa ações que objetivam impedir que o jovem se envolva com a criminalidade de maneira a suprimir as situações de risco que podem acarretar em experiências conflito com a lei. Do mesmo modo, a prioridade também de destaca, uma vez que a rede de atendimento que põe em prática as ações do Cada Jovem Conta busca priorizar os jovens assistidos no acesso a direitos elencados pelo artigo 227²⁴ da Constituição Federal de 1988; redes de proteção – levando em consideração a intersectorialidade do programa que conjuga esforços dos setores educativos, sanitários e de assistência social,

²² O Observatório de Segurança Pública de Pelotas considera como zonas de calor da violência, as regiões das cidades onde são verificados altos índices de prática e vitimização de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI). (KAPPENBERG, 2019b).

²³ O eixo prevenção do Pacto Pelotas pela Paz, se articula em 3 esferas de prevenção: prevenção primária (gravidez precoce e paternidade; primeira infância; vida familiar, comunitária e abuso sexual); prevenção secundária (vida escolar e juventude); prevenção terciária (sistema sócio educativo, presídio e egressos do sistema penitenciário). (PACTO PELA PAZ, 2020).

²⁴ Em consonância com a Carta Política brasileira, é a redação do artigo 227: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. (BRASIL, 1988).

através da atuação das escolas, Unidades Básicas de Saúde (UBSs), Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS), Redução de Danos, serviços de Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) das respectivas regiões onde estão instalados os respectivos comitês territoriais.

A articulação territorial é um elemento-chave na garantia das ações do Cada Jovem Conta, pois a partir da criação de comitês integrados com as diversas áreas de políticas públicas em “zonas violentas”, para oferecer saúde, educação e assistência social para adolescentes e jovens que possuam “propensão à evasão escolar” e portadores das chamadas situação de risco para a violência. Nesta senda, o Cada Jovem Conta está respaldado a partir da atuação de dez comitês territoriais²⁵ atuantes nas “zonas de calor da violência”²⁶, com o fim de identificar, através dos orientadores educacionais das escolas, uma parcela da juventude que, pelo fato de estar exposta às situações de risco²⁷, podem carregar consigo o perfil de um “potencial criminoso”.

Outro ponto imprescindível ao trabalho do projeto em tela, diz respeito à ética do acompanhamento – de modo a refrear os preconceitos por parte dos profissionais que atuam na ponta, pois “todos temos pré-conceitos, ou seja, concepções sobre algo antes de conhecer profundamente, um julgamento ou avaliação antecipada sobre algo, que parte da nossa concepção moral. É importante reconhecer nossos preconceitos para, no encontro com o jovem ou família, conseguir se despir deles e aprofundar o conhecimento daquela realidade”. (Manual de Trabalho do Cada Jovem Conta, p. 9).

Dentre os princípios que ancoram o planejamento e colocação em prática das ações do Cada Jovem Conta consta, também, a construção de um plano individual de acompanhamento, por meio do qual o trabalhador do programa realiza um mapeamento da vida do jovem através de perguntas cujo teor abarca desde os interesses do assistido, até a identificação de quais ferramentas o programa deve mobilizar para que a vida do jovem seja transformada. Os questionamentos seguem o seguinte roteiro:

²⁵Os dez comitês territoriais os quais compõem o projeto Cada Jovem Conta estão dispostos da seguinte maneira: Comitê Territorial 1 – Dunas; Comitê Territorial 2 – Areal; Comitê Territorial 3 - Getúlio Vargas; Comitê Territorial 4 - Loteamento Osório; Comitê Territorial 5 – Pestano; Comitê Territorial 6 – Navegantes; Comitê Territorial 7 – Obelisco; Comitê Territorial 8 – Laranjal; Comitê Territorial 9 - Colônia de Pescadores Z3; Comitê Territorial 10 - Sítio Floresta. (PACTO PELA PAZ, 2020).

²⁶Esta expressão é utilizada pelos agentes do Observatório de Segurança Pública de Pelotas como forma de fazer referência às zonas urbanas onde há a concentração do cometimento de condutas criminosas.

²⁷Segundo definição auferida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal (2011), situação de risco. É toda e qualquer situação que comprometa o desenvolvimento físico e emocional da criança ou do adolescente, em decorrência da ação ou omissão dos pais/responsáveis, da sociedade ou do Estado, ou até mesmo em face do seu próprio comportamento.

Mapeando interesses do jovem:

O que mais gosta de fazer?

Que tipo de música gosta de ouvir? E de dançar?

Lembra de algum filme ou animação que marcou?

Mapeando rede do jovem:

Onde gosta de estar? Onde se sente seguro? Onde se sente inseguro?

Com quem mora? Desde quando mora lá? Qual o lugar favorito da casa?

Com quem se sente bem? Com quem se sente seguro? Com quem ele pode contar? Com quem conversa sobre a vida? Quem inspira?

Quais os momentos mais importantes da sua vida?

Mapeando sentimentos do jovem:

Quais as características que mais te definem?

Qual o sentimento que mais te acompanha?

O que gostaria de mudar em si?

Mapeando sonhos do jovem:

Quais teus sonhos?

Tem sonho de trabalhar em alguma coisa?

Esse sonho te parece possível?

Alguém que conhece já fez/faz isto?

Como ficou sabendo deste tipo de trabalho?

Já contou este sonho para alguém da família? Esta pessoa te apoiou?

O que acha que é necessário para alcançar o sonho?

Existe algo que possamos fazer hoje para possibilitar esse sonho?

Construindo organização para o sonho:

Qual nossa meta? O que precisamos fazer todo dia (rotina diária)? E a cada semana? (MANUAL DE TRABALHO DO CADA JOVEM CONTA, p. 11).

Além de ser pautado por tais princípios, o programa objetiva reduzir a evasão escolar, de modo a manter o jovem o maior tempo possível na escola, aumentando sua frequência; oportunizar a oferta de atividades educacionais, culturais, esportivas e de

aprendizagem a crianças e adolescentes identificados como em situação de maior risco/vulnerabilidade vinculadas à manutenção da frequência escolar; fornecer amparo social para crianças, adolescentes, suas famílias e escola; e, por fim, promover a equidade no cuidado às crianças e adolescentes.

Portanto, o Cada Jovem Conta busca beneficiar os jovens nele subsumidos, de maneira a reduzir os fatores de risco e ampliar os fatores de proteção para prevenção da violência, impactando positivamente na frequência e rendimento escolar; estreitar os vínculos entre as crianças, adolescentes e suas famílias com as equipes da rede formada entre escola, saúde e assistência social; ampliar o suporte familiar através da mediação da relação com os cuidadores, de modo a fortalecer o vínculo com as crianças e adolescentes, para prevenção de doenças e agravos; e corresponsabilizar os pais e cuidadores no processo de proteção às crianças e adolescentes.

3.5 O DESENVOLVIMENTO DE UMA POLÍTICA HABITACIONAL PARA ATENDER ÀS FAMÍLIAS DO CADA JOVEM CONTA

Neste emaranhado de contatos e ações, o Cada Jovem Conta atuando através de dez comitês territoriais, recruta, amparado pela triagem do orientador educacional atuante nas escolas integrantes de cada Comitê, dez jovens que se apresentam enquanto portadores de “situações de risco”.

Quando da captação destes 10 jovens por escola, estes nomes são integrados a uma lista que é levada por cada orientador para a reunião mensal do comitê a que pertencem as escolas²⁸ onde estes jovens foram captados. A partir daí, estando na reunião profissionais atuantes nas esferas educativas, sanitárias e de assistência social, faz-se a análise da necessidade premente deste jovem a fim de que se esquematize qual

²⁸ Território 1 – Bairro Bom Jesus (EMEF. Joaquim Nabuco; EMEF. ALM.SALDANHA DA GAMA); Bairro Dunas (EMEF. NÚCLEO HABITACIONAL DUNAS; EMEF. JORNALISTA DEOGAR SOARES);

Território 2 – Bairro Areal (EMEF. CECÍLIA MEIRELES; EMEF. BIBIANO DE ALMEIDA; EMEF. AFONSO VIZEU; EMEF. CÍRCULO OPERÁRIO PELOTENSE). Na data de 02/10/2017 houve a unificação dos Territórios 1 e 2;

Território 3 – Bairros Getúlio Vargas e Pestano (EMEF Mario Meneghetti; EMEF Getulio Vargas; EMEF Francisco Caruccio; EEEM Amilcar Gigante; EMEF Santa Irene);

Território 4 – Bairro Centro (EEEF Francisco Simões; EMEF Jeremias Fróes);

Território 5 – Bairro Pestano (30/08/2019- Unificação com Comitê 3);

Território 6 – Bairro Navegantes (EEEF Nossa Senhora dos Navegantes; EEEF Padre Rambo);

Território 7 – Bairro Obelisco (EMEF Piratinino de Almeida; EEEF Lelia Romaneli; EEEM Parque do Obelisco);

Território 8 – Bairro Laranjal (EMEF Luis Augusto Assumpção; EMEF Luis Augusto Assumpção);

Território 9 – Colônia Z3 (EMEF Rafael Brusque);

Território 10 – Sítio Floresta (EMEF Independencia).

destes profissionais chegará nele e sua família primeiramente a fim de começar a interação do programa com a vida deste jovem. Desta forma, a juventude assistida pelo Cada Jovem Conta permanece no programa até que a “situação de risco” desapareça ou, ao menos, seja aplacada.

Tendo em vista que o Programa Cada Jovem Conta possui, dentre os seus objetivos, o de reduzir a evasão escolar de modo que o jovem mantenha a maior frequência possível, os assistentes sociais inseridos na rede do programa, ao realizarem a visitação de algumas famílias atendidas, verificaram que muito da questão da ausência contumaz no ambiente estudantil se dava, justamente, pelo fato de que algumas residências não possuíam banheiros ou até mesmo condições mínimas de habitação. Tal situação nos foi relatada quando realizamos a primeira entrevista com Marília Silva, assistente social do Centro de Referência Especializado de Assistência Social do bairro Areal (CREAS-Areal). Na ocasião, a entrevistada relatou que, ao visitar a residência de um dos jovens cuja frequência escolar era de apenas 5%, reparou que na casa não havia banheiro e o próprio jovem relatou que, como não possuía condições para tomar banho, ia sempre malcheiroso para a escola e sofria *bullying* por parte dos colegas.

Uma vez constatada este tipo de dificuldade, a assistente social em comento, entrou em contato com o arquiteto Hélio Schneid atuante na Secretaria de Planejamento e Gestão de Pelotas (SEPLAG) a fim de averiguar o que poderia ser feito a fim de auxiliar as famílias insculpidas no Cada Jovem Conta que estavam passando por este tipo de dificuldade.

A vivência deste jovem, assim, foi desencadeadora para a formulação de um projeto de moradias desenvolvido pelo arquiteto em voga a fim de incluir a melhoria da moradia como também sendo uma forma de aplacar as situações de risco, tão enfocadas pelo Cada Jovem Conta para a efetivação da prevenção à violência.

Nesta seara, Hélio nos explanou que se trata de “*um projeto piloto, como se fosse uma política habitacional para as crianças do cada jovem conta*”. (ENTREVISTA REALIZADA COM O IDEALIZADOR DO PROJETO PILOTO DE MORADIAS – HÉLIO SCHNEID EM 07/07/2020). Isto é, faz-se um mapeamento a respeito das condições de moradia dos inscritos no Cada Jovem Conta, de modo a averiguar se a habitação carece apenas de um cômodo específico ou necessita ser construída por inteiro.

Este projeto das moradias, deste modo é uma parceria da Prefeitura Municipal de Pelotas, com a Universidade Católica que, através do curso de graduação em engenharia

civil, faz o cálculo de concreto para os banheiros modulados, e da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), através da utilização da mão-de-obra por parte dos “recuperandos”, bem como da fabricação das placas de concreto para os banheiros modulados. A partir desta iniciativa, muito casos de evasão escolar foram solucionados, a exemplo do jovem cuja frequência aumentou de 5 para 98%²⁹, após a construção do banheiro faltante em sua moradia.

3.6 A NECESSIDADE DE CONVERSÃO E O RECRUTAMENTO DE JOVENS TALENTOS

Além do projeto piloto das moradias, outros dois surgiram para atender as necessidades advindas do Programa Cada Jovem Conta, mas que atualmente atuam enquanto programas independentes, também integrantes do eixo prevenção do Pacto, porém priorizam a assistência para os jovens do Cada Jovem Conta.

Partindo da ideia já mencionada anteriormente de que o programa em estudo almeja manter o jovem ocupado a maior parte do seu tempo, e diante da perspectiva de que esta juventude permanece no desempenho das atividades escolares durante apenas um turno, surgiu a ideia de ocupá-la no turno inverso ao da escola.

Desta maneira o graduando em Psicologia e membro do Pacto Pelotas pela Paz e que posteriormente tornou-se o Coordenado do Banco de Oportunidades e do programa Start, Cassiano Pereira, juntamente com a coordenadora do Cada Jovem Conta, Marina Pacheco, criaram o Banco de Oportunidades. Nas palavras do próprio coordenador do Banco, tal programa

Atua em conjunto com empresas e instituições parceiras do Pacto, a fim de captar vagas gratuitas em cursos profissionalizantes ou de aperfeiçoamento, bem como vagas de emprego para os jovens do Cada Jovem Conta, a fim de ocupá-los praticamente na integralidade do seu tempo, bem como permitir com que estes tenham uma visão de futuro diversa daquela com que convivem em suas respectivas comunidades de origem. (CASSIANO PEREIRA, COORDENADOR DO BANCO DE OPORTUNIDADES EM ENTREVISTA REALIZADA EM 19/08/2020).

Para Pereira

O eixo da prevenção é muito fácil de “vender”, porque ele motiva. Em março de 2018, o Banco de Oportunidades já não era mais uma ação,

²⁹ Dados fornecidos pela coordenação do Programa Cada Jovem Conta a partir do cadastro do jovem no programa.

era um projeto que captava oportunidades e tinha uma demanda para receber este contingente que vinha do Cada Jovem Conta. Então a ideia era dar oportunidade para os jovens do Cada Jovem Conta, sendo que nesta época já tinha uma média de 200 oportunidades. (CASSIANO PEREIRA, COORDENADOR DO BANCO DE OPORTUNIDADES EM ENTREVISTA REALIZADA EM 19/08/2020).

A logística deste projeto dá-se da seguinte forma: o próprio coordenador realizava consulta no cadastro de jovens talentos elaborado pela Secretaria de Assistência Social do Município (onde também estavam inseridos os jovens do Cada Jovem Conta) a fim de verificar o número de vagas que se faziam necessárias a fim de captá-las com as empresas parceiras do Pacto. Ocorre que, como o próprio Pereira nos relatou com fidedignidade, no transcorrer do desenvolvimento das ações do projeto, algumas dificuldades foram se insurgindo:

O núcleo do Cada jovem Conta, quer muito dar a oportunidade para o jovem. Então eles pegavam jovem e indicavam para uma oportunidade de emprego. Quando surgia uma vaga de emprego, os orientadores educacionais dos comitês faziam uma corrida contra o tempo e diziam: “eu tenho este aqui, vai esse, vai aquele jovem!” E fazendo isso o orientador não nos ajudava e nem ajudava o jovem. Qual o resultado disso: o jovem ia assustado (do nada um belo dia cai uma oportunidade no colo dele e ele tem que preencher esta oportunidade com urgência). (CASSIANO PEREIRA, COORDENADOR DO BANCO DE OPORTUNIDADES EM ENTREVISTA REALIZADA EM 19/08/2020).

Estas dificuldades enfrentadas pelo Banco de Oportunidades em relação à inserção dos jovens em cursos e vagas de trabalho, aquiesceu a criação de outro programa para sanar estas dificuldades: o programa Start. Tal iniciativa foi elaborada de maneira a oferecer cursos de preparação dos jovens para introduzi-los no mercado de trabalho. No dizer de Pereira, também criador e coordenador do Start:

Criamos cursos que preparam o jovem para o mercado de trabalho e aí nesse curso a gente traz noções básicas (é básico): o que é um currículo, como se comportar numa entrevista, o que falar, que roupa usar, que documento ter... é muito básico e esse básico eles não têm. (CASSIANO PEREIRA, COORDENADOR DO PROGRAMA START, EM ENTREVISTA REALIZADA EM 19/08/2020).

A partir de todas estas ações do próprio Cada jovem Conta e dos programas a ele correlatos, este atua sob uma tecnologia de “Cerca Eletrônica” (Manual de Trabalho do Cada Jovem Conta, p. 2), isto é, o programa objetiva construir uma espécie de cerca eletrônica ao redor destes jovens a fim de que a violência esbarre nesta cerca de maneira

a não assolar a juventude portadora de risco assistida pelo programa, a fim de que não venha a, futuramente, ingressar em situações de conflito com a lei.

A análise minuciosa do Cada Jovem conta, nos remonta imediatamente aos estudos da antropóloga Vianna (1999) sobre polícia e minoridade no Rio de Janeiro entre os anos de 1910-1920. Para Vianna, a juventude historicamente sempre constituiu um dos principais públicos alvos sobre as quais recaem as operações policiais. Trazendo o dizer da autora sobre a juventude como assunto de polícia para nosso eixo de análise, de política pública, temos que a juventude assistida pelo programa objeto desta pesquisa é aquela periférica, negra em sua maioria, assolada pela pobreza, assim como que o processo de recolhimento, mapeamento e identificação destes jovens, feito pelo próprio Cada Jovem Conta, pode ser visto como um processo de construção de uma identidade específica, a ser vivenciada, de diferentes formas pelos que são assim classificados como em situação de risco.

Ainda nesta seara, “a singularização realizada através dos adjetivos empregados não esconde a construção de uma unidade lógica, capaz mesmo de sobrepor-se à variação de sentidos contida nestes adjetivos”. (VIANNA, 1999, p. 25). A autora em tela, prossegue neste sentido, referindo que:

É possível pensar como a administração (no sentido do aparato estatal que viabiliza o controle de determinadas populações compreendidas como nacionais) seria capaz de produzir significados e identidades e não apenas desobedecer, sob forma de uma determinada organização burocrática, a significados e identidades que lhe fossem supostamente anteriores. (VIANNA, 1999, p. 25).

Sob esta égide, na medida em que o Programa identifica um jovem como um portador de situação de risco ou, adivinhando um mal oculto em sua personalidade, constituem-se, sobre este jovem, não apenas identificações, mas identidades. Mais do que apontar uma determinada condição legal do indivíduo mapeado, o termo jovem em situação de risco (em cuja expressão está insculpido o significado de potencial criminoso) pode ser visto como uma espécie de status principal de sua identidade social. Ou seja, todas as outras características percebidas nessa situação, fossem elas registradas ou não, assumiriam o caráter de status subordinado, na medida em que não suplantariam aquele que seria seu traço definidor. (VIANNA, 1999).

Desse modo, o programa cada jovem conta, ao mapear uma juventude em situação de risco, produz um perfil, uma adjetivação específica para esta coletividade. Ainda que o jovem e seu eixo familiar não saibam que estão inseridos em um programa

de prevenção à violência, seus nomes estão presentes nas listas e relatórios, tanto do próprio programa, quanto da Secretaria de Assistência Social do Município. Isto posto, o jovem, a partir de sua etiquetagem oculta de portador de situação de risco, sem tomar conhecimento, passa a ter sua vida administrada pelo Estado que, a partir daí passa a incidir e ter poder de decisão sobre o seu futuro.

4 CORPOS E PERSONALIDADES CRIMINOSAS: CULPABILIZAÇÃO, LEGIBILIDADE ESTATAL, PRODUÇÃO DE MARGENS E SUBJETIVIDADE NEOLIBERAL

Fragments de discurso carregando os fragmentos de uma realidade da qual fazem parte. Não é uma compilação de retratos que se lerá aqui: são armadilhas, armas, gritos, gestos, atitudes, astúcias, intrigas cujas palavras foram os instrumentos. Vidas reais foram “desempenhadas” nestas poucas frases; não quero dizer com isso que elas ali foram figuradas, mas que, de fato, sua liberdade, sua infelicidade, com frequência sua morte, em todo caso seus destinos foram, ali, ao menos em parte decididos. Esses discursos realmente atravessaram vidas; essas existências foram efetivamente riscadas e perdidas nestas palavras. (FOUCAULT, 2003, p. 206).

Engendrado todo o arcabouço teórico e analítico de que nosso tema de pesquisa necessitava, chegamos, pois no ponto nevrálgico da discussão. Não partilhássemos nós da mesma ideia de Carola Arregui que ao frisar o pensamento do filósofo Patrick Vivevet afirma que por detrás das contas, há contos (VIVERET, 2009 *apud* ARREGUI, 2012), estaríamos aqui, ainda inebriados com os discursos promissores e as láureas que adjetivam positivamente o Pacto Pelotas pela Paz, bem como a queda dos índices de práticas violentas e, de maneira equânime, o número de jovens que já se desligaram do Programa Cada jovem conta desde a sua instituição na cidade de Pelotas em 2017 (de 204 jovens inscritos no programa, 81 já foram desligados por terem “superado” as situações de risco que por sua corporalidade se impunha, deixando assim de serem “alunos problema” – conforme palavras contidas na notícia estampada na página virtual da Prefeitura Municipal de Pelotas). (KAPPENBERG, 2019a).

Todavia, imprescindível para a abordagem das realidades, histórias e vidas ocultas por detrás da máscara dos índices numéricos é a compreensão de que é o próprio poder do Estado que as manuseia, as esconde ou as escancara. É pelo poder, que, no pensar de Michel Foucault ao eleger uma série de “poemas-vida” a partir de cartas régias, documentos de internação e entre outros, as vidas infames são trazidas à tona. (FOUCAULT, 2003). Para o autor em comento

O que arranca as vidas infames da noite em que elas teriam podido, e talvez sempre devido, permanecer é o encontro com o poder: sem esse choque, nenhuma palavra, sem dúvida, estaria mais ali para lembrar seu fugidio trajeto. O poder que espreitava essas vidas, que as perseguiu, que prestou atenção, ainda que por um instante, em suas queixas e em seu pequeno tumulto, e que as marcou com suas garras, foi ele que suscitou as poucas palavras que disso nos restam; seja por

ter querido dirigir a ele pra denunciar, queixar-se, solicitar, suplicar, seja por ele ter querido intervir e tenha, em poucas palavras, julgado e decidido. Todas essas vidas destinadas a passar por baixo de qualquer discurso e a desaparecer sem nunca terem sido faladas só puderam deixar rastros – breves, incisivos, com frequência enigmáticos – a partir de seu contato instantâneo com o poder. (FOUCAULT, 2003, p. 206).

É justamente para tratar desse encontro de vidas com o poder que chegamos até aqui. Para tratar da vida desses jovens e suas famílias infames, culpáveis, portadores de situações de risco. Jovens etiquetados enquanto potencialmente criminosos, cujos corpos, por estarem localizados em determinadas margens da cidade são promíscuos, passíveis de, futuramente tornarem-se as potências que forçam a estrutura institucionalmente imposta. É o encontro destes jovens com a manifestação do poder através da prevenção que nos interessa, pois, em que medida o Cada Jovem Conta exerce a prevenção e não a repressão? Ante esta linha tão tênue, prossigamos.

4.1 OS CORPOS CULPÁVEIS: ADJETIVAÇÕES E ETIQUETAMENTOS

Ele é um menino violento, ele é um menino que sofre muito bulling dos colegas, não consegue ir com o uniforme limpo em sala. O pai não é ausente, a mãe é catadora de lixo (acaba acumulando). Então são crianças que vocês podem fazer o que quiserem com elas dentro da escola, o problema delas não está dentro da escola, o problema delas é muito maior, é o entorno. (ALBERTO FREITAS – COORDENADOR GERAL DO PACTO PELOTAS PELA PAZ E PRESIDENTE DO COMITÊ INTEGRADO DE PREVENÇÃO EM ENTREVISTA REALIZADA EM 13/09/2019)

Periférico, violento, sujo, corrompido pelo entorno. A partir destas adjetivações, a juventude sobre a qual o Cada Jovem Conta direciona suas ações nos foi apresentada inicialmente quando de nossa primeira experiência em campo. Desta forma, a emersão das vidas infames a partir do contato com o poder (FOUCAULT, 2003) nos foi demonstrada. Foi desta maneira e com estas palavras que, assim, como Adriana Vianna trabalhou os menores como assunto de polícia na década de 1910-1920 no Rio de Janeiro, nos defrontamos com os jovens como assunto de políticas, verdadeira representação de um problema social esmiuçado na massa diversificada de uma juventude pobre passível de ser inserida em um sistema de classificação que denote sua situação anormal frente a um modelo de juventude e de família. (VIANNA, 1999).

Nesta linha de abordagem, quando nos foi esclarecido que o programa Cada Jovem Conta visa precipuamente mapear os jovens em situação de risco a fim de perfectibilizar seu intento principal que é a prevenção das práticas criminosas,

questionamos de que maneira e com base em quais critérios este mapeamento é realizado. Recebemos a seguinte resposta:

Quem inclui as crianças e adolescentes no programa é a escola, então tem um “check list” de fatores de risco e são crianças que já se identificou que elas possuem comportamentos violentos. A tendência é que elas venham a se envolver com criminalidade, a partir dos fatores de risco que elas apresentam. (MARINA PACHECO – COORDENADORA DO CADA JOVEM CONTA EM ENTREVISTA REALIZADA EM 16/06/2020).

Ao nos depararmos com esta fala, um tanto chocante devido à objetificação de pessoas para encaixá-las em um “*check list*”, outra estratégia de imposição de poder, governo e controle através das políticas nos vêm à mente: a distância. No momento em que perguntamos a respeito de quais os critérios utilizados para identificar o aluno em situação de risco, nos foi dito que é feito um “*check list*” que avalia desde a personalidade do aluno, até seu entorno (abrangidos como entorno, família e companhias). Este “*check list*” não é estanque, ou seja, não é sempre o mesmo, variando de acordo com o aluno, sua situação e peculiaridades que apresenta.

Com base no dizer de Nikolas Rose, que se coaduna com as discussões de Shore e Foucault feitas no segundo capítulo, a própria ferramenta utilizada pelo Cada Jovem Conta para mapear o jovem em situação de risco, o “*check list*”, reproduz uma tecnologia de produção de verdade utilizada pelo Estado a fim de governar à distância, tendo em vista que a partir do momento em que um grupo jovem de uma determinada região da cidade possui sua individualidade mapeada, constrói-se um determinado perfil que passa a etiquetar a juventude daquela região.

Além disso, a partir do dizer de Pacheco, direcionamos nosso olhar para a análise que Vianna faz acerca da conservação. Se pensarmos, também sob um ponto de vista coisificado (FOUCAULT, 2014), o Cada Jovem Conta busca inserir “jovens-problema” em sua estrutura que se utiliza da tecnologia de uma “cerca eletrônica” a fim de preservá-los e evitar que sejam degenerados pela violência dada a condição em que vivem. Tal tecnologia utilizada pelo programa se depreende da tabela exposta a seguir:

Figura 4 - Estratégias utilizadas pelo eixo prevenção do pacto Pelotas pela paz

ESTRATÉGIAS



PREVENÇÃO SOCIAL	TECNOLOGIA	POLICIAMENTO E JUSTIÇA	FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	URBANISMO
Justiça Restaurativa	SISPAZ	Viva Pelotas	Cidade Tranquila	Estudo de Impacto de Segurança
Infância Protegida	Olho Vivo	Prêmio Pelotas pela paz	Carro Legal	Espaço Urbano Seguro
Escola da Paz	Cidadão da Paz	Pedestre Seguro	Celular Legal	
Cada Jovem Conta	Cerca Eletrônica			
Segunda Chance				

Fonte: Kappenberg (2019^a).

No momento em que ouvimos que o jovem inserido na fria e material listagem é aquele que já se identificou que possui comportamento violento e que a tendência é que venha a se envolver com o mundo do crime, temos uma expectativa de degeneração e consequente “perda” deste jovem para a violência e, concomitantemente, é patente a necessidade de preservação para que a supramencionada “perda” não ocorra. No dizer de Vianna, sobre a conservação:

A combinação entre moralização e normalização das relações familiares tornaria não só o jovem o centro de uma rede progressivamente mais complexa e especializada de intervenções, mas faria da própria família um objeto de vigilância constante. (VIANNA, 1999, p. 152).

Neste espectro, a juventude despida da necessidade de ser inserida em um programa a fim de ser conservada, ou normalizada para que seja conservada na vida adulta, é aquela inserta em uma noção moralizadora de família, ajuste e ordem. A noção de incorreção da infância e juventude, segundo Vianna, permeada pelo abandono e desproteção não ofereceria perigo apenas para os membros do núcleo familiar, mas também para a sociedade como um todo, tendo em vista que nestas etapas da vida podem estar insculpidas os elementos que constituem o criminoso ou o degenerado (VIANNA, 1999).

Esta premissa de conservação/degeneração trabalhada por Adriana Vianna e que é cristalina na atuação do Cada Jovem Conta ao mapear o jovem em “situação de risco”

através da escola, inserindo-o no programa através do preenchimento dos quesitos do supradito “*check list*”, traz à baila as palavras do criador do Instituto disciplinar de São Paulo em 10 de outubro de 1902:

Embora cometendo o crime sem discernimento, o menor tem contra si, não já um presunção, mas uma certeza de ser inclinado ao mal, de ter uma propensão para o crime, de ter péssimas tendências. Se a tudo juntarmos a consideração de que a família não o educa, deixa-o crescer na ociosidade e não procura desviá-lo do mau caminho e formar-lhe convenientemente o caráter, chegaremos à conclusão de que o Estado deve tomar contra eles as suas precauções, e ver se consegue ainda salvá-los. Em toda parte do mundo tais menores são objetos de cuidado especial, e com toda razão, porque neles o potencial do crime não é mais uma mera suposição (VIANNA, 1999, p. 139).

Em outro tempo e partindo de um ponto de vista prático, ideias bem semelhantes nos foram externadas por Freitas, quando proferiu:

E me impactou ano passado um menino de 14 anos, um “alemãozinho”, com uma cara de guri, que decidiu que, com 14 anos ele queria ser matador e prestar serviços para as facções e o erro dele foi vender o serviço dele para duas facções rivais e acabou sendo morto por isso. Se com 14 anos ele virou, de fato matador, é porque com 10, com 9, com 8 ele já tinha referenciais que não eram os mais adequados e talvez não tinha uma visão delongoz prazo ou oportunidades no mercado para poder absorver e manter esse jovem ocupado, trabalhando para não se desvirtuar desta forma. (ALBERTO FREITAS – COORDENADOR GERAL DO PACTO PELOTAS PELA PAZ E PRESIDENTE DO COMITÊ INTEGRADO DE PREVENÇÃO EM ENTREVISTA REALIZADA EM 13/09/2019).

Ausência de referenciais adequados, falta de visão de longo prazo e ociosidade, são aqui apontados como os fatores aptos a catalisarem a degeneração, o corrompimento, originando, desta forma, o jovem em situação de risco, ou ainda o “jovem problema”. Uma fala proferida no século XX, outra no Século XXI, uma trata de um instituto disciplinar para a internação de menores praticantes de atos infracionais, outra de uma necessidade de o jovem ter bons referenciais, manter-se ocupado, possuir visão de longo prazo a fim de que seja prevenido de figurar enquanto sujeito ativo de práticas delituosas. O que ambas as falas possuem em comum? As ideias de que se a procedência, a criação desta pessoa não foi a mais adequada, se seu entorno é apto a corromper sua personalidade, levando-o para o mau caminho e desviando-o, o crime já está, indubitavelmente, inserto em sua estrutura biológica, necessitando que o Estado

tome contra eles suas precauções, como bem aclarado na fala de Cândido Mota trazida por Vianna.

Em momento diverso de entrevista, ao conversarmos com a Enfermeira Chefe da UBS Dunas, Carolina Peixoto esta, ao nos relatar sobre a análise e atendimento dos jovens do Cada Jovem Conta e suas famílias, frisou que: “*Cada jovem conta para nós do Comitê Dunas*”. “*Se não fizermos essa intervenção “hoje” (referindo-se às intervenções imediatas realizadas pelo Programa através do respectivo comitê), teremos jovens fadados ao insucesso*”. (Carolina Peixoto, em entrevista realizada em 18/08/2020).

Em sentido bastante semelhante Adriana Vianna analisa outro trecho do criador do Instituto Disciplinar ao tratar sobre o trabalho superficial, segundo este, exercido pelos juízes ao procederem à oitiva do menor infrator em audiência:

Os juízes, profissionais encarregados de conduzir e decidir o julgamento dos delitos cometidos por menores, são desvalorizados em função das condições em que realizariam tal julgamento. Ao interrogatório momentâneo, circunstancial, Mota contrapõe o conhecimento surgido da própria internação. O controle cotidiano do menor, de suas atitudes e inclinações é que possibilitaria perceber a intenção por trás de seus atos e o grau de discernimento com que ele os realizaria. Nesse sentido, mais que uma questão jurídico-penal, a avaliação sobre os menores dependeria de um tipo de saber produzido tão somente a partir da observação meticulosa. (VIANNA, 1999, p. 139).

Novamente, estabelecendo um comparativo entre ambas as falas: uma advinda de um chefe de uma instituição de sequestro institucional (FOUCAULT, 2014) e outra de uma profissional da saúde, membro de um programa de prevenção à violência vislumbramos como ponto de encontro aquilo que Patrice Schuch ao falar de amor, paz e harmonia em assuntos de justiça, conforme já mencionado no segundo capítulo, chama de uma “cruzada moral” realizada pelos profissionais encarregados de reencaminhar pessoas corrompidas, desencaminhadas. Para Schuch (2009) o desajuste coloca os profissionais tidos como pacificadores em uma posição de privilégio para desempenharem a conversão social. Para Patrice:

O vínculo afetivo, ou seja, a “dádiva” amorosa, dedicada e desinteressada, ao mesmo tempo em que instaura a distinção entre os que “dão” e os que “recebem”, ao nível operativo dos atendimentos técnicos, reinstala potencialmente a harmonia entre estes sujeitos, ao transformá-los mutuamente, por meio do vínculo de obrigações morais e afetivas. (SCHUCH, 2009, p. 268-269).

Portanto, ainda que dentro do Cada Jovem Conta, um programa embasado na prevenção, seja patente a ideia de conversão, reinserção do jovens em ambientes mais adequados e promoção de uma cultura moralizante, tendo em vista que, para o programa, é através do trabalho das áreas envolvidas no programa que o jovem passa a ser convertido e ter bons referenciais de modo a adquirir uma nova visão de vida que o dispa da situação de risco e este possa prosseguir sua vida pautado sempre em uma ideia de ser e agir com um cidadão de bem. Porém, até que ponto, ao mapear superficialmente (*check list*) um jovem a partir de determinados comportamentos, gostos e referenciais não estar-se-ia realizando uma espécie de repressão pela via da prevenção?

4.2 O CADA JOVEM CONTA SOB A ÓTICA DAS TECNOLOGIAS DE LEGIBILIDADE ESTATAL: UM CONTRAPONTO

Conforme discutimos anteriormente, a partir de nossos diálogos com Foucault (2003), é através do encontro com o poder que as vidas, abordadas por ele como infames, afloram das profundezas silenciosas da estrutura social para tornarem-se vistas, ouvidas e, na maior parte dos casos repelidas sob um slogan de que se tornaram alvo de políticas públicas a elas direcionadas.

Uma vida infame, que advinda de uma população recrutada entre as camadas mais baixas da sociedade entra em contato com o poder que promete tratá-la de sua potencial criminalidade (da mesma forma que um médico trata uma patologia), fazendo com que esta “situação de risco” desapareça passa, através de sua inserção em uma política de prevenção à violência, a ser disciplinada e, assim o é com os jovens mapeados e inseridos sigilosamente no Cada Jovem Conta. Segundo Michel Foucault, um dos grandes baluartes no estudo das disciplinas:

Houve, durante a Época Clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada ao corpo – ao corpo que se manipula, modela-se, treina-se, que obedece, responde, torna-se hábil ou cujas forças se multiplicam. [...] É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado. (FOUCAULT, 2014, p. 134).

Indubitavelmente, o elemento legitimador das políticas públicas, sejam elas repressivas ou preventivas, como no caso do cada Jovem Conta, é a cultura da disciplina, segundo a qual, sob o pretexto de readaptação, prega o que Foucault (2014) convencionou chamar de docilização dos corpos. Assim, é preciso tornar os corpos

dóceis a fim de que possam submeter-se ao poder do Estado como maneira de reconstruí-los visando à reinserção e readaptação dos mesmos na sociedade.

Da mesma forma, a disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis. A disciplina aumenta as forças dos corpos (em termos econômicos de utilidade) e diminuem essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). A coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e a dominação acentuada.

Nesta mesma linha de raciocínio pode-se dizer que a submissão dos sujeitos inseridos no Cada Jovem Conta é destinada a adestrá-los. Desta maneira, através do disciplinamento e docilização destes corpos é possível vislumbrar com facilidade o momento em que estes mesmos sujeitos se curvam ao sistema, demonstrando o esperado consenso e submissão. Assim, se sucede a apropriação do indivíduo pelo Estado e a completa dissolução de sua individualidade.

Vejamos. Na ocasião em que entrevistamos a Assistente Social do CREAS-Areal, esta nos relatou que “*as escolas são os olhos da sociedade*”. (Marília da Silva, em entrevista realizada em 01/07/2020).

Em sentido equivalente, a Coordenadora do Projeto Cada Jovem Conta, nos relatou que o objetivo basilar do programa é manter os jovens na escola porque

A escola, com toda a perspectiva do “aqui agora”, tem o contato diário com as crianças. Traz aquela coisa bem como a criança está: da sala de aula, do rendimento e da frequência escolar. (MARINA PACHECO EM ENTREVISTA REALIZADA EM 16/06/2020).

A partir do momento em que ouvimos de nossas interlocutoras que é preciso manter o jovem na escola devido ao fato de que esta exerce o controle por sobre a vida e vivências deste contingente em razão do contato diário do aluno com a instituição educacional; que a escola desempenha o papel de “olhos da sociedade”, bem como que o programa, exercendo o mapeamento de jovens em situação de risco através das escolas a fim de preveni-los de adentrar futuramente na criminalidade, atua como uma “cerca eletrônica” novamente compactuamos com as ideias de instituições de disciplinamento asseveradas por Foucault:

A disciplina às vezes exige cerca, a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo. Local protegido da monotonia disciplinar. Houve o grande “encarceramento” dos vagabundos e dos miseráveis; houve outros mais discretos, mas insidiosos e eficientes. [...] Colégios: o modelo do

convento se impõe pouco a pouco; o internato aparece como o regime de educação senão o mais frequente, pelo menos o mais perfeito. (FOUCAULT, 2014, p. 139).

Ambas as falas expressam muito da discussão teórica que fizemos no capítulo dois à respeito dos elementos do controle: o trabalho detalhado do corpo, o exercício da coerção sem folga, a economia, a eficácia dos movimentos para manter a organização interna, bem como a coação ininterrupta (FOUCAULT, 2014). Ainda dentro da discussão foucaultiana:

As disciplinas, organizando as “celas”, os “lugares” e as “fileiras” criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos. São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam seguimentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos. São espaços mistos: reais, pois que regem a disposição de edifícios, de salas, de móveis, mas ideais, pois projetam sobre essa organização caracterizações, estimativas, hierarquias. (FOUCAULT, 2014, p. 145).

Outro aspecto bastante importante e que nos despertou especial atenção foi a questão do sigilo com que o Programa Cada Jovem conta trabalha. O jovem inserido no programa, bem como sua família que também passa a receber assistência, não são sabedores de que estão sendo monitorados por uma rede de profissionais, bem como que estão inseridos em um programa. Quando perguntamos para a coordenadora o porquê deste sigilo, esta argumentou no sentido de que é preciso evitar que este jovem seja estigmatizado, bem como que a população não compreenderia que o jovem que precisa de oportunidade, é justamente aquele que é tido como um mau aluno. Suas palavras foram as seguintes:

As famílias não sabem que estão em acompanhamento e nem as crianças, por que: a gente não queria criar esse estigma nas escolas (de que determinados alunos teriam acompanhamento diferenciado) e porque que teriam acompanhamento? Por que são os mais difíceis na verdade. Porque não são aqueles que o senso comum olharia e diria “ah, esse aluno merece uma atenção maior.” A gente entende que ele merece porque ele precisa, justamente, pensando no conceito de equidade, ele precisa de mais suporte pra conseguir se desenvolver bem. (MARINA PACHECO EM ENTREVISTA REALIZADA EM 16/06/2020).

Foucault nos revela, assim, que a questão do sigilo é mais um aspecto das estratégias de governamentalidade e disciplina, visto que:

O olhar disciplinar teve, de fato, necessidade de escala. Melhor que o círculo, a pirâmide podia atender a duas exigências: ser bastante completa para formar uma rede sem lacuna – possibilidade em consequência de multiplicar seus degraus, e de espalhá-los sobre toda a superfície a controlar; e entretanto ser bastante discreta para não pesar como uma massa inerte sobre a atividade a disciplinar e não ser para ela um freio ou um obstáculo. (FOUCAULT, 2014, p. 171).

Nesta seara, através do exercício da legibilidade estatal, o Estado realiza um exercício de assujeitamento daqueles que integram sua jurisdição, subsumindo-os a sua disciplina, perfazendo-se, assim, a legibilidade estatal. Esta questão do poder biopolítico do Estado, está intrinsecamente arraigada nesta discussão visto que a partir do momento que o estado faz viver a alguns e deixa morrer (abrangida aqui, não necessariamente somente a morte propriamente dita, como também as formas simbólicas de morte) outros, este delimita não somente seu território de atuação bem como os sujeitos sobre os quais irá atuar. Para Foucault:

A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo. Vocês compreendem, em consequência, a importância - eu ia dizer a importância vital - do racismo no exercício de um poder assim: é a condição para que se possa exercer o direito de matar. Se o poder de normalização quer exercer o velho direito soberano de matar, ele tem de passar pelo racismo. E se, inversamente, um poder de soberania, ou seja, um poder que tem direito de vida e de morte, quer funcionar com os instrumentos, com os mecanismos, com a tecnologia da normalização, ele também tem de passar pelo racismo. E claro, por tirar a vida não entendo simplesmente o assassinio direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc. (FOUCAULT, 2005, p. 306).

Esta questão do sigilo nos despertou tamanha estranheza, que resolvemos inserir uma pergunta neste sentido em nosso roteiro de entrevistas a fim de escutar de nossos diversos entrevistados a este respeito a fim de compreendermos melhor como e porque esta forma sigilosa de inserção no programa se opera. Além da já mencionada, outra resposta nos despertou a atenção: *“a gente diz para os alunos, suas mães que eles estão com algum problema, que poderão receber a visita de alguém, mas nunca diz que estão dentro de um programa”*. (Helena Almeida, orientadora da EMEF. Núcleo Habitacional Dunas em entrevista realizada em 04/08/2020).

Novamente Foucault (2014) falando sobre formas de disciplinamento responde às nossas inquietudes proferindo que:

Essa combinação cuidadosamente medida das forças exige um sistema preciso de comando. [...] a ordem não tem que ser explicada, nem mesmo formulada: é necessário e suficiente que provoque o comportamento desejado. Do mestre da disciplina àquele que lhe é sujeito, a relação é de sinalização: o que importa não é compreender a injunção, mas perceber o sinal, reagir logo a ele, de acordo com um código mais ou menos artificial estabelecido previamente. (FOUCAULT, 2014, p. 163).

Isto posto, é cediço que as políticas públicas, possuam elas caráter repressivo ou preventivo, servem de instrumento para que a legibilidade estatal, a qual é intrínseca à própria criação do Estado, se perfaça, pois é através desta que uma miríade de práticas discriminatórias e sectaristas são praticadas em nome da garantia da equidade e promoção de direitos sob a legenda de política pública.

4.3 O ESTADO COMO GESTOR DE SUAS MARGENS: A EXCLUSÃO PELA VIA DA INCLUSÃO

Busca-se prevenir (no centro) tanto o risco à evasão escolar, quanto à violência- à violência do Estado que negligencia que existe uma comunidade ali no prolongamento do Canal São Gonçalo, p. ex. as pessoas estão morando em casas de palafita, uma das grandes demandas do CRAS. Temos muitas famílias que não tem água encanada, luz, banheiro. Por ser uma área não regularizada a gente sempre recebe a negativa do município que diz que não pode intervir em uma área que não é regularizada como sendo dele. (CAIO MACHADO – ORIENTADOR EDUCACIONAL DA EMEF. JEREMIAS FRÓES, EM ENTREVISTA REALIZADA EM 03/09/2020).

Um cidadão para e a vida e não para a morte, jovens não fadados ao insucesso, jovens com visão de longo prazo a fim de que não sejam seduzidos pelos benefícios a curto prazo que as facções oferecem. A ausência do Estado torna-se uma constante em determinadas áreas. As pedagogias de conversão se operam. As margens se desvelam.

Conforme discutido quando da apresentação de nossas categorias analíticas, Veena Das e Deborah Poole, dentre as três perspectivas que possuem de margem³⁰, abordam a periferia como sendo uma delas. De acordo com as autoras, a margem como periferia é abordada referindo-se às pessoas as quais o próprio Estado considera insuficientemente socializadas nos marcos da lei. De acordo com seu fazer antropológico, assim, Das e Poole estavam interessadas em desvendar quais as

³⁰ As autoras abordam a margens estatais sobre três vieses: a margem como periferia, a margem situada entre a legibilidade e ilegibilidade estatal e, por fim, a margem representada pelos espaços entre os corpos, a lei e a disciplina. Utilizamos-nos, aqui, da ideia de margem como periferia para debater os paradoxos do programa Cada Jovem Conta.

tecnologias de poder utilizadas pelos Estados, seja através da força ou das pedagogias de conversão, para manejar e pacificar estas populações na tentativa de transformar os “sujeitos rebeldes” em sujeitos do Estado. (DAS; POOLE, 2008).

A partir de um olhar desde o Programa Cada Jovem Conta, eis as margens - ao conversarmos com a enfermeira chefe da UBS do bairro Dunas, no momento em que questionamos qual, na sua opinião, seria a importância do Cada Jovem Conta na prevenção da violência, esta foi taxativa ao relatar que:

Eu acredito que o jovem, através desse acompanhamento da escola, da saúde e da assistência social, terá um futuro melhor e será um cidadão para a vida e não para a morte. (CAROLINA PEIXOTO, ENFERMEIRA CHEFE DA UBS DO BAIRRO DUNAS EM ENTREVISTA REALIZADA EM 18/08/2020).

“Será um cidadão para a vida e não para a morte”, esta frase no instante em que adentrou nossos ouvidos nos escancarou uma ideia de um agir biopolítico do Estado na produção de margens. A vida e a morte aparecendo sob um espectro Darwinista de seleção natural: o jovem que está no Cada Jovem Conta e é auxiliado “viverá” e, em sentido inverso, aquele que não honrar este privilégio “morrerá”, ainda que simbolicamente.

Das e Poole saciam teoricamente com seus estudos esta nossa afirmação inquietante ao afirmarem que muitos antropólogos têm utilizado a noção de biopoder para rastrear as formas com que o poder estende seus tentáculos pelas ramas capilares do social. Porém, o tema principal é como a política exerce seu poder a tal ponto em que a própria vida passa a ser questionada (DAS; POOLE, 2008). Neste sentido, aduzem as autoras:

As margens provêm de uma posição particularmente privilegiada desde onde se observa a colonização da lei pelas disciplinas, assim como também a produção de categorias do patológico através de táticas que são originárias da lei ainda quando trazem repertórios de ação da mesma (DAS; POOLE, 2008, p. 26).

Numa mesma linha, ao fazermos a mesma pergunta sobre a importância do programa para o orientador educacional da EMEF. Jeremias Fróes pertencente ao Comitê Territorial 4 (Bairro Centro) este nos relatou que:

A proposta, em si, é bem interessante só que não atende alguns perfis de estudante. Os nossos alunos, devido ao perfil deles, a gente não conseguiu encaminhá-los dentro do projeto Cada Jovem Conta; eles foram inseridos na plataforma, mas nunca foram encaminhados,

porque geralmente quando surge alguma oportunidade, existe um determinado perfil de idade, determinado processo de escolarização e a distorção idade/série, ali naquela região ela é muito estampada. Por exemplo, as empresas parceiras do Banco de Oportunidades e do Start criam determinados perfis para que a gente selecione e encaminhe, só que pela questão da vulnerabilidade ali naquela região fica complicado.

O que a gente consegue fazer ali naquela região com mais facilidade dentro do Cada Jovem Conta é a questão da assistência social (encaminhamentos a especialistas, cestas básicas se consegue acessar com mais facilidade através do Cada Jovem Conta) agora o Banco de oportunidades e o Start, infelizmente a gente não tem conseguido. (CAIO MACHADO, ORIENTADOR EDUCACIONAL DA EMEF. JEREMIAS FRÓES, EM ENTREVISTA REALIZADA EM 03/09/2020).

O fato de, segundo Machado, a proposta do programa ser interessante e não atender determinados perfis de estudantes, novamente nos traduz uma ideia de divisão, exclusão e margem. Aliado às ideias das antropólogas indianas de margem, o geógrafo britânico, Stephen Graham, ao discorrer sobre sua ideia de um novo urbanismo militar, conforme mencionado anteriormente, coloca que guerras sangrentas vêm sendo promovidas pelos sistemas urbanos com o fim de remanejar e reorganizar as cidades fazendo com que muitas populações, não inseridas neste “plano” de cidade acabem por ficarem à sua margem, estereotipados enquanto sujeitos perigosos e dignos de terem suas vidas geridas pelas políticas de Estado. (GRAHAM, 2016). Seguindo esta linha de abordagem, o autor coloca que “criar estereótipos e imagens de alteridade para a imensa complexidade da cidade, a fim de torna-la uma única identidade pura, constitui um prelúdio fundamental do chamado para a violência contra ela”. (GRAHAM, 2016, p. 75).

Ainda dentro desta ideia do lugar do outro inabilitado para conviver dentro da população urbana civil (GRAHAM, 2016), o autor em voga discute no sentido de que:

Entre essas questões estão a dificuldade de separar “terroristas” ou “insurgentes” da população urbana civil; a alta densidade da infraestrutura; a maneira como as cidades interferem nos sistemas militares tradicionais de monitoramento e direcionamento; e complexa natureza tridimensional do “campo de batalha” urbano. Com muita facilidade, esse discurso leva a um mundo em que “a vida em si é uma guerra”. Ele revela uma profunda inabilidade para lidar com qualquer noção de outro para além de colocar esse outro na mira do mecanismo de combate. Se o pensamento militar puder seguir desenfreado, no fim das contas não vai sobrar nada no mundo que não seja um alvo para todo espectro da violência simbólica ou de fato. (GRAHAM, 2016, p. 82-83).

Nesta questão da existência de uma alteridade perigosa e ameaçadora que deve ser sempre combatida, delineando a margem que estabelece o binômio centro/periferia, Caio, relatando-nos um pouco mais sobre a maneira com que a escola em que atua enquanto orientador educacional é atendida pelo Cada Jovem Conta nos relatou que o maior problema enfrentado pelos alunos da escola é a debilidade habitacional, tendo em vista que residem juntamente com suas famílias em barracos de palafita. Ao ouvirmos isto, interrompemos sua fala argumentando que está sendo desenvolvido um programa habitacional para fornecer moradias de qualidade às famílias do programa Cada Jovem Conta. Ao ouvir nosso argumento, o professor nos respondeu que este programa de moradias “*de nada adiantava*” (palavras ditas diretamente pelo entrevistado, Caio Machado) para os jovens daquela região tendo em vista que o território onde estão situadas as casas dos alunos da escola é irregular e a prefeitura argumenta que nada pode fazer em um território que não é regularizado como seu.

Machado externou:

Vou te dar um exemplo: em um dos meus primeiros dias como orientador educacional da escola, entrei em um dos banheiros e me deparei com fezes no chão. Estranhei a situação, porém imaginei que, estando o banheiro ocupado e o jovem estando urgentemente necessitado de fazer sua necessidade fisiológica, a fez no chão. Resolvi passar pelas salas de aula a fim de alertar que, quando alguém estivesse muito necessitado e o banheiro estivesse ocupado, poderia fazer uso do banheiro dos professores sem problema algum. Quando falei isto, em uma das salas de aula, um jovem prontamente levantou a mão e disse: “Professor, o banheiro não estava ocupado quando precisei ir, eu defeguei no chão porque, como na minha casa não tem banheiro eu e minha família sempre fazemos as necessidades no “*matinho*” que temos nos fundos de casa. Não temos vaso sanitário e muito menos uma pia, portanto não sei usar.

No tocante a esta questão de a população abarcada pelo comitê territorial 4 do Cada Jovem Conta, situado no Bairro Centro, não poder ser auxiliada por todas as promessas feitas pelo programa, tendo em vista que se trata de uma população inalcançável pelo poder público e sua política, uma vez que estão situados em uma zona tida como não regularizada pela Prefeitura, Graham aventa ainda que:

A permeação da violência política organizada dentro e pelas cidades e pelos sistemas citadinos é complicada pelo fato de que muitas mudanças urbanas “planejadas”, mesmo em tempos de relativa paz, envolvem em si mesmas níveis bélicos de violência, desestabilização, ruptura, expulsão forçada e aniquilação de locais. Em particular nos picos e quedas vertiginosos do urbanismo capitalista e neoliberal ou na implementação de programas de “renovação”, “regeneração” ou

“renascimento” urbano em grande escala, o planejamento estatal muitas vezes resulta na limpeza legitimada de vastas áreas das cidades em nome da remoção de entulho, da modernização, das melhorias, ou da organização, da concorrência econômica, ou da facilitação da mudança tecnológica e da acumulação de capital e da especulação. (GRAHAM, 2016, p. 75).

Ao nos depararmos com estes relatos, a ideia de margem fomentada pela própria biopolítica Foucaultiana, bem como pelas ideias de urbanismo militar de Graham, aparecem enquanto uma constante para nossas análises visto que, o fato de haver uma população morando em barracos de palafita, sem as mínimas condições existenciais para a própria sobrevivência em uma região situada no centro da cidade, mas que a própria prefeitura justifica sua inércia por não ser uma área regularizada, temos claramente o Estado estabelecendo e gerindo suas margens, bem como elegendo a quem vai fazer viver e deixar morrer.

Conforme Das e Poole (2008) discutem, ainda que as margens estatais não sejam estanques, quem as estabelece é o próprio ente estatal, pois a ele cabe a eleição de onde e sobre quem seu poder e suas “benfeitorias” recaem, porém, ainda dentro da argumentação das autoras, a própria ausência do Estado em determinados lugares constitui-se como uma escolha sua. Ao Estado cabe apontar a quem vai fazer viver e deixar morrer, perfazendo, desta forma, seu agir biopolítico.

4.4 UMA SUBJETIVIDADE NEOLIBERAL MASCARADA PELO ASPECTO SALVACIONISTA DO BANCO DE OPORTUNIDADES E DO START

O empreendedorismo é um braço forte do Pacto Pelotas pela Paz porque ele trabalha esta visão de futuro, dando uma expectativa de futuro pra os nossos jovens que, muitas vezes por ter uma falta de visão de longo prazo acabam cedendo àqueles benefícios de curto prazo que as facções ofertam para eles. (ALBERTO FREITAS – COORDENADOR GERAL DO PACTO PELOTAS PELA PAZ E PRESIDENTE DO COMITÊ INTEGRADO DE PREVENÇÃO).

Tanto por sobre o Pacto Pelotas pela Paz, quanto pelo Cada Jovem Conta, impera um ideário de inculpir no jovem abarcado pela prevenção uma visão de longo prazo a fim de que este não se desvirtue pelos caminhos tortuosos da ilegalidade sendo preciso, desta forma, ocupá-lo o maior tempo possível a fim de não permitir que a violência o encontre. É neste intento que, conforme já abordado anteriormente o Banco de Oportunidades e o programa Start surgiram como os esteios aptos a captar vagas de emprego e proporcionar cursos profissionalizantes a fim de oferecer uma visão de futuro

mais longínqua para este contingente atendido pelo Cada Jovem Conta, preenchendo seu tempo em turno inverso ao da escola.

Repelir a ociosidade, proteger o jovem da rua, porque a rua é lugar de malandro, de marginal, de vagabundo. A rua proporciona interações demasiado indesejadas – brigas, más influências e companhias. A rua é lugar de maus exemplos, de gente sem perspectiva de longo prazo, sem nenhuma visão de futuro.

Esta perspectiva se externa na fala da orientadora educacional da EMEF. Núcleo Habitacional Dunas, Helena Almeida, quando questionamos o porquê, em sua opinião, os jovens possuem tanta propensão à violência no Bairro Dunas. Esta externou que *“todo o problema é que as crianças ficam a maior parte do tempo na rua e ali já brigam e da briga já vão tendo contato com outras coisas e, assim, a violência vem vindo”*. (Helena Almeida, em entrevista realizada em 04/08/2020).

Desta maneira, conforme falávamos no tópico anterior quando nos apoiamos na discussão de Graham para tratar sobre a produção das margens, o Estado, na utilização legítima de sua força, remaneja o ambiente citadino para servir aos anseios do desenvolvimento tecnológico, político e econômico impostos pelo sistema capitalista. Deste modo, e aqui a discussão sobre uma subjetividade neoliberal presente nos programas que amparam o Cada Jovem Conta vem estreitamente relacionada com as margens, as linhas fronteiriças se abrem no âmago da cidade fazendo com que um grande contingente fique do lado de fora desta linha imaginária que se estabelece.

Os que ficam de fora, assim, situados à margem, compõe aquela alteridade perigosa e inimiga da cidade e dos legalmente civilizados e que podem, a qualquer momento se insurgir contra estes, ensejando que o Estado esteja constantemente esquadrihando mecanismos de ataque para repelir estas populações. (GRAHAM, 2016). Neste sentido, Stephen Graham, em uma linguagem bastante bélica ao dizer que a vida em si é uma guerra, menciona que:

A essência de continuamente tornar o mundo um alvo como forma fundamental de produção de conhecimento é a xenofobia, a inabilidade de lidar com a alteridade do outro para além da órbita que é o próprio campo de visão do atirador. Para o xenófobo todos os esforços devem ser feitos para manter e garantir essa órbita – ou seja, manter o lugar do outro como um lugar sempre ocupado. (GRAHAM, 2016, p. 83).

E a afirmativa de manter este lugar do outro como um lugar sempre ocupado, significa mantê-lo sempre sob o controle do Estado a fim de que nada ocorra sem o seu

conhecimento, bem como que seus “inimigos” não socializados estejam sempre sobre vigilância, disciplina e docilização. No caso do Cada Jovem Conta, é preciso ocupar o jovem mapeado como portador de situação de risco para que este, como nas palavras de Helena Almeida, não fique na rua, propenso às más interações e a violência não se insurja sobre ele. Conforme ventila Graham, é necessário “levar ordem e investimentos em meio às supostas patologias do crime e da violência”. (GRAHAM, 2016, p. 83).

É nesta ideia de levar a ordem e investimentos às patologias do crime e da violência que o Banco de Oportunidades e o Programa Start (criados para atender os jovens do Cada Jovem Conta) se situam. No momento de nossa entrevista com o responsável pela coordenação de ambos, Cassiano Pereira, questionamos a maneira e os anseios que resultaram na criação de ambos os programas, relatando este que

O eixo da prevenção é muito fácil de “vender”, porque ele motiva”. Bem como em momento posterior da entrevista nos foi dito que o Banco de Oportunidades foi estruturado a partir do questionamento a respeito “do que podemos oferecer para atrair este jovem? (CASSIANO PEREIRA EM ENTREVISTA REALIZADA EM 19/08/2020).

Pereira prosseguiu ainda relatando-nos que:

Em março de 2018, o Banco de Oportunidades já não era mais uma ação, era um projeto que captava oportunidades e tinha uma demanda para receber e essa demanda vinha do Cada Jovem Conta. Então a ideia era dar oportunidade para os jovens do Cada Jovem Conta. Nesta época já havia uma média de 200 oportunidades captadas pelo Banco.

Nas primeiras oportunidades, os jovens iam de bermuda, de chinelo, não levavam/não tinham documento de identificação (aí não tem o que fazer e chama o próximo porque a empresa não pode esperar, chama outro jovem porque preciso de outro), não levava currículo. Aí o jovem voltava decepcionado porque não tinha sido selecionado, porque o efeito do “não” pra um jovem da periferia é mais devastador.

Uma das empresas parceiras solicitou dez currículos para preencher duas vagas e ficou com apenas um jovem. Como era uma empresa super reconhecida, os jovens tremeram e não conseguiam falar, assim como teve outro menino que esqueceu o nome, coitado (de tão nervoso). (CASSIANO PEREIRA, COORDENADOR DO BANCO DE OPORTUNIDADES EM ENTREVISTA REALIZADA EM 19/08/2020).

Ante estas carências demonstradas pelos jovens frente à oferta de vagas de emprego, tornou-se necessária a criação do programa Start o qual, nas palavras de Cassiano, é “o irmão mais novo do Banco de Oportunidades” e consiste em

Oferecer cursos que preparam o jovem para o mercado de trabalho e aí nesse curso a gente traz noções básicas (é básico): o que é um currículo, como se comportar numa entrevista, o que falar, que roupa usar, que documento ter. É muito básico e esse básico eles não têm. (CASSIANO PEREIRA, COORDENADOR DO BANCO DE OPORTUNIDADES EM ENTREVISTA REALIZADA EM 19/08/2020).

Este anseio acentuado por inserir o jovem no mercado de trabalho ou em um curso profissionalizante a fim de que possa vislumbrar uma vida digna e idônea a longo prazo, protegendo-o da rua de maneira a evitar que se torne um vadio, nos revela muito sobre o que o antropólogo Tiago Lemões ao abordar historicamente o lado brutal da modernidade e a construção histórica da mendicância chama de utilitarismo da pobreza atrelado às mutações valorativas e técnicas no âmago de um processo de fomento da modernidade na Europa, local onde foram elaboradas as primeiras legislações aptas a repelirem a vadiagem. (LEMÕES, 2017).

O enfraquecimento de uma sociedade baseada em um sistema feudal, aliado ao expressivo aumento da pobreza rural e urbana, bem como a proliferação de epidemias letais e as revoltas camponesas multiplicaram “as ondas de “mendigos” a viverem de esmolas e trabalhos não regulamentados pelas nascentes cidades burguesas”. (LEMÕES, 2017, p. 129). Conforme bem mencionado por Lemões:

Os séculos seguintes teriam sido palco de uma verdadeira “caçada aos vadios”, com a emergência de uma parafernália de classificações, intervenções, discursos e instituições normativas voltadas à punição, assistência ou recuperação de grandes contingentes de “pobres” e “desocupados” que vagavam pelas bordas do mundo europeu industrial. (STOFFELS, 1977; DINIZ, 2004; MAGNI, 2006 apud LEMÕES, 2017, p. 129)

Lemões destaca com brilhantismo que estas dinâmicas nos remontam às primeiras medidas tomadas pelo poder público no século XIX quando os ambientes urbanos foram reestruturados em decorrência de medidas médico-sanitárias o que desencadeou um “desamontoamento das regiões centrais das cidades brasileiras e a periferização da população mais pobre”. (LEMÕES, 2017, p. 129). Este período histórico, assim, refere-se a um lapso temporal em que o fomento a uma sociedade permeada pela civilidade, ordem e trabalho assalariado era exercido com veemência,

intensificando “a associação entre pobreza e criminalidade formulada dentro de uma noção de “classes perigosas”, apreendida dos compêndios europeus para designar os pobres reincidentes e irrecuperáveis do crime”. (CHALHOUB, 2001 *apud* LEMÕES, 2017, p. 130).

Ante a discussão teórica e prática realizada supra, a subjetividade neoliberal fundamentadora do Banco de Oportunidades e do Start externa que a transmissão de valores por meio de um viés laboral para a formação de adultos de sucesso, jovens para a vida e jovens talentos apenas repete, com outras práticas e palavras as medidas tomadas no século XIX como forma de combate a vadiagem. Estamos ainda com Lemões quando este coloca que “a história é sempre feita e desfeita, escrita e reescrita por silêncios e desfiguramentos tolerados”. (LEMÕES, 2017, p. 136).

5 CONCLUSÃO: RETOMANDO QUESTÕES-CHAVE

No decorrer desta pesquisa, estivemos imbuídos de compreender as vicissitudes do programa Cada Jovem Conta como sendo o principal programa do eixo prevenção do Pacto Pelotas pela Paz. Conforme viemos discutindo desde nossa introdução, os números correspondentes à redução nos índices de práticas delituosas e vitimização desde a inauguração do Pacto em 2017 são animadores, assim como os números de jovens desligados do programa desde sua instituição ocorrida no mesmo ano.

Fomos movidos em descobrir o que realmente estes números representam, ou seja, de que maneira esta redução que repele as práticas repressivas, e levanta a bandeira da prevenção, inteligência e ações integradas se deu de maneira tão eficaz e praticamente “mágica”. No tocante ao Cada Jovem Conta, desejávamos descobrir de que forma este mapeamento de perfis potencialmente criminosos se opera, bem como o que é considerado como uma personalidade potencialmente delituosa. O que está por trás desta candura, do cuidado, da prevenção e do reencaminhamento de jovens a fim de formar adultos de bem? Por que reduzir os fatores de risco para a violência? Que fatores são estes? De onde vem esta necessidade incessante de manter o jovem ocupado a maior parte do seu tempo? Será que realmente o silêncio quando de sua inserção no programa é somente para que este e sua família não sejam estigmatizados? Estar inscrito em um programa de prevenção à violência sem saber: sigilo ou silenciamentos?

Ansiosos por encontrar as respostas para estas perguntas que atravessaram nosso pensar e agir durante a feitura desta pesquisa, chegamos a algumas conclusões. Talvez, não estejamos nos propondo a realizar uma conclusão de fato, tendo em vista que, conforme bem coloca a antropóloga Fonseca (2007) trata-se de um “edifício duradouro”, tendo em vista que abordamos aqui um programa inserto em uma política de segurança cuja continuação é indubitável. Assim, podemos dizer que chegamos até aqui, à guisa de conclusões á respeito do que nos deparamos durante nosso trajeto de pesquisa.

Nesta senda, quando no primeiro capítulo apresentamos as categorias teóricas que iluminaram nosso campo de pesquisa, bem como no terceiro quando as entrelaçamos com passagens importantes das falas de nossos entrevistados quando da aplicação das entrevistas, concluímos que ainda que o Pacto pelotas pela Paz e, conseqüentemente o Cada Jovem Conta sejam inspirados pelo ideário que permeia a

segurança com cidadania, que muito pouco de cidadania se vislumbra nesta política de segurança cuja atmosfera policialesca ainda é o carro chefe.

O fato de o Cada Jovem Conta mapear jovens em situação de risco a fim de “tratar” estas situações nada mais é do que exercer uma repressão pela via da prevenção, pois a partir do momento em que por seu simples comportamento ou entorno o jovem tem imposta sobre seu corpo uma personalidade criminosa, temos a biopolítica Foucaultiana perfectibilizada tendo em vista que o Estado atua na realização da seleção selvagem de a quem vai fazer viver e deixar morrer (ainda que simbolicamente, visto que o jovem tido como criminoso acaba morrendo para o Estado por ser considerado “intratável”, como proferiu uma de nossas entrevistadas).

Temos muitas técnicas de governo visíveis aqui, pois quando o Cada Jovem Conta mapeia o jovem e o subsume aos seus “cuidados”, mantendo-o na escola e buscando mantê-lo ocupado, não está fazendo mais nada do que subsumí-lo aos seu disciplinamento a fim de mantê-lo constantemente sob vigilância e docilizado debaixo da força do poder estatal que o maneja. O mesmo se verifica com a questão do sigilo com que o programa trabalha visto que, o silêncio e a distância, conforme nos esclarece Foucault (2014), também configuram-se enquanto técnicas de disciplinamento. É o Estado agindo por detrás de um *slogan* de proteção, cuidado e candura.

Junto deste agir biopolítico do Cada Jovem Conta, vem correlata a discussão sobre a produção de margens pelo próprio ente estatal, visto que, os comitês territoriais através dos quais o programa atua, situam-se todos em zonas periféricas e os jovens abarcados pelo comitê justamente do centro habitam em áreas que nem sequer são regularizadas pelo município. Temos, desta maneira, o Estado gerindo suas margens como defendem as antropólogas Das e Poole (2008) e travando guerras constantes, ainda que em tempos de paz, visto que mantém o lugar do jovem periférico como um alvo sempre ocupado e que deve ser repellido como bem defende o geógrafo Graham (2016).

Estas assertivas são tão verossímeis que ouvimos de uma de nossas entrevistas que:

O que falamos na reunião do comitê que teve em março de 2020 foi que muitos alunos estão a muito tempo no programa e nós, enquanto escolas, não temos mais o que fazer com eles. Então se este aluno já está num mundo de mais violência e o CREAS, p. ex., já está acompanhando, não tem porque nós tirarmos oportunidades de outros alunos de ter esta assistência (do Cada Jovem Conta). Porque o que a gente quer é prevenção, é que não cheguem a situação de violência e tem casos que já ultrapassaram essa situação e aí já não é o Cada

Jovem conta que vai resolver. (HELENA ALMEIDA EM ENTREVISTA REALIZADA EM 04/08/2020).

Ante o exposto, temos que, ainda que o Cada Jovem Conta seja dotado de alguns aspectos positivos, através do estudo minucioso do programa vislumbramos os faustos punitivos de Foucault (2014) escondidos atrás de uma máscara da prevenção, tendo em vista que a partir do momento que um jovem é mapeado como em situação de risco, seu julgamento já foi feito, a sentença proferida e a execução perfectibilizada; com a necessidade de ocupação quase que integral deste jovem a fim de tornar-lhe um adulto de sucesso e de bem, temos uma subjetividade neoliberal insculpida na formação de uma pobreza útil como forma de combate à mendicância e a vadiagem como Lemões (2017) discute no contexto histórico da Europa (vide capítulo 3); e, finalmente temos o Estado escolhendo “cuidadosamente” os jovens “tratáveis” e “intratáveis” para fazer viver e deixar morrer, respectivamente.

Realmente, por trás das contas, haviam contos.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, E.; GOMES, M. A. O. **Ecoturismo e planejamento social**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2001.

AMIGOS DE PELOTAS. *Home Page*. 2020. Disponível em: <https://amigosdepelotas.com.br/tag/pacto-pelotas-pela-paz/> Acesso em: 2 nov. 2020.

ARREGUI, C. C. O debate sobre a produção de indicadores sociais alternativos: demandas por novas formas de qualificação. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 111, p. 529-554, jul./set., 2012.

BARATTA, A. *Criminología y Sistema Penal. Compilación in memoriam*. Buenos Aires: B de F, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI e dá outras providências. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2007/lei-11530-24-outubro-2007-561601-publicacaooriginal-85253-pl.html> Acesso em: 02 mar. 2020.

CABRAL, M. M. Dois anos de pacto Pelotas pela paz. **Gaúcha ZH**, Porto Alegre, 13 ago. 2019. **GZH Opinião**, 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/opiniao/noticia/2019/08/dois-anos-de-pacto-pelotas-pela-paz-cjzaavebc025301pa9lrjvj4f.html> Acesso em: 01 nov. 2020.

CASTRO, J. P. M. A Invenção da Juventude violenta: análise da elaboração de uma política pública. In: Castro, J. P. M. A construção de políticas públicas para a juventude: novas modalidades de gestão de segmentos sociais. **Revista de Antropologia**, Rio de Janeiro: LACED/ *E-papers*.

CENTRO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Portaria CVS 1/2019, de 09 de janeiro de 2019**. Disciplina, no âmbito do Sistema Estadual de Vigilância Sanitária – Sevisa, o licenciamento dos estabelecimentos de interesse da saúde e das fontes de radiação ionizante, e dá providências correlatas. São Paulo, SP, 2019. Disponível em: http://200.144.0.248/download/E_PT-CVS-01-19-COMPLETA.pdf Acesso em: 15 fev. 2020.

COMUNITAS. **Pacto Pelotas pela paz completa 2 anos de redução nos índices de criminalidade**. 09 ago. 2019. Disponível em: <https://www.comunitas.org/pacto-pelotas-pela-paz-completa-2-anos-de-reducao-nos-indices-de-criminalidade/> Acesso em: 02 nov. 2020.

COMUNITAS. **Pacto Pelotas pela paz**. 2020. Disponível em: <https://www.comunitas.org/tag/pacto-pelotas-pela-paz/> Acesso em: 2 nov. 2020.

DAS, V. **A assinatura do Estado**. In: Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário. São Paulo: Editora UNIFESP, 2020.

DAS, V.; POOLE, D. *El estado y sus márgenes: Etnografías comparadas. Cuadernos de Antropología Social*. Buenos Aires, n. 27, p. 19-52, jan./jul., 2008.

DIÓGENES, G. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip hop**. São Paulo: Annablume, Fortaleza, 1998.

DURIGUETTO, M. L.; MONTAÑO, C. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010.

FONSECA, C. **O anônimo e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia 'em casa'**. Teoria e cultura, v. 2, n. 1 - 2, 2007.

FONSECA, Cláudia. O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia 'em casa'. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v.2, n.1-2, p. 39-53, jan./dez., 2008.

FONSECA, J. J. S. **Apostila de metodologia da pesquisa científica**. Universidade Estadual do Ceará: Ceará, 2002.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Experiências exitosas de enfrentamento a violência e à criminalidade: análise de benchmarking**. Ceará Pacífico Movimento pela Vida: Ceará. 2020. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/FBSP_Ceara_Pacifico_livro_1_2017.pdf Acesso em: 01 nov. 2020.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FOUCAULT, M. A vida dos homens infames. *In*: FOUCAULT, M. **Estratégia, poder-saber**. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. 42 ed. São Paulo: VOZES, 2014.

FREIRE, M. D. Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, 5 ed., ano 3, v. 3, n. 2, ago./set., 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRAHAM, S. **Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

INSTITUTO CIDADE SEGURA. **Pacto Pelotas pela paz**. 04 set. 2019. Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://institutocidadesegura.com.br/portfolio/politicas-publicas/pacto-pelotas-pela-paz/> Acesso em: 02 nov. 2020.

JUNQUEIRA, V. O caso do pacto Pelotas pela paz e a diminuição dos indicadores de violência. **Gove**, 29 abr. 2020. 2020. Disponível em: <https://www.gove.digital/outras-tematicas/pacto-pelotas-pela-paz/> Acesso em: 02 nov. 2020.

KAPPENBERG, K. Cada Jovem Conta transforma comunidades a partir das escolas. **Prefeitura de Pelotas**. Pelotas, 25 jul. 2019a. Disponível em: <http://www.pelotas.com.br/noticia/cada-jovem-conta-transforma-comunidades-a-partir-das-escolas>. Acesso em: 05 nov. 2020.

KAPPENBERG, K. Observatório de segurança pública aponta diminuição dos crimes patrimoniais. **Prefeitura de Pelotas**. Pelotas, 14 out. 2019b. Disponível em: <http://www.pelotas.rs.gov.br/noticia/observatorio-de-seguranca-publica-aponta-diminuicao-dos-crimes-patrimoniais> Acesso em: 05 nov. 2020.

KRUCHIN, M. K. Análise da introdução de um novo paradigma em segurança pública no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. São Paulo, v. 7, n. 1, p. 40-56, fev./mar., 2013.

LEMÕES, T. O lado brutal da modernidade e a produção histórica da “mendicância” como argumento para a violência estatal no Brasil. **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, Recife, v. 2, n. 11, ago./dez., 2017.

LISSARDY, G. 4 explicações para a impressionante queda da violência em Nova York. **BBC News Brasil**, 22 jan. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42741088> Acesso em: 14 de dez. de 2019.

MINAYO, M C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14 ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Infopen**. 2017. Disponível em: <http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen> Acesso em: 30 out. 2020.

MISSE, M. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, n. 79, p. 15-38, 2010.

MONTAÑO, C. P. “**Questão Social**” e seu enfrentamento. *In*: Serviço Social, São Paulo, n. 110, p. 270-287. abr./jun. 2012.

MONTAÑO, C. P. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Home Page**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/> Acesso em: 01 mar. 2020.

PACTO PELA PAZ. **Home Page**. 2020. Disponível em: <http://www.pelotas.rs.gov.br/pacto/> Acesso em: 2 nov. 2020.

PELOTAS. **Lei nº 5741, de 16 de novembro de 2010**. Insere ações ao plano plurianual 2010-2013, do município, e dá outras providências. Pelotas, RS, 2010. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/pelotas/lei-ordinaria/2010/575/5741/lei-ordinaria-n-5741-2010-insere-acoes-ao-plano-plurianual-2010-2013-do-municipio-e-da-outras-providencias> Acesso em: 05 jan. 2020.

PORTO, M. S. G. A violência entre a inclusão e a exclusão social. **Tempo social**, v. 12, n. 1, p. 187-200, 2000.

PORTO, M. S. G. A violência entre o fenômeno e o conceito: possibilidades e limites de definição. *In*: PORTO, M. S. G. (Org.) **Sociologia da Violência**: do conceito às representações sociais. Brasília: Verbana/Francis, 2010.

REDE JUNTOS. O papel do município na Segurança Pública. **Rede Juntos**, 2017. Disponível em: <https://wiki.redejuntos.org.br/busca/o-papel-do-municipio-na-seguranca-publica-0> Acesso em: 10 de set. 2019.

ROSE, N. **Governando a alma**: a formação do eu privado. *In*: Tomaz Tadeu silva (Org.) **Liberdades Reguladas**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

ROSE, N.; MILLER, P. *Political power beyond the state: Problematics of government*. **British journal of sociology**, p. 173-205, 1992.

SCHUCH, P. Amor, paz e harmonia em assuntos de justiça: o Brasil e os princípios internacionais dos direitos da criança e do adolescente. *In*: FONSECA, C.; SCHUCH, P. (Orgs.). **Políticas de proteção à Infância**: um olhar antropológico. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

SENNA, A. Pacto pela paz: um acordo para o futuro de Pelotas. **Prefeitura de Pelotas**. Pelotas, 10 ago. 2020. Disponível em: <http://www.pelotas.com.br/noticia/pacto-pela-paz-um-acordo-para-o-futuro-de-pelotas>. Acesso em: 05 nov. 2020.

SHORE, C. *La antropologia y el estudio de la politica pública: reflexiones sobre la "formulacion" de las politicas*. **Revista Antípoda**, n. 10, p. 21-49, 2010.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R. 2003 juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 24, set./out. 2009.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO TOCANTINS. **Home Page**. 2020 Disponível em: <http://www.tjto.jus.br/> Acesso em: 20 abr. 2020.

VIANNA, A. R. B. **O mal que se adivinha**: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920, v. 10. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS

- 1 – O que é e como funciona o programa Cada Jovem Conta?
- 2 – Como se dá esta atuação em rede dentro dos comitês territoriais?
- 3 – O programa entende como sendo “fatores de risco”?
- 4 – A partir de quais noções de segurança e juventude o programa trabalha?
- 5 – O Cada Jovem Conta possui dez comitês territoriais. Qual o parâmetro utilizado para a escolha destes comitês?
- 6 – Por que o Cada Jovem Conta atua em sigilo?

APÊNDICE B - ORÇAMENTO

FONTE	VALOR ANUAL(R\$)
BOLSA DE ESTUDOS PROSUC	13.200,00

Material	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Folhas A4 (pacote com 500 folhas)	02	R\$ 23,00	R\$ 46,00
Tinta para cartucho de impressora HP (Recarga)	02	R\$ 25,00	R\$ 50,00
Livros	10	R\$ 45,00	R\$ 450,00
Material bibliográfico impresso	1000 folhas	R\$ 0,15	R\$ 150,00
Pasta organizadora	03	R\$ 6,00	R\$ 18,00
Hospedagem	04 diárias	R\$ 200,00	R\$ 800,00
Passagens rodoviárias	02	R\$ 93,85	R\$ 187,70
Passagens aéreas	02	R\$ 639,00	1.278,00
Revisão gramatical da dissertação	01	R\$ 200,00	R\$ 200,00
Fotocópia da dissertação	450 fotocópias	R\$ 0,15	R\$ 67,50
Encadernações (projeto e dissertação)	06	R\$ 6,00	R\$ 36,00
TOTAL			R\$ 3.283,20